

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

História



Ensino Médio
MÓDULO II

Índice dos Conteúdos



As grandes civilizações

[Mesopotâmia](#)

[Os sumérios](#)

[Os babilônios](#)

[Os hititas](#)

[Os assírios](#)

[Os caldeus](#)

[Organização social](#)



Egito

[Períodos da história egípcia](#)

[Política e Sociedade](#)

[Economia e religião](#)

[Os deuses e a escrita](#)

[A vida cotidiana](#)



Fenícios

[Características da Fenícia](#)

[As cidades fenícias](#)

[Economia](#)

[A criação do alfabeto](#)

[Os fenícios e a religião](#)



Grécia

[Divisão da história da Grécia](#)

[Período Arcaico](#)

[Esparta e Atenas](#)

[O governo nas cidades-Estados](#)

[A conquista pela Macedônia](#)

[A religião na Grécia](#)

[As primeiras olimpíadas](#)

[A mitologia grega](#)

[A Grécia hoje](#)



Roma

[Os períodos](#)

[A estrutura do poder](#)

[Baixo Império](#)

[A infância em Roma](#)

[Ciências e tecnologia](#)

[Economia](#)

[O Coliseu](#)

Curiosidades sobre Roma



China

[Localização](#)
[A família e aspectos culturais](#)
[As cidades](#)
[Religião](#)
[Mitologia](#)
[Pássaros](#)
[Dragões](#)
[Desenvolvimento econômico](#)
[O desenvolvimento científico](#)
[A escrita](#)
[Organização social](#)
[Curiosidades](#)



Persas

[A formação do império persa](#)
[A organização do império](#)
[Cultura e religião persas](#)
[A decadência do império](#)



Hebreus

[Localização](#)
[Organização social e política](#)
[Os reis hebreus](#)
[A religião dos hebreus](#)
[Aspectos culturais](#)



Vikings



Brasil

Formação do território brasileiro

Resumo Histórico do Brasil

[Fundação](#)
[Expansão geográfica](#)
[Revoltas coloniais](#)
[República Nova](#)
[Nova República](#)
[Quadro atual](#)
[Aspectos culturais e turísticos](#)
[Instituições](#)
[Atrações e eventos](#)

Lista cronológica dos principais fatos

Constituição Brasileira

Dia do Fico

Proclamação da República

Descobrimento do Brasil

O primeiro concorrente
Discussões
Organização dos índios
As relações familiares

Os primeiros trinta anos

Pau-brasil
A Colonização Acidental
Martim Afonso de Sousa

História e cultura afro-brasileira

Quilombos
Zumbi dos Palmares
Dia da Consciência Negra

A escravidão no mundo contemporâneo

Rotas da escravidão

Presidentes e Governantes do Brasil

Ditadura Militar

Cronologia
O Milagre Econômico

O golpe militar de 1964

GOVERNOS:

Castelo Branco (1964-1967)
Costa e Silva (1967-1969)
Junta Militar
Medici (1969-1974)
Geisel (1974-1979)
Figueiredo (1979-1985)

REVOLTAS, GUERRAS, CONFLITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Guerra dos Canudos

Campanha militar

Conjuração Baiana

Os líderes

Guerra dos Mascates

Revolta dos Beckman
A Junta Revolucionária

Revolta de Filipe dos Santos

Revolução Farroupilha

A República
Declínio

PERSONAGENS:

Anita Garibaldi

[Antonio de Souza Netto](#)
[Bento Gonçalves da Silva](#)
[Bento Manoel Ribeiro](#)
[David Canabarro](#)
[Giuseppe Garibaldi](#)
[Duque de Caxias](#)
[Onofre Pires da Silveira Canto](#)

Guerra dos Emboabas

Brasil na segunda guerra

Inconfidência Mineira
[Causas](#)
[Os Inconfidentes](#)

Era Vargas

[Constituição de 1934](#)
[Intentona Comunista](#)
[Revolução de 1930](#)
[Constituição Polaca - 1937](#)
[Plano Cohen](#)

Curiosidades sobre o Brasil

Os Primeiros Habitantes do Brasil

Símbolos Nacionais Brasileiros

As grandes civilizações

As grandes civilizações que surgiram no período conhecido como Antiguidade foram as grandes precursoras de culturas e patrimônio que hoje conhecemos.

Estas grandes civilizações surgiram, de um modo geral, por causa das tribos nômades que se estabeleceram em um determinado local onde teriam condições de desenvolver a agricultura. Assim, surgiram as primeiras aldeias organizadas e as primeiras cidades, dando início às grandes civilizações.

Estas civilizações surgiram por volta do quarto milênio a.C. com a característica principal de terem se desenvolvido às margens de rios importantes, como o rio Tigre, o Eufrates, o Nilo, o Indo e do Huang He ou rio Amarelo.



A Mesopotâmia é considerada o berço da civilização. Esta região foi habitada por povos como os Acádios, Babilônios, Assírios e Caldeus. Entre as grandes civilizações da Antiguidade, podemos citar ainda os fenícios, sumérios, os chineses, os gregos, os romanos, os egípcios, entre outros.

Mesopotâmia: o berço da civilização

As grandes civilizações e suas organizações

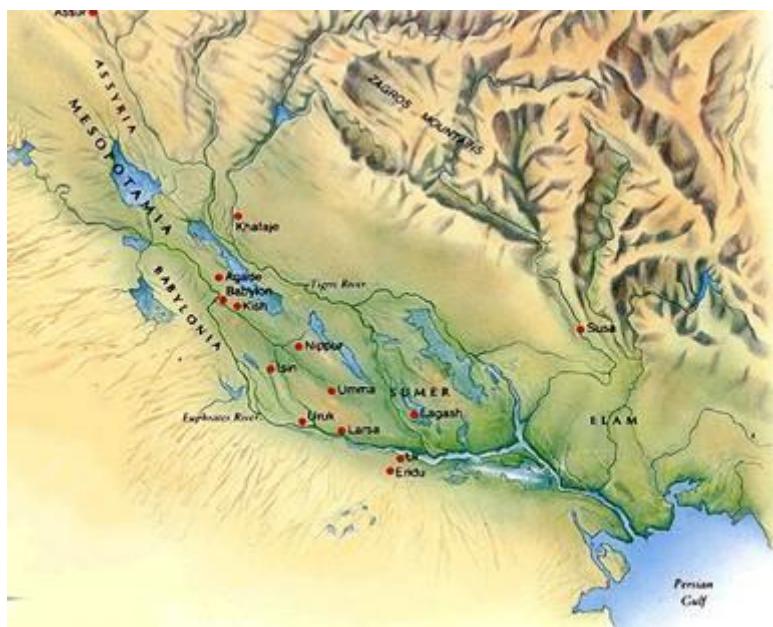
As primeiras civilizações se formaram a partir de quando o homem descobriu a agricultura e passou a ter uma vida mais sedentária, por volta de 4.000 a.C. Essas primeiras civilizações se formaram em torno ou em função de grandes rios: A Mesopotâmia estava ligada aos Rios Tigre e Eufrates, o Egito ao Nilo, a Índia ao Indo, a China ao Amarelo.

Foi no Oriente Médio que tiveram início as civilizações. Tempos depois foram se desenvolvendo no Oriente outras civilizações que, sem contar com o poder fertilizante dos grandes rios, ganharam características diversas. As pastoris, como a dos hebreus, ou as mercantis, como a dos fenícios. Cada um desses povos teve, além de uma rica história interna, longas e muitas vezes conflituosas relações com os demais.

Mesopotâmia

A estreita faixa de terra que localiza-se entre os rios Tigre e Eufrates, no Oriente Médio, onde atualmente é o Iraque, foi chamada na Antiguidade, de Mesopotâmia, que significa “entre rios” (do grego, *meso* = no meio; *potamos* = rio). Essa região foi ocupada, entre 4.000 a.C. e 539 a.C, por uma série de povos, que se encontraram e se misturaram, empreenderam guerras e dominaram uns aos outros, formando o que denominamos *povos mesopotâmicos*. *Sumérios, babilônios, hititas, assírios e caldeus* são alguns desses povos.

Esta civilização é considerada uma das mais antigas da história.



Os sumérios (4000 a.C. – 1900 a.C.)

Foi nos pântanos da antiga Suméria que surgiram as primeiras cidades conhecidas na região da Mesopotâmia, como Ur, Uruk e Nipur.

Os povos da Suméria enfrentaram muitos obstáculos naturais. Um deles era as violentas e irregulares cheias dos rios Tigre e Eufrates. Para conter a força das águas e aproveita-las, construíram diques, barragens, reservatórios e também canais de irrigação, que conduziam as águas para as regiões secas.

Atribui-se aos Sumérios o desenvolvimento de um tipo de escrita, chamada **cuneiforme**, que inicialmente, foi criada para registrar transações comerciais.

A escrita cuneiforme – usada também pelos sírios, hebreus e persas – era uma escrita ideográfica, na qual o objeto representado expressava uma ideia, dificultando a representação de sentimento, ações ou ideias abstratas, com o tempo, os sinais pictóricos converteram-se em um sistema de sílabas. Os registros eram feitos em uma placa de argila mole. Utilizava-se para isso um

estilete, que tinha uma das pontas em forma de cunha, daí o nome de *escrita cuneiforme*.

Quem decifrou esta escrita foi Henry C. Rawlinson, através das inscrições da Rocha de Behistun. Na mesma época, outro tipo de escrita, a hieroglífica desenvolvia-se no Egito.

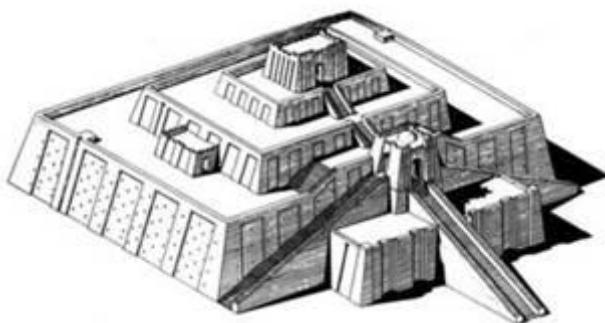


Caracteres cuneiformes gravados na Suméria, por volta de 3200 a.C.

Os babilônios

Na sociedade suméria havia escravidão, porém o número de escravos era pequeno. Grupos de nômades, vindos do deserto da Síria, conhecidos como Acadianos, dominaram as cidades-estados da Suméria por volta de 2300 a.C.

Os povos da Suméria destacaram-se também nos trabalhos em metal, na lapidação de pedras preciosas e na escultura. A construção característica desse povo é a *zigurate*, depois copiada pelos povos que se sucederam na região. Era uma torre em forma de pirâmide, composta de sucessivos terraços e encimada por um pequeno templo.



Os Sumérios eram politeístas e faziam do culto aos deuses uma das principais atividades a desempenhar na vida. Quando interrompiam as orações deixavam estatuetas de pedra diante dos altares para rezarem em seu nome.

Dentro dos templos havia oficinas para artesãos, cujos produtos contribuíram para a prosperidade da Suméria.

Os sumérios merecem destaque também por terem sido os primeiros a construir veículos com rodas. As cidades sumérias eram autônomas, ou seja, cada qual

possuía um governo independente. Apenas por volta de 2330 a.C., essas cidades foram unificadas.

O processo de unificação ocorreu sob comando do rei Sargão I, da cidade de Acad. Surgiu assim o primeiro império da região.

O império construído pelos acádes não durou muito tempo. Pouco mais de cem anos depois, foi destruído por povos inimigos.

Os babilônios (1900 a. C – 1600 a.C.)

Os babilônios estabeleceram-se ao norte da região ocupada pelos sumérios e, aos poucos, foram conquistando diversas cidades da região mesopotâmica. Nesse processo, destacou-se o rei Hamurabi, que, por volta de 1750 a.C., havia conquistado toda a Mesopotâmia, formando um império com capital na cidade de Babilônia.

Hamurabi impôs a todos os povos dominados uma mesma administração. Ficou famosa a sua legislação, baseada no princípio de talião (olho por olho, dente por dente, braço por braço, etc.) O Código de Hamurabi, como ficou conhecido, é um dos mais antigos conjuntos de leis escritas da história. Hamurabi desenvolveu esse conjunto de leis para poder organizar e controlar a sociedade. De acordo com o Código, todo criminoso deveria ser punido de uma forma proporcional ao delito cometido.

Os babilônios também desenvolveram um rico e preciso calendário, cujo objetivo principal era conhecer mais sobre as cheias do rio Eufrates e também obter melhores condições para o desenvolvimento da agricultura. Excelentes observadores dos astros e com grande conhecimento de astronomia, desenvolveram um preciso relógio de sol.

Além de Hamurabi, um outro imperador que se tornou conhecido por sua administração foi Nabucodonosor, responsável pela construção dos Jardins suspensos da Babilônia, que fez para satisfazer sua esposa, e a Torre de Babel. Sob seu comando, os babilônios chegaram a conquistar o povo hebreu e a cidade de Jerusalém.



Jardins Suspensos da Babilônia



Torre de Babel

Após a morte de Hamurabi, o império Babilônico foi invadido e ocupado por povos vindos do norte e do leste.

Hititas e assírios

Os hititas (1600 a. C – 1200 a.C.)

Os Hititas foram um povo indo-europeu, que no 2º milênio a.C. fundaram um poderoso império na Anatólia Central (atual Turquia), região próxima da Mesopotâmia. A partir daí, estenderam seus domínios até a Síria e chegaram a conquistar a Babilônia.

Provavelmente, a localização de sua capital, Hatusa, no centro da Ásia Menor, contribuiu para o controle das fronteiras do Império Hitita.

Essa sociedade legou-nos os mais antigos textos escritos em língua indo-europeia. Essa língua deu origem à maior parte dos idiomas falados na Europa. Os textos tratavam de história, política, legislação literatura e religião e foram gravados em sinais cuneiformes sobre tábuas de argila.

Os Hititas utilizavam o ferro e o cavalo, o que era uma novidade na região. O cavalo deu maior velocidade aos carros de guerra, construídos não mais com rodas cheias, como as dos sumérios, mas rodas com raios, mais leves e de fácil manejo.

O exército era comandado por um rei, que também tinha as funções de juiz supremo e sacerdote. Na sociedade hitita, as rainhas dispunham de relativo poder.

No aspecto cultural podemos destacar a escrita hitita, baseada em representações pictográficas (desenhos). Além desta escrita hieroglífica, os hititas também possuíam um tipo de escrita cuneiforme.



Pictograma mostrando um guerreiro hitita.

Assim como vários povos da antiguidade, os hititas seguiam o politeísmo (acreditavam em várias divindades). Os deuses hititas estavam relacionados aos diversos aspectos da natureza (vento, água, chuva, terra, etc).

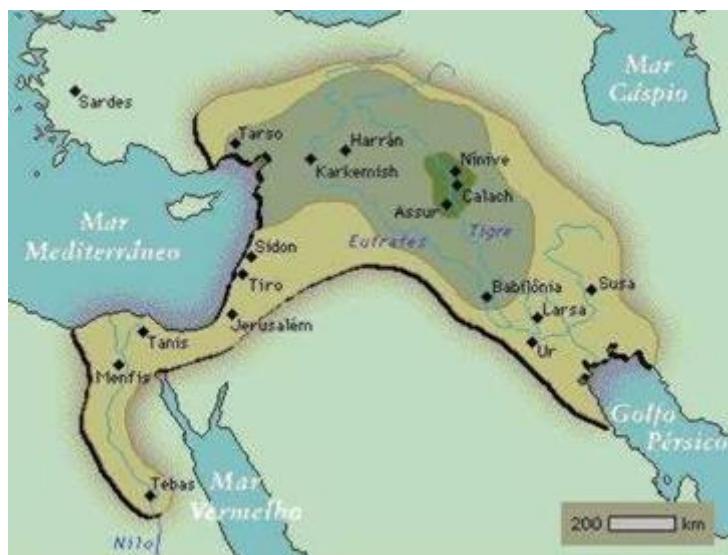
Em torno de 1200 a.C., os hititas foram dominados pelos assírios, que, contando com exércitos permanentes, tinham grande poderio militar. A queda deste império dá-se por volta do século 12 a.C.

Os assírios (1200 a. C – 612 a.C.)



Legenda: Painel de pedra que decorava o palácio do rei Assurbanipal, em Nínive, arqueiros assírios colocam em fuga um contingente de árabes montados em camelos.

Os assírios habitavam a região ao norte da babilônia e por volta de 729 a.C. já haviam conquistado toda a Mesopotâmia. Sua capital, nos anos mais prósperos, foi Nínive, numa região que hoje pertence ao Iraque.



Este povo destacou-se pela organização e desenvolvimento de uma cultura militar. Encaravam a guerra como uma das principais formas de conquistar poder e desenvolver a sociedade. Eram extremamente cruéis com os povos inimigos que conquistavam, impunham aos vencidos, castigos e crueldades como uma forma de manter respeito e espalhar o medo entre os outros povos. Com estas atitudes, tiveram que enfrentar uma série de revoltas populares nas regiões que conquistavam.

Empreenderam a conquista da Babilônia, e a partir daí começaram a alargar as fronteiras do seu Império até atingirem o Egito, no norte da África. O Império Assírio conheceu seu período de maior glória e prosperidade durante o reinado de Assurbanipal.

Assurbanipal foi o último grande rei dos assírios. Durante o seu reinado (668 - 627 a.C.), a Assíria se tornou a primeira potência mundial. Seu império incluía a Babilônia, a Pérsia, a Síria e o Egito.

Ainda no reinado de Assurbanipal, os babilônios se libertaram (em 626 a.C.) e capturaram Ninive. Com a morte de Assurbanipal, a decadência do Império Assírio se acentuou, e o poderio da Assíria desmoronou. Uma década mais tarde o império caía em mãos de babilônios e persas.

O estranho paradoxo da cultura assíria foi o crescimento da ciência e da matemática. Este fato pode em parte explicado pela obsessão assíria com a guerra e invasões. Entre as grandes invenções matemáticas dos assírios está a divisão do círculo em 360 graus, tendo sido eles dentre os primeiros a inventar latitude e longitude para navegação geográfica. Eles também desenvolveram uma sofisticada ciência médica, que muito influenciou outras regiões, tão distantes como a Grécia.

Sociedade Mesopotâmica

Os caldeus (612 a. C – 539 a.C.)

A Caldeia era uma região no sul da Mesopotâmia, principalmente na margem oriental do rio Eufrates, mas muitas vezes o termo é usado para se referir a toda a planície mesopotâmica. A região da Caldeia é uma vasta planície formada por depósitos do Eufrates e do Tigre, estendendo-se a cerca de 250 quilômetros ao longo do curso de ambos os rios, e cerca de 60 quilômetros em largura.

Os Caldeus foram uma tribo (acredita-se que tenham emigrado da Arábia) que viveu no litoral do Golfo Pérsico e se tornou parte do Império da Babilônia. Esse império ficou conhecido como *Neobabilônico* ou *Segundo Império Babilônico*. Seu mais importante soberano foi Nabucodonosor.

Em 587 a.C., Nabucodonosor conquistou Jerusalém. Além de estender seus domínios, foram feitos muitos escravos entre os habitantes de Jesuralém. Seguiu-se então um período de prosperidade material, quando foram construídos grandes edifícios com tijolos coloridos.



Em 539 a.C., Ciro, rei dos persas, apoderou-se de Babilônia e transformou-a em mais uma província de seu gigantesco império.

A organização social dos mesopotâmios

Sumérios, babilônios, hititas, assírios, caldeus. Entre os inúmeros povos que habitaram a Mesopotâmia existiam diferenças profundas. Os assírios, por exemplo, eram guerreiros. Os sumérios dedicavam-se mais à agricultura.

Apesar dessas diferenças, é possível estabelecer pontos comuns entre eles. No que se refere à organização social, à religião e à economia. Vamos agora conhecê-las:

A sociedade

As classes sociais - A sociedade estava dividida em classes: nobres, sacerdotes versados em ciências e respeitados, comerciantes, pequenos proprietários e escravos.

A organização social variou muito pelos séculos, mas de modo geral podemos falar:

- Dominantes: governantes, sacerdotes, militares e comerciantes.
- Dominados: camponeses, pequenos artesãos e escravos (normalmente presos de guerra).
- Dominantes detinham o poder de quatro formas básicas de manifestação desse poder: riqueza, política, militar e saber. Posição mais elevada era do rei que detinha poderes políticos, religiosos e militares. Ele não era considerado um deus, mas sim representante dos deuses.
- Os dominados consumiam diretamente o que produziam e eram obrigados a entregar excedentes para os dominantes

Sociedade na Mesopotâmia

A vida cotidiana na mesopotâmia

Escravos e pessoas de condições mais humildes levavam o mesmo tipo de vida. A alimentação era muito simples: pão de cevada, um punhado de tâmaras e um pouco de cerveja leve. Isso era a base do cardápio diário. Às vezes comiam legumes, lentilha, feijão e pepino ou, ainda, algum peixe pescado nos rios ou canais. A carne era um alimento raro.

Na habitação, a mesma simplicidade. Às vezes a casa era um simples cubo de tijolos crus, revestidos de barro. O telhado era plano e feito com troncos de palmeiras e argila comprimida. Esse tipo de telhado tinha a desvantagem de deixar passar a água nas chuvas mais torrenciais, mas em tempos normais era usado como terraço.

As casas não tinham janelas e à noite eram iluminadas por lampiões de óleo de gergelim. Os insetos eram abundantes nas moradias.

Os ricos se alimentavam melhor e moravam em casas mais confortáveis que os pobres. Mesmo assim, quando as epidemias se abatiam sobre as cidades, a mortalidade era a mesma em todas as camadas sociais.

A religião

Os povos mesopotâmicos eram politeístas, isto é, adoravam diversas divindades, e acreditavam que elas eram capazes de fazer tanto o bem quanto o mal, não acreditavam em recompensas após a morte, acreditavam em crença em gênios, demônios, heróis, adivinhações e magia. Seus deuses eram numerosos com qualidades e defeitos, sentimentos e paixões, imortais, despóticos e sanguinários.

Cada divindade era uma força da natureza como o vento, a água, a terra, o sol, etc, e do dono da sua cidade. Marduk, deus de Babilônia, o cabeça de todos,

tornou-se deus do Império, durante o reinado de Hamurabi. Foi substituído por Assur, durante o domínio dos assírios. Voltou ao posto com Nabucodonosor.

Acreditavam também em gênios bons que ajudavam os deuses a defender-se contra os demônios, contra as divindades perversas, contra as enfermidades, contra a morte. Os homens procuravam conhecer a vontade dos deuses manifestada em sonhos, eclipses, movimento dos astros. Essas observações feitas pelos sacerdotes deram origem à astrologia.

Política e economia

A organização política da Mesopotâmia tinha um soberano divinizado, assessorado por burocratas-sacerdotes, que administravam a distribuição de terras, o sistema de irrigação e as obras hidráulicas. O sistema financeiro ficava a cargo de um templo, que funcionava como um verdadeiro banco, emprestando sementes, distribuído um documento semelhante ao cheque bancário moderno e cobrando juros sobre as sementes emprestadas.

Em linhas gerais pode-se dizer que a forma de produção predominante na Mesopotâmia baseou-se na propriedade coletiva das terras administrada pelos templos e palácios. Os indivíduos só usufruíam da terra enquanto membros dessas comunidades. Acredita-se que quase todos os meios de produção estavam sobre o controle do déspota, personificações do Estado, e dos templos. O templo era o centro que recebia toda a produção, distribuindo-a de acordo com as necessidades, além de proprietário de boa parte das terras: é o que se denomina cidade-templo.

Administradas por uma corporação de sacerdotes, as terras, que teoricamente eram dos deuses, eram entregues aos camponeses. Cada família recebia um lote de terra e devia entregar ao templo uma parte da colheita como pagamento pelo uso útil da terra. Já as propriedades particulares eram cultivadas por assalariados ou arrendatários.

Entre os sumérios havia a escravidão, porém o número de escravos era relativamente pequeno.

A agricultura

A agricultura era base da economia neste período. A economia da Baixa Mesopotâmia, em meados do terceiro milênio a.C. baseava-se na agricultura de irrigação. Cultivavam trigo, cevada, linho, gergelim (sésamo, de onde extraiam o azeite para alimentação e iluminação), árvores frutíferas, raízes e legumes. Os instrumentos de trabalho eram rudimentares, em geral de pedra, madeira e barro. O bronze foi introduzido na segunda metade do terceiro milênio a.C., porém, a verdadeira revolução ocorreu com a sua utilização, isto já no final do segundo milênio antes da Era Cristã. Usavam o arado semeador, a grade e carros de roda;

A criação de animais

A criação de carneiros, burros, bois, gansos e patos era bastante desenvolvida.

O comércio

Os comerciantes eram funcionários a serviço dos templos e do palácio. Apesar disso, podiam fazer negócios por conta própria. A situação geográfica e a pobreza de matérias primas favoreceram os empreendimentos mercantis. As caravanas de mercadores iam vender seus produtos e buscar o marfim da Índia, a madeira do Líbano, o cobre de Chipre e o estanho de Cáucaso. Exportavam tecidos de linho, lã e tapetes, além de pedras preciosas e perfumes.

As transações comerciais eram feitas na base de troca, criando um padrão de troca inicialmente representado pela cevada e depois pelos metais que circulavam sobre as mais diversas formas, sem jamais atingir, no entanto, a forma de moeda. A existência de um comércio muito intenso deu origem a uma organização econômica sólida, que realizava operações como empréstimos a juros, corretagem e sociedades em negócios. Usavam recibos, escrituras e cartas de crédito.

O comércio foi uma figura importante na sociedade mesopotâmica, e o fortalecimento do grupo mercantil provocou mudanças significativas, que acabaram por influenciar na desagregação da forma de produção templário-palaciana dominante na Mesopotâmia.

As ciências a astronomia

Entre os babilônicos, foi a principal ciência. Notáveis eram os conhecimentos dos sacerdotes no campo da astronomia, muito ligada e mesmo subordinada a astrologia. As torres dos templos serviam de observatórios astronômicos. Conheciam as diferenças entre os planetas e as estrelas e sabiam prever eclipses lunares e solares. Dividiram o ano em meses, os meses em semanas, as semanas em sete dias, os dias em doze horas, as horas em sessenta minutos e os minutos em sessenta segundos. Os elementos da astronomia elaborada pelos mesopotâmicos serviram de base à astronomia dos gregos, dos árabes e deram origem à astronomia dos europeus.

Sociedade na Mesopotâmia (continuação)

A matemática

Entre os caldeus, alcançou grande progresso. As necessidades do dia a dia levaram a um certo desenvolvimento da matemática.

Os mesopotâmicos usavam um sistema matemático sexagesimal (baseado no número 60). Eles conheciam os resultados das multiplicações e divisões, raízes

quadradas e raiz cúbica e equações do segundo grau. Os matemáticos indicavam os passos a serem seguidos nessas operações, através da multiplicação dos exemplos. Jamais divulgaram as formulas dessas operações, o que tornaria as repetições dos exemplos desnecessárias. Também dividiram o círculo em 360 graus, elaboraram tábua correspondentes às tábua dos logaritmos atuais e inventaram medidas de comprimento, superfície e capacidade de peso;

A medicina

Os progressos da medicina foram grandes (catalogação das plantas medicinais, por exemplo). Assim como o direito e a matemática, a medicina estava ligada a adivinhação. Contudo, a medicina não era confundida com a simples magia. Os médicos da Mesopotâmia, cuja profissão era bastante considerada, não acreditavam que todos os males tinham origem sobrenatural, já que utilizavam medicamentos à base de plantas e faziam tratamentos cirúrgicos. Geralmente, o medico trabalhava junto com um exorcista, para expulsar os demônios, e recorria aos adivinhos, para diagnosticar os males.

As letras



Escrita cuneiforme gravada numa escultura do século XXII a.C. (Museu do Louvre, Paris).

A linguagem escrita é resultado da necessidade humana de garantir a comunicação e o desenvolvimento da técnica.

A escrita

A escrita cuneiforme, grande realização sumeriana, usada pelos sírios, hebreus e persas, surgiu ligada às necessidades de contabilização dos templos. Era uma escrita ideográfica, na qual o objeto representado expressava uma ideia. Os sumérios - e, mais tarde os babilônicos e os assírios, que falavam acadiano - fizeram uso extensivo da escrita cuneiforme. Mais tarde, os sacerdotes e escribas começaram a utilizar uma escrita convencional, que não tinha nenhuma relação com o objeto representado.

As convenções eram conhecidas por eles, os encarregados da linguagem culta, e procuravam representar os sons da fala humana, isto é, cada sinal representava um som. Surgia assim a escrita fonética, que pelo menos no segundo milênio a.C., já era utilizado nos registros de contabilidade, rituais mágicos e textos religiosos. Quem decifrou a escrita cuneiforme foi Henry C. Rawlinson. A chave dessa façanha ele obteve nas inscrições da Rocha de Behistun, na qual estava gravada uma gigantesca mensagem de 20 metros de comprimento por 7 de Altura.

A mensagem fora talhada na pedra pelo rei Dario, e Rawlinson identificou três tipos diferentes de escrita (antigo persa, elamita e acádio - também chamado de assírio ou babilônico). O alemão Georg Friederich Grotefend e o francês Jules Oppent também se destacaram nos estudos da escrita sumeriana.

A Literatura era pobre

Destacam-se apenas o Mito da Criação e a Epopeia de Gilgamesh - aventura de amor e coragem desse herói semi-deus, cujo objetivo era conhecer o segredo da imortalidade.

Sociedade na Mesopotâmia (continuação)

O Direito

O Código de Hamurabi, até pouco tempo o primeiro código de leis que se tinha notícia, não é original. É uma compilação de leis sumerianas mescladas com tradições semitas. Ele apresenta uma diversidade de procedimentos jurídicos e determinação de penas para uma vasta gama de crimes.

Contém 282 leis, abrangendo praticamente todos os aspectos da vida babilônica, passando pelo comércio, propriedade, herança, direitos da mulher, família, adultério, falsas acusações e escravidão. Suas principais características são: Pena ou Lei de Talião, isto é, "olho por olho, dente por dente" (o castigo do criminoso deveria ser exatamente proporcional ao crime por ele cometido), desigualdade perante a lei (as punições variavam de acordo com a posição social da vítima e do infrator), divisão da sociedade em classes (os homens livres, os escravos e um grupo intermediário pouco conhecido - os mushkinum) e igualdade de filiação na distribuição da herança.

O Código de Hamurabi reflete a preocupação em disciplinar a vida econômica (controle dos preços, organização dos artesãos, etc.) e garantir o regime de propriedade privada da terra. Os textos jurídicos mesopotâmicos invocabam os deuses da justiça, os mesmos da adivinhação, que decretavam as leis e presidião os julgamentos.



Legenda: inscrição do Código de Hamurabi.

As artes

A mais desenvolvida das artes, porém não era tão notável quanto a egípcia. Caracterizou-se pelo exibicionismo e pelo luxo. Construíram templos e palácios, que eram considerados cópias dos existentes nos céus, de tijolos, por ser escassa a pedra na região. O zigurate, torre de vários andares, foi a construção característica das cidades-estados sumerianas. Nas construções, empregavam argila, ladrilhos e tijolos.

Escultura e a pintura

Tanto a escultura quanto a pintura eram fundamentalmente decorativas. A escultura era pobre, representada pelo baixo relevo. Destacava-se a estatuária assíria, gigantesca e original. Os relevos do palácio de Assurbanipal são obras de artistas excepcionais. A pintura mural existia em função da arquitetura.

A música e a dança

A música na Mesopotâmia, principalmente entre os babilônicos, estava ligada à religião.

Quando os fiéis estavam reunidos, cantavam hinos em louvor dos deuses, com acompanhamento de música. Esses hinos começavam muitas vezes, pelas expressões: " Glória, louvor tal deus; quero cantar os louvores de tal deus", seguindo a enumeração de suas qualidades, de socorro que dele pode esperar o fiel.

Nas cerimônias de penitência, os hinos eram de lamentação: "aí de nós", exclamavam eles, relembrando os sofrimentos de tal ou qual deus ou apiedando-se das desditas que desabam sobre a cidade. Instrumentos sem dúvida de sons surdos, acompanhavam essa recitação e no corpo desses salmos, vê-se o texto interromper-se e as onomatopeias "ua", "ui", "ua", sucederem-se em toda uma linha. A massa dos fiéis devia interromper a recitação e não retomá-la senão quando todos, em coro tivessem gemido bastante.

A procissão, finalmente, muitas vezes acompanhava as cerimônias religiosas e mesmo as cerimônias civis. Sobre um baixo-relevo assírio do British Museum que representa a tomada da cidade de Madaktu em Elam, a população sai da cidade e se apresenta diante do vencedor, precedida de música, enquanto as mulheres do cortejo batem palmas à oriental para compassar a marcha.

O canto também tinha ligações com a magia. Há cantos a favor ou contra um nascimento feliz, cantos de amor, de ódio, de guerra, cantos de caça, de evocação dos mortos, cantos para favorecer, entre os viajantes, o estado de transe.

A dança, que é o gesto, o ato reforçado, se apoia em magia sobre leis da semelhança. Ela é mímica, aplica-se a todas as coisas:- há danças para fazer chover, para guerra, de caça, de amor etc.

Danças rituais têm sido representadas em monumentos da Ásia Ocidental, Suméria. Em Thechemé-Ali, perto de Teerã; em Tepe-Sialk, perto de Kashan; em Tepe-Mussian, região de Susa, cacos arcaicos reproduzem filas de mulheres nuas, dando-se as mãos, cabelos ao vento, executando uma dança. Em cilindros-sinetes vêem-se danças no curso dos festins sagrados (tumbas reais de Ur).

O legado dos povos mesopotâmicos

Herdamos dos povos mesopotâmicos vários elementos de nossa cultura. Vejamos alguns:

- o ano de 12 meses e a semana de 7 dias;
- a divisão do dia em 24 horas;
- a crença nos horóscopos e os doze signos do zodíaco;
- a previsão dos eclipses.
- o hábito de fazer o plantio de acordo com as fases da lua;
- a circunferência de 360 graus;

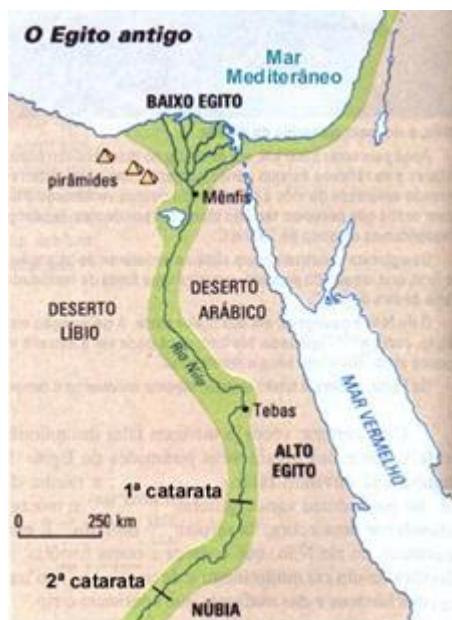
o processo aritmético das operações matemáticas; multiplicação, divisão, soma e subtração além de raiz quadrada e cúbica.

Egito

Os registros iniciais da civilização que se formou às margens do Rio Nilo datam de aproximadamente 6 mil anos. O que conhecemos sobre aquela civilização nos indica que atingiu um padrão complexo na arte, na ciência, no comércio e na religião. Essa cultura elaborada acentuava a diferença entre os que tinham e os que não tinham posses.



O Egito está localizado em região desértica, às margens do Rio Nilo, na porção nordeste do continente africano, é banhado tanto pelo Mar Mediterrâneo quanto pelo Mar Vermelho e limita-se com o Sudão e com o Deserto da Líbia. Apesar de situado numa região desértica, com poucas chuvas, ele é cortado por um vale muito fértil percorrido pelo Rio Nilo, rio que teve um papel decisivo na vida e, principalmente na economia do Antigo Egito.



Podemos observar, no mapa abaixo, a região do Egito denominada *Crescente Fértil*.



O nome Crescente Fértil deriva do fato de que, se traçarmos uma faixa de união entre o Rio Tigre, o Rio Eufrates, o Rio Nilo e o Rio Jordão, obteremos a forma de uma meia-lua (lua crescente) e também por ter o seu solo muito fértil em um local onde a maior parte das terras era muito árida para qualquer cultivo.

Esse solo fértil deve-se graças ao regime de enchentes anuais no Rio Nilo que, durante os meses de junho a setembro, o rio transbordava, inundando suas margens; quando voltava a seu leito normal, deixava o vale fertilizado pelo húmus (fertilizante orgânico) e pronto para o plantio.

Períodos da História Egípcia

A história do Egito divide-se em três fases: o Antigo Império; Médio Império e o Novo Império.

Ao longo desses três períodos, o Egito atingiu o apogeu. Porém, a partir do século VII a.C. o Egito foi invadido por vários povos e perdeu o seu antigo esplendor. A seguir, uma rápida explanação sobre cada período.

ANTIGO IMPÉRIO (3200 a.C. – 2100 a. C.)

Durante o Antigo Império foram construídas obras de drenagem e irrigação, que permitiram a expansão da agricultura; são desse período ainda as grandes pirâmides dos faraós Quéops, Quéfren e Miquerinos, construídas nas proximidades de Mênfis, a capital do Egito na época.



As pirâmides eram túmulos dos faraós. Para o seu interior era levada grande quantidade de objetos que pertenciam ao soberano, como móveis, joias e outros objetos preciosos.

Durante o Antigo Império, o faraó conquistou amplos poderes. Isso acabou gerando alguns conflitos: os grandes proprietários de terra e os chefes dos diversos nomos não aceitaram a situação e procuraram diminuir o poder do faraó. Essas disputas acabaram por enfraquecer o poder político do Estado.

MÉDIO IMPÉRIO (2100 a.C. – 1580 a.C.)

Durante o Médio Império, os faraós reconquistaram o poder político no Egito. A capital passou a ser Tebas.

Nesse período, conquistas territoriais trouxeram prosperidade econômica. Mas algumas agitações internas voltariam a enfraquecer o império, o que possibilitou, por volta de 1750 a.C., a invasão dos hicsos, povo nômade de origem asiática. Os hicsos permaneceram no Egito cerca de 170 anos.

NOVO IMPÉRIO (1580 a.C. – 715 a.C.)

O período iniciou-se com a expulsão dos hicsos e foi marcado por numerosas conquistas territoriais. Em seu final ocorreram agitações internas e outra onda de invasões. Devido ao enfraquecimento do Estado, o Egito foi conquistado sucessivamente pelos assírios (670 a.C.), persas (525 a.C.), gregos (332 a.C.) e romanos (30 a.C.)

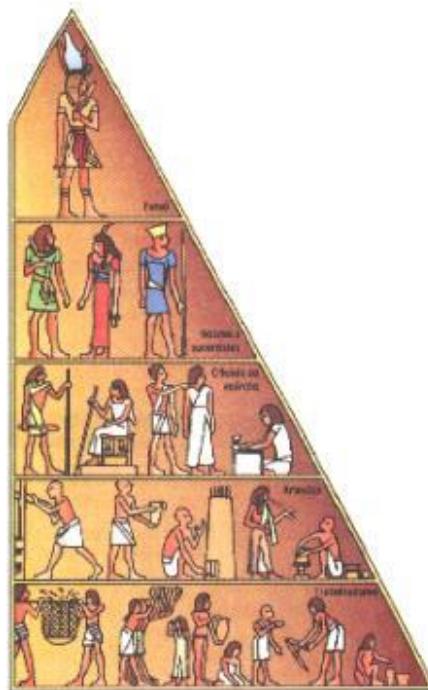
POLÍTICA E SOCIEDADE DO EGITO ANTIGO

Inicialmente, os egípcios se organizaram por meio de um conjunto de comunidades patriarcais chamadas de *nomos*. Os nomos eram controlados por um chefe chamado *nomarca*. Os nomos se agrupavam em duas regiões distintas, que formavam dois reinos rivais: o reino do Alto Egito e o reino do Baixo Egito.

Por volta de 3.200 a.C. o reino do Norte dominou o reino do Sul, unificando assim, o Egito. O responsável por essa união foi Menés, que passou, então, a ser chamado de faraó, cujo significado é “casa grande”, “rei das duas terras”. O poder dos reis passava de pai para filho, isto é, era hereditário. Como os egípcios acreditavam que os faraós eram deuses ou, pelo menos, representantes diretos

dos deuses na Terra, a forma de governo que se instalou foi chamada de monarquia teocrática.

A ilustração abaixo representa como era dividida a sociedade no Antigo Egito:



Como podemos perceber, a sociedade egípcia era organizada em torno do faraó, senhor de todas as terras e de todas as pessoas. Ele era responsável pela justiça, pelas funções religiosas, pela fiscalização das obras públicas e pelo comando do exército. O faraó era considerado um deus vivo, filho de deuses e intermediário entre eles e a população. Em sua honra, realizavam-se inúmeros cultos.

Abaixo do faraó, e em ordem de importância, estavam o Vizir do Alto Egito, o do Baixo Egito e o Sumo-Sacerdote de Amon-Rá, um dos principais deuses do Egito Antigo. Os vizires contavam com a ajuda dos supervisores e dos nomarcas, isto é, os governadores dos nomos, os distritos do Egito. Os nomarcas por sua vez, eram auxiliados pelos funcionários do governo, os escribas, que sabiam ler e escrever.

A centralização política do Egito não foi de fato uma constante em sua história. Vários episódios de dissolução do Estado podem ser observados durante sua trajetória. Por volta de 2.300 a.C., uma série de contendas internas e invasões deram fim à supremacia do faraó. Nos três séculos subsequentes os nomos voltaram a ser a principal unidade de organização sócio-política. Esse primeiro período que vai da unificação ao restabelecimento dos nomos corresponde ao Antigo Império.

Ao fim do século XXI a.C., o Estado centralizado foi restabelecido graças aos esforços do faraó Mentuhotep II. A servidão coletiva foi mais uma vez adotada, permitindo a construção de vários canais de irrigação e a transferência da capital

para a cidade de Tebas. Mesmo sendo um período de diversas conquistas e desenvolvimento da cultura egípcia, o Médio Império chegou ao seu fim em 1580, com a dominação exercida pelos hicsos.

A presença estrangeira serviu para que os egípcios se unissem contra a presença dos hicsos. Com a expulsão definitiva dos invasores, temos o início do Novo Império.

Nessa época, presenciamos a dominação egípcia sob outros povos. Entre as civilizações dominadas pelos egípcios, destacamos os hebreus, fenícios e assírios. Tal expansão das fronteiras possibilitou a ampliação das atividades comerciais durante o Novo Império.

O Novo Império, considerado o mais estável período da civilização egípcia, teve seu fim com a deflagração de uma série de invasões. Os assírios, persas, macedônios e romanos invadiram e controlaram o Egito ao longo da Antiguidade. Ao longo de mais de 2500 anos, os egípcios ainda foram alvo do controle árabe, turco e britânico.

Egito - Economia e Religião

ECONOMIA

A agricultura era a atividade econômica principal dos egípcios. Inicialmente, para melhor aproveitar as águas do rio Nilo, os camponeses uniam-se, empenhando-se na construção de diques e no armazenamento de cereais para a época de escassez.

Com o tempo, a produção agrícola tornou-se variada, sendo cultivados algodão, linho (utilizados na fabricação de roupas), trigo, cevada, gergelim, legumes, frutas e, principalmente, oliveiras.

Às margens do rio os camponeses faziam pomares e hortas, produzindo favas, lentilhas, grão-de-bico e pepinos. Cultivavam ainda uva, utilizada na fabricação do vinho.

Perto de suas casas, eles criavam porcos e carneiros. O trabalho no campo era realizado com o auxílio de um arado de madeira puxado por bois.

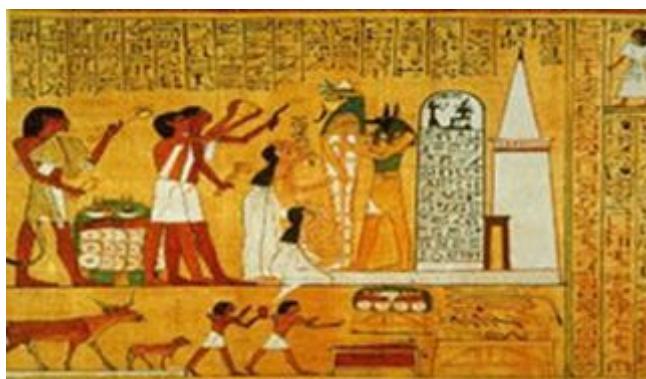
Os camponeses que moravam nos pântanos e nos lagos costeiros, organizados em equipes, criavam em tanques numerosas variedades de peixes. O peixe, seco e conservado, era consumido muitas vezes com pão e cerveja, e constituía parte importante da alimentação dos egípcios.

Contando com um intenso artesanato, o comércio também foi outra importante atividade econômica no Egito Antigo.

RELIGIÃO

A religião desempenhava papel importante na sociedade egípcia: todos os aspectos da vida de um egípcio eram regulados por normas religiosas.

Havia cerimônias religiosas para os acontecimentos individuais: nascimento, casamento, morte, etc., e também para os acontecimentos que envolviam toda a sociedade, como as festas na época da colheita.



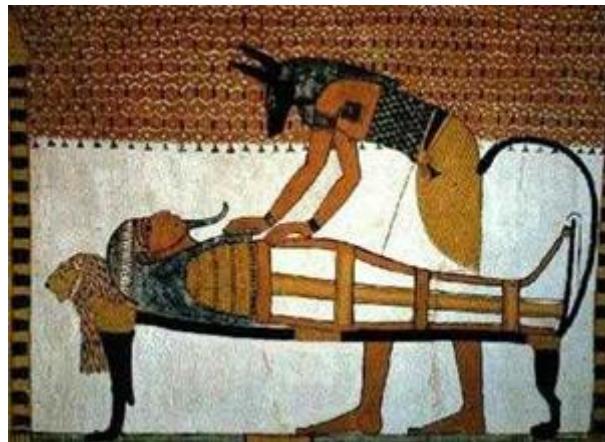
Abertura da Boca: um dos rituais funerários do Antigo Egito

As crenças egípcias giravam em torno da adoração de vários deuses, o politeísmo, e a crença em deuses com forma humana e animal, o antropozoomorfismo. Muitos deles eram associados a determinadas forças da natureza. O politeísmo egípcio era acompanhado pela forte crença em uma vida após a morte. É a partir desse princípio religioso que podemos compreender a complexidade dos rituais funerários e a preparação dos cadáveres através do processo de mumificação.

Os antigos egípcios acreditavam numa vida após a morte e no retorno do espírito ao corpo. Muito do que conhecemos hoje sobre os costumes e o modo de vida do Egito Antigo está associado a essa crença. A maior parte do nosso conhecimento vem da análise das pinturas e dos objetos deixados pelos egípcios nos túmulos.

RITUAIS DE VIDA E MORTE

Os egípcios acreditavam na vida após a morte, mas se quisessem gozar o outro mundo, seus corpos teriam de sobreviver. Por essa razão, mumificavam seus mortos. A técnica de preservar corpos é chamada de embalsramento e os egípcios foram verdadeiros mestres nessa atividade.



Deus Anúbis realizando uma mumificação

Após a morte, o corpo era esvaziado e desidratado com a ajuda de um sal especial. Em seguida, embalsamado e envolvido com faixas de tecido de linho. As vísceras do morto eram colocadas separadamente em quatro recipientes.



Somente o coração era substituído por algum objeto. Por ser impossível conservá-lo, uma peça em forma de escaravelho (inseto de quatro asas, também chamado de bicho-bolo) era colocada em seu lugar. Em geral, um texto sagrado envolvia o novo "coração". Assim, o anterior era substituído simbolicamente.

Enquanto os embalsamadores se ocupavam da proteção do corpo, uma sepultura era preparada e decorada.



Capela funerária de Tutmés III

Nem todos os egípcios eram enterrados em **pirâmides**, como acontecia com os **faraós**. O sepultamento variava conforme a posição social do indivíduo e sua riqueza. Havia outros tipos de túmulos: os hipogeus e as mastabas.

Os hipogeus eram túmulos subterrâneos cavados nas rochas, principalmente nos barrancos de rios ou nas encostas de montanhas. Podiam possuir vários compartimentos e ser ricamente decorados. As mastabas eram tumbas, de base retangular, que tinham no interior uma sala para oferendas, uma capela e uma câmara mortuária subterrânea, onde ficavam os mortos. As pessoas mais humildes eram enterradas em covas simples no meio do deserto.

Para o interior do túmulo, os egípcios levavam objetos de uso diário e as riquezas que possuíam e pintavam cenas cotidianas. Acreditavam que, agindo assim, garantiriam o conforto na vida após a morte. Um ponto curioso nos rituais do Egito era a zoolatria, ou seja, a adoração de animais. Os animais tidos como sagrados eram também cuidadosamente mumificados, após a morte, e depositados em cemitérios especiais.

Deuses e Escrita do Egito

OS DEUSES

Os egípcios cultuavam inúmeros **deuses**, com funções e aspectos variados. Existiam deuses cultuados em todo Egito e outros adorados apenas em determinados lugares. Entre os primeiros estavam os deuses ligados à morte e ao enterro, como Osíris.

O culto ao Isis e Osíris era o mais popular no Egito Antigo. Acreditava-se que Osíris e sua irmã-esposa, Isis, tinham povoado o Egito e ensinado aos camponeses as técnicas da agricultura. Conta a lenda que o deus Set apaixonou-se por Isis e por isso assassinou Osíris. Esse ressuscitou e dirigiu-se para o Além, tornando-se o deus dos mortos.



Os antigos egípcios acreditavam que as lágrimas de Isis, que chorava a morte do esposo, eram responsáveis pelas cheias periódicas do Nilo. Também era adorado o deus Hórus, filho de Isis e Osíris.

O CONHECIMENTO E AS ARTES

Os egípcios desenvolveram importantes conhecimentos em diversas áreas: na aritmética, na astronomia, na química e na área da saúde.

A medicina egípcia apresentava grandes avanços, como a criação de tratamentos médicos, delicadas intervenções cirúrgicas e tratamento de doenças, destaca-se ainda, a mumificação de cadáveres.

A fim de resolver problemas práticos desenvolveram técnicas como o controle das inundações, a construção de sistemas hidráulicos, a preparação da terra para a semeadura de acordo com o ciclo das estações.

As manifestações artísticas tinham evidente conotação religiosa sempre voltadas para a glorificação dos deuses e a vida de alguns faraós. Na arquitetura e na engenharia a construção de pirâmides e templos representaram um grande avanço em tais áreas.

A ESCRITA EGÍPCIA

A escrita egípcia era feita com sinais ou caracteres pictóricos que representavam imagens de pássaros, insetos, objetos, etc., conhecidos como hieróglifos.

Segundo a maioria dos historiadores, os egípcios começaram a utilizar os hieróglifos por volta de 3200 a.C. Essa, com certeza é uma das escritas mais antigas do mundo.

Nesta escrita, cada sinal representava um objeto: havia partes do corpo humano, plantas, animais, edifícios, barcos, utensílios de trabalho, profissões, armas. Com o tempo, esses desenhos foram substituídos por figuras mais simplificadas ou por símbolos gráficos.

Para representar sentimentos, como ódio ou amor, ou ações como amar e sofrer, os egípcios desenhavam objetos cujas palavras que os designavam tinham sons semelhantes aos das palavras que os hieróglifos se referiam a algo concreto, havia um sinal vertical ao lado de cada figura. Se fossem referentes a algo abstrato, havia o desenho de um rolo de papiro. Se correspondesse à determinada pessoa, os hieróglifos traziam sempre a imagem de uma figura feminina ou masculina, mostravam um pequeno sol. Para completar, os hieróglifos podiam ser escritos da direita para a esquerda ou vice-versa a ordem certa, em cada caso, dependia da direção dos olhos das figuras humanas ou dos pássaros representados.



A partir dos hieróglifos, os egípcios desenvolveram outros sistemas. Veremos agora, em síntese, como eram empregados esses sistemas:

- Hieroglífico: considerado sagrado, era utilizado pelos sacerdotes;
- Hierático: era mais simples, utilizado pelos escribas nos papiros;
- Demótico: o mais simplificado era de uso popular.

Para escrever era utilizado o papiro, espécie de papel fabricado com o talo de uma planta de mesmo nome, acompanhado de pincéis, paletas, tinteiros e um pilão. Quando eles iam escrever esmagavam os pigmentos no pilão e depois transferiam a tinta para o tinteiro, que tinha duas cavidades: Uma para tinta vermelha e outra para a tinta preta. Os pincéis eram umedecidos com água que ficava numa bolsa de couro. Algumas paletas tinham caráter espiritual para os escribas, sendo guardadas em seus túmulos.

A escrita hieroglífica foi decifrada pelo francês Jean-François Champollion, que, após anos de estudo, concluiu seu trabalho em 1822, decifrando a [Pedra de Roseta](#), um pedaço de basalto negro onde estava gravado um texto em grego, hieróglifos e demótico.



Quem realizava este trabalho de registro eram os escribas. Os escribas eram altos funcionários a serviço do faraó. Tinham como dever, anotar o que acontecia nos campos, contar os grãos, registrar as cheias do Nilo, calcular os impostos que os camponeses deveriam pagar, escrever contratos, atas judiciais, cartas, além de registrar os outros produtos que entravam no armazém.

Além da escrita, os escribas tinham que conhecer as leis, saber calcular impostos e ter noções de aritmética. Os escribas possuíam um pictograma próprio, representado pela paleta. Lê-se sech (escrever), e faz parte das palavras relacionadas com arquivos, impostos e tributos.



A vida dos egípcios

A maior parte da população egípcia morava em pequenas cabanas feitas de juncos, madeira e barro. As casas eram construídas nos locais mais elevados, para não serem atingidas pelas inundações. Essas casas, além de fornecer abrigo nas noites frias, protegiam das tempestades de areia. Nas épocas de muito calor, as famílias procuravam locais mais elevados para tomar ar fresco e fugir do mormaço do interior das casas.

A casa dos camponeses era simples, geralmente com uma única divisão e quase sem móveis. Os camponeses possuíam apenas algumas esteiras, alguns utensílios de cozinha e alguns vasos. Como não havia talhares, as pessoas comiam com as mãos.

As casas dos egípcios mais ricos eram confortáveis. Feitas com tijolos de barro secos ao sol, elas eram bem decoradas e mobiliadas. Possuíam camas, mesas, cadeiras, e os bancos tinham assentos de couro ou de palha. Mesmo as casas de alguns artesãos, que não eram ricos, eram bem melhores que as casas dos camponeses.

A alimentação dos egípcios consistia de pão, cebola, alho, favas, lentilhas, rabanetes, pepinos e, às vezes, peixe. Essa alimentação era regada por cerveja não fermentada. Os pobres só comiam carne e frutas nos dias de festas. O vinho só aparecia na mesa dos ricos, que, além dos alimentos citados, consumiam frutas, queijos e carnes de animais domésticos e selvagens.

Em suas atividades de caça e pesca no Nilo, os egípcios navegavam em pequenas e frágeis embarcações feitas de feixes de papiro atados. Os pescadores trabalhavam em grupos e utilizavam enormes redes. Os nobres, porém, pescavam só por diversão, com auxílio de lâncias.

Os camponeses e artesãos vestiam-se apenas com um pedaço de tecido, colocado em forma de tanga em volta da cintura. As mulheres usavam uma longa túnica e os meninos geralmente andavam nus. Os ricos usavam trajes mais requintados. Os nobres, por exemplo, usavam um saiote pregueado e suas mulheres, vestidos bordados com contas.

Nas cerimônias, tanto os homens como as mulheres usavam pesadas perucas. Além disso, independentemente de idade ou sexo, os egípcios gostavam de usar

imensas joias – tiaras, brincos, colares, anéis, braceletes e pulseiras. Essas joias podiam ser de ouro, prata, pedras semipreciosas, contas de vidro, conchas ou pequenas pedras polidas de cores bonitas.

Os egípcios tinham ainda seus jogos e divertimentos. Os jovens nobres, por exemplo, costumavam sair em carros puxados por cavalos para ir ao rio pescar, apanhar aves ou caçar hipopótamos e crocodilos.

A luta e a natação eram os esportes mais populares. Os barqueiros costumavam formar equipes e fazer competições no rio. Nessas ocasiões iam armados com paus a fim de derrubar seus adversários na água. Os egípcios apreciavam muito os jogos de tabuleiro. Esses jogos assemelhavam-se aos jogos de xadrez e de damas que conhecemos hoje.

As crianças egípcias também tinham seus jogos e brinquedos. Gostavam muito de dançar, disputar jogos de equipe, e brincar com bonecas e bolas.

As mulheres na sociedade egípcia

Os relevos e pinturas dos túmulos fornecem imenso e importante material para se estudar a vida cotidiana dos amigos egípcios. Apesar de os grandes túmulos terem pertencido apenas aos membros dos grupos sociais mais ricos, algumas cenas de seu interior permitem-nos lançar um olhar sobre o cotidiano de grande parte da população.

As informações transmitidas por estas cenas podem ser complementadas por objetos de uso diário, que eram muitas vezes sepultados com seus proprietários. Os textos literários e administrativos são também importantes.

Assim, é possível conhecer um pouco o papel das mulheres no Egito Antigo analisando a decoração dos túmulos. Nessas cenas, a esposa ou a mãe do proprietário do túmulo têm maior destaque. Em geral, as duas aparecem vestidas de forma simples, mas elegante, sentadas comodamente com o homem à mesa de oferendas. Por vezes, elas acompanham o homem quando ele observa cenas de trabalho.

No outro extremo, encontramos as mulheres ocupadas em trabalhos servis, fazendo pão e cerveja, fiando ou tecendo. São atividades feitas, provavelmente, em aposentos domésticos de uma casa mais rica.

A cor amarelada da pele das mulheres indica, entre outras coisas, uma menor exposição ao sol do que a dos homens, representados com aparência mais avermelhada. Isso sugere uma reclusão maior da mulher.

É possível que não fosse seguro para elas se aventurarem pelos espaços externos. Um texto de Ramsés III afirma: "Tornei possível à mulher egípcia seguir seu caminho, podendo as suas viagens prolongar-se até onde ela quiser, sem que qualquer outra pessoa a assalte na estrada", o que implica não ter sido sempre este o caso.

Nos túmulos mais antigos as mulheres estão ausentes dos trabalhos de maior destaque e das diversões mais agradáveis. Para além das cenas de tocadoras de instrumentos e de dançarinas acrobáticas, o papel das mulheres neste período parece ter sido muito restrito.

As mulheres não tinham quaisquer títulos importantes e, à exceção de alguns membros da família real e das rainhas, dispunham de pouco poder político.

O título que detinham em geral era o de senhora da casa. Quase todas eram analfabetas.

Fenícios

A civilização fenícia desenvolveu-se na Fenícia, território do atual Líbano. Os fenícios eram povos de origem semita. Por volta de 3000 a.C., estabeleceram-se numa estreita faixa de terra com cerca de 35 km de largura, situada entre as montanhas do Líbano e o mar Mediterrâneo. Com 200 km de extensão, corresponde a maior parte do litoral do atual Líbano e uma pequena parte da Síria.

Por habitarem uma região montanhosa e com poucas terras férteis, os fenícios dedicaram-se à pesca e ao comércio marítimo.

As cidades fenícias que mais desenvolveram na antiguidade foram Biblos, Tiro e Sidon.



Características da Fenícia

A fenícia, terra de marinheiros e comerciantes, ocupava uma estreita área, com aproximadamente 40 km de largura, entre o mar Mediterrâneo e as montanhas do Libano. Atualmente essa região corresponde ao Líbano e a parte da Síria.

O solo montanhoso da Fenícia não era favorável ao desenvolvimento agrícola e pastoril. Vivendo como que espremido em seu território, o povo fenício percebeu a necessidade de se lançar ao mar e desenvolver o comércio pelas cidades do Mediterrâneo.

Entre os fatores que favoreceram o sucesso comercial e marítimo da Fenícia, podemos destacar que a região:

Era muito encruzilhada de rotas comerciais, o escoadouro natural das caravanas de comércio que vinham da Ásia em direção ao Mediterrâneo;

Era rica em cedros, que forneciam a valiosa madeira para a construção de navios;

Possuía bons portos naturais em suas principais cidades (Ugarit, Biblos, Sidon e Tiro);

Tinha praias repletas de um molusco (múrice), do qual se extraía a púrpura, corante de cor vermelha utilizando para o tingimento de tecidos, muito procurados entre as elites de diversas regiões da Antiguidade.

As cidades fenícias

A Fenícia era, na verdade, um conjunto de Cidades-Estado, independentes entre si. Algumas adotavam a Monarquia Hereditária; outras eram governadas por um Conselho de Anciões. As cidades fenícias disputavam entre si e com outros povos, o controle das principais rotas do comércio marítimo.



Fenícios (continuação)

Economia

A principal atividade econômica dos fenícios era o comércio. Em razão dos negócios comerciais, os fenícios desenvolveram técnicas de navegação marítima, tornando-se os maiores navegadores da Antiguidade.

Desse modo, comerciavam com grande número de povos e em vários lugares do Mediterrâneo, guardando em segredo as rotas marítimas que descobriam. Considerável parte dos produtos comercializados pelos fenícios provinha de

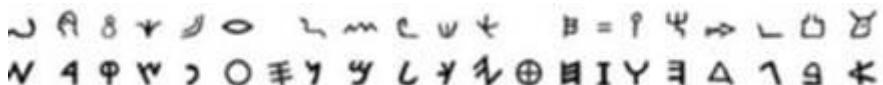
suas oficinas artesanais, que dedicavam à metalurgia (armas de bronze e de ferro, joias de ouro e de prata, estátuas religiosas), à fabricação de vidros coloridos e à produção de tintura de tecidos (merecem destaque os tecidos de púrpura). Por sua vez, importavam de várias regiões produtos como metais, essências aromáticas, pedras preciosas, cavalos e cereais. Tiro era a principal cidade que se dedicava ao comércio de escravos, adquirindo prisioneiros de guerra e vendendo-os aos soberanos do Oriente próximo. Expandido suas atividades comerciais, os fenícios fundaram diversas colônias que, a princípio, serviam de bases mercantis. Encontramos colônias fenícias em lugares como Chipre, Sicília, Sardenha e sul da Espanha. No norte da África, os fenícios fundaram a importante colônia de Cartago.



Relevo de um barco fenício

O alfabeto, uma criação fenícia

O que levou os fenícios a criarem o alfabeto foi justamente a necessidade de controlar e facilitar o comércio. O alfabeto fenício possuía 22 letras, apenas consoantes, e era, portanto, muito mais simples do que a escrita cuneiforme e a hieroglífica. O alfabeto fenício serviu de base para o alfabeto grego. Este deu origem ao alfabeto latino, que, por sua vez, gerou o alfabeto atualmente utilizado no Brasil.



Os fenícios e a religião

A religião dos fenícios era politeísta e antropomórfica. Os fenícios conservaram os antigos deuses tradicionais dos povos semitas: as divindades terrestres e celestes, comuns a todos os povos da Ásia antiga. Assinale-se, como fato estranho, que não deram maior importância às divindades do mar.

Cada cidade tinha seu deus, Baal (senhor), associado muitas vezes a uma entidade feminina - Baalit. O Baal de Sidon era Eshmun (deus da saúde). Biblos adorava Adônis (deus da vegetação), cujo culto se associava ao de Ashtart (a caldeia Ihstar; a grega Astarteia), deusa dos bens terrestres, do amor e da primavera, da fecundidade e da alegria. Em Tiro rendia-se culto a Melcart e Tanit.

Para aplacar a ira dos deuses sacrificavam-se animais. E, às vezes, realizavam-se terríveis sacrifícios humanos. Queimavam-se, inclusive, os próprios filhos. Em

algumas ocasiões, 200 recém-nascidos foram lançados, ao mesmo tempo, ao fogo - enquanto as mães assistiam, impassíveis, ao sacrifício.

Antiguidade Clássica - Grécia

O termo Antiguidade Clássica refere-se a um longo período da História da Europa que se estende aproximadamente do século VIII a.C., com o surgimento da poesia grega de Homero, à queda do Império romano do ocidente no século V d.C., mais precisamente no ano 476. No eixo condutor desta época, que a diferencia de outras anteriores ou posteriores, estão os fatores culturais das suas civilizações mais marcantes, a **Grécia** e a **Roma** antigas.

Localização

A Grécia antiga compreendia uma região chamada Hélade e ocupava o sul dos Balcãs (Grécia continental), a Península do Peloponeso (Grécia peninsular), as ilhas do Mar Egeu (Grécia Insular), além das colônias na costa da Ásia Menor e no sul da Península Itálica (Magna Grécia).



Divisão da história da Grécia

A história da Grécia é dividida, pelos historiadores, em quatro períodos principais:

- Pré-Homérico
- Homérico
- Arcaico
- Clássico

Período Pré-Homérico

O período Pré-Homérico corresponde ao apogeu e à decadência da civilização cretense, que se desenvolveu em Creta, a maior ilha do Mar Egeu. Essa ilha era povoada por tribos que, provavelmente, tenham vindo da Ásia Menor.

Durante esse período, outros povos dirigiram-se a Grécia: os aqueus, que se estabeleceram na Grécia continental e também na Ilha de Creta. Os aqueus dominaram os cretenses por volta de 1400 a.C. dando origem à civilização creto-micênica. Além dos aqueus, os jônios e os eólios também chegaram a Grécia. De todos esses povos, o mais importante foi o dório, com características guerreiras, que deram novo rumo à História Grega. Os dórios destruíram a civilização creto-micênica e conquistaram a Grécia. Esses acontecimentos anunciam um novo período da História da Grécia – o período Homérico.

O período homérico

A partir das invasões dórias teve início um período muitas vezes chamado de homérico, porque o conhecimento que se tem da sociedade grega da época se deve, em grande parte, a dois poemas – a *Ilíada* e a *Odisseia* -, atribuídos a Homero. A *Ilíada* narra a guerra de Troia, e a *Odisseia*, as aventuras do herói grego Ulisses (Odisseu) em sua viagem de volta a Grécia após a conquista de Troia. Há muita discussão sobre a autoria desses poemas. Muitos estudiosos defendem que Homero nunca existiu e que esses teriam sido obras do passado coletivo grego, tendo sido transmitidos oralmente de geração em geração.

Com a invasão dória, um novo modelo social se implantou: a produção passou a ser de subsistência, com exploração da mão-de-obra familiar, auxiliada por uns poucos assalariados e escravos; a arte e a escrita desapareceram; o artesanato decaiu; as armas de bronze finalmente trabalhadas foram aos poucos sendo substituídas por artefatos grosseiros, feitos de ferro; e o sepultamento em magníficos túmulos foi substituído pela cremação simples.

Nesse período a população passou a se organizar em pequenas comunidades, cuja unidade básica era a família. Essa forma social é chamada de genos. Cada geno possuía seu próprio líder, seu culto religioso e suas leis.

Com o passar dos tempos, os genos foram se ampliando e acabaram dando origem a um outro tipo de organização da vida social e política – a polis, ou cidade-Estado que foi a característica do período seguinte da história grega.

Grécia Antiga

Período Arcaico

O período Arcaico inicia-se com a reunião dos genos em unidades políticas maiores, chamadas *pólis* ou cidades-Estados.

Nesse tipo de organização não existia um governo único, cada cidade-estado tinha suas leis, seu governo, sua economia e sua sociedade própria e independente. O palácio do governo e os templos eram construídos em uma colina fortificada, a acrópole.

As pôlis gregas possuíam uma arquitetura parecida. Na parte baixa ficava uma praça, a ágora, onde aconteciam as assembleias dos cidadãos e as transações comerciais. Era também onde os juízes da cidade julgavam os criminosos e onde se realizavam os festivais de poesias e os jogos praticados em honra aos deuses. As duas pôlis mais importantes foram **Esparta** e **Atenas**.



O Partenon, na acrópole de Atenas

Esparta: uma cidade militar

Esparta foi fundada pelos dórios por volta do século IX a.C. Situava-se em uma região chamada Lacônia. As condições naturais da região onde ficava Esparta eram muito áridas: o solo montanhoso e seco dificultava o abastecimento da cidade. Essas condições adversas levaram os espartanos a conquistar terras férteis por meio de guerras.

O poder em Esparta era exercido por um pequeno grupo ligado às atividades militares. Apenas uma minoria participava das decisões políticas e administrativas – os *esparciatas* - que se dedicavam única e exclusivamente à política e à guerra.

A vida em Esparta girava em torno da guerra. Os espartanos temiam que os povos que haviam conquistado se rebelassem; temiam também que os escravos se revoltassem. A necessidade de garantir o poder dos esparciatas e o medo de que ideias vindas de fora colocassem em xeque esse poder faziam com que as viagens fossem proibidas e os contatos comerciais fossem quase inexistentes. Esparta fechava-se em torno de si mesma, impondo aos seus habitantes um modo de vida autoritário e de subordinação aos interesses do Estado.

A agricultura, o artesanato e o comércio eram praticados pelos *periecos*, uma camada de homens livres, mas sem direito de participar da política em Esparta.

Os escravos eram chamados de *hilotas*, pertenciam ao Estado e trabalhavam para os esparciatas.

Os jovens eram educados pelo Estado. Desde os sete anos deixavam as casas de suas famílias e se dirigiam para locais de treinamento militar.

Atenas e a democracia: o avesso de Esparta

Atenas, hoje a capital da Grécia, localizava-se no centro da planície Ática, às margens do Mar Egeu. Foi o avesso de Esparta: teve uma vida urbana e aberta às novidades. A atividade comercial foi a base de sua economia e os atenienses praticaram intenso comércio com diversos povos.

A sociedade ateniense era dominada pelos *eupátridas*, que eram grandes proprietários de terras. Contudo, o poder dos eupátridas era constantemente desafiado pelas camadas menos favorecidas e pelos comerciantes, que exigiam maior igualdade de direitos.

E por que esses segmentos desafiavam o poder dos eupátridas? Os pequenos proprietários, muitas vezes sem recursos. Viviam constantemente ameaçados pela escravidão por dívidas. Já os comerciantes, artesãos e assalariados urbanos, que eram chamados *demiurgos*, estavam excluídos das decisões políticas da pólis e também queriam participar delas.

O resultado dessas pressões constantes foi uma reforma nas leis feita por Sólon, um juiz ateniense. Por essa reforma, foi abolida a escravidão por dívidas e foi ampliado o direito de voto, de acordo com a riqueza que cada um possuía.

Porém, as reformas de Sólon só beneficiaram os comerciantes ricos. O resto da população continuou excluída das decisões políticas da pólis. A situação em Atenas não era nada calma com a pressão constante dos excluídos. Além disso, a cidade foi dominada pelo tirano (link dicionário) Pisistrato por mais de 30 anos.

Com o fim da tirania, foi Clistenes, um aristocrata preocupado com os problemas das camadas populares, o responsável por uma nova reforma. Ampliou a participação e o direito de decisão política para todos os cidadãos atenienses, isto é, todos os homens livres e nascidos em Atenas, maiores de 18 anos. A cidade foi dividida em *demos*, um tipo de distrito que elegia seus representantes para a assembleia. Esta, por sua vez, escolhia as pessoas que iriam integrar o conselho, responsável pelo governo da cidade.

Continuavam excluídos da pólis os estrangeiros, as mulheres e os escravos. Como você pode observar, os benefícios da democracia ateniense estavam reservados somente aos cidadãos, o que é diferente da democracia dos nossos dias.

A educação em Atenas era bastante diferente da adotada em Esparta. Os atenienses acreditavam que sua cidade-Estado seria mais forte se cada menino desenvolvesse integralmente suas melhores aptidões. O ensino não era gratuito nem obrigatório, ficando a cargo da iniciativa particular. Os garotos entravam

para a escola aos 6 anos e ficavam sob a supervisão de um pedagogo, com quem estudavam aritmética, literatura, música, escrita e educação física. Interrompiam os estudos apenas nos dias de festas religiosas, e, quando completavam 18 anos, eram recrutados pelo governo para treinamento militar, que durava cerca de dois anos.

As mulheres de Atenas estavam reservadas apenas as funções domésticas. Os pais tratavam de casar logo as ilhas adolescentes, as quais, após núpcias, ficavam sob o domínio total dos maridos. Nesse mundo masculino, ficar em casa e em silêncio era o maior exemplo de virtude para representantes do sexo feminino.

Grécia Antiga (continuação)

O governo nas cidades-Estados

As cidades-Estado gregas conheceram a maioria dos sistemas de governo existentes hoje. Atenas e Esparta, que sempre foram rivais, podem servir de exemplos para estudarmos os tipos de governo que existiram nas demais cidades.

A monarquia foi o regime político inicial em todas as póleis gregas; todas elas foram, pelo menos inicialmente, governadas por reis. Além de governarem as cidades, os reis também desempenhavam funções religiosas, atuando como sacerdotes e representantes dos deuses.

Na cidade de Esparta o governo era exercido simultaneamente por dois reis e dele participavam duas assembleias: a Apela, formada por representantes do povo, e a Gerúsia, um conselho de anciões. O poder dos reis espartanos era limitado; magistrados dos conhecidos como éforos vigiavam suas atividades.

As leis em Esparta foram elaboradas por Licurgo, o legislador que transformou a cidade em um Estado militarista.

Outro sistema conhecido pelos gregos foi a oligarquia, em que o poder ficava dividido entre pessoas que pertenciam às famílias mais importantes de uma cidade. O termo oligarquia significa “governo de poucos”.

Em algumas cidades, os governos oligárquicos foram derrubados pela força. Aqueles que assumiam o poder em seguida eram conhecidos como tiranos.

A tirania – governo dos tiranos – se estabelecia e se mantinha no poder por meio da força.

O ostracismo

O reformador Clistenes implantou uma lei em Atenas determinando que qualquer cidadão que ameaçasse a segurança da cidade poderia ser condenado ao exílio

por dez anos, isso era chamado de ostracismo. Ela lei procurava evitar que se repetisse um governo tirano em Atenas.



Imagen de uma ostraca, objeto em que se escreviam os nomes dos condenados ao ostracismo. Essa é a ostraca em que foi escrito o nome de Themistocles, estadista e general grego.

O período clássico

A democracia ateniense atingiu seu apogeu durante o governo de Péricles, no século V a.C. que marcou o início do chamado Período Clássico.

Contudo, as desavenças internas, a escassez de terras e a necessidade de expansão do comércio levaram as cidades gregas, entre elas Atenas, a conquistar várias áreas coloniais, próximas ou distantes. Os espartanos não gostaram dessa expansão territorial de Atenas e a disputa por melhores terras determinou a criação de dois grupos rivais: a Liga do Peloponeso, liderada por Esparta, e a Liga de Delos, sob a liderança de Atenas.

No início do século V a.C., iniciou-se a chamada [Guerra do Peloponeso](#), na qual Atenas saiu derrotada. Esse acontecimento foi o começo do declínio das antigas cidades-Estados gregas.

Gregos contra Persas

Entre os séculos VI e V a.C., a expansão do Império Persa passou a ameaçar a autonomia das cidades-estados gregas. Por volta de 500 a.C., os persas dominavam várias colônias gregas na Ásia Menor e seu objetivo era conquistar também a Grécia. Na luta contra o inimigo comum, as cidades-estados se uniram e conseguiram derrotar os persas em várias batalhas. Esse conflito, que durou vários anos, ficou conhecido como Guerras Greco-pérsicas ou Guerras Médicas, assim denominadas porque os gregos chamavam os persas de medos.

Gregos contra gregos

A decadência da civilização grega iniciou-se a partir das Guerras do Peloponeso, quando os gregos lutaram contra os gregos. As origens do conflito estão no descontentamento geral, sobretudo de Esparta, em relação à supremacia ateniense.

Esparta era aristocrática e estava determinada a manter sua organização sem interferências ou influências atenienses. Atenas, democrática e também poderosa guerreira, estava disposta a impor suas ideias e princípios.

Na primeira fase da guerra, entre 431 e 421 a.C., houve um certo equilíbrio entre as partes, com espartanos e atenienses conseguindo algumas vitórias. Após esse período as duas cidades fizeram um acordo de paz que deveria durar 50 anos.

Entre 415 e 413 a.C., a tregua foi quebrada pelos atenienses, que desejavam conquistar regiões dominadas pelos espartanos. Atenas foi derrotada e perdeu parte de sua frota e contingente militar. Os anos seguintes, de 413 a 404 a.C., podem ser considerados de ofensiva dos espartanos. Esparta aniquilou definitivamente Atenas, já bastante enfraquecida pelas perdas anteriores, iniciando sua hegemonia (domínio) sobre o mundo grego.

Grécia Antiga (continuação)

A conquista do território grego pela Macedônia

Atenas, o centro glorioso do século de ouro da Grécia, chegava ao fim. Esparta também não teve destino diferente; enfim, todas as cidades-estados ficaram enfraquecidas com as Guerras do Peloponeso e tornaram-se alvos fáceis para a dominação de outros povos.

Os macedônios, povo que habitava o norte da Grécia, conseguiram progredir e fortalecer-se econômica e militarmente. Aproveitando-se da fraqueza e da desunião dos gregos, Filipe II, o rei da Macedônia, preparou um poderoso exército e conquistou o território grego.

A política expansionista iniciada por Filipe II teve continuidade com seu filho e sucessor Alexandre Magno, conhecido também como Alexandre O Grande, que consolidou a dominação da Grécia e iniciou a conquista do império Persa.

A Macedônia tornou-se o centro do maior império formado até então, que só seria superado anos depois pelo Império Romano.

As conquistas de Alexandre Magno, promovendo a fusão das culturas das várias regiões conquistadas no Oriente com os valores gregos deu origem a cultura *helenística*, que teve como centro de difusão cultural Alexandria, no Egito, e Pérgamo, na Ásia Menor.

Os Conhecimentos da Grécia Antiga

Os gregos foram os responsáveis pelo nascimento da Filosofia, termo grego que significava *amor à sabedoria*, por volta do século IV a.C., na cidade de Mileto. Um dos mais importantes pensadores gregos foi Pitágoras anexo, matemático e filósofo. Pitágoras desenvolveu a ideia de que o princípio comum do homem, dos

animais, vegetais e minerais era o átomo, considerado a menor parte da matéria. Segundo Pitágoras, o que diferenciava os seres animados e inanimados eram as diferentes estruturas que os átomos formavam em cada um deles. Além disso, ele formulou teorias sobre números e os classificou em várias categorias: os pares, os ímpares e os números primos. Defendia, também, a ideia de que a Terra era redonda.

Os responsáveis pelo apogeu da filosofia grega no século IV a.C. foram Sócrates anexo, Platão anexo e Aristóteles anexo .

Sócrates não deixou nenhuma obra escrita. Ensinava nas ruas e nas praças. Seu principal discípulo foi Platão, cujas obras, em forma de diálogos, conservam-se até nossos dias. Aristóteles, por sua vez, foi o mais importante discípulo de Platão. Foi responsável pelo estabelecimento das bases da Lógica, ciência que estuda os métodos e processos que possibilitam diferenciar os argumentos verdadeiros dos falsos nos estudos filosóficos. A Lógica é, até hoje, um instrumento fundamental para todas as outras ciências.

Entre os matemáticos gregos, além de Pitágoras, conhecido como o “pai da matemática”, estão Euclides anexo,. Que estabeleceu os fundamentos da Geometria, e Arquimedes anexo, conhecido pelo famoso “Princípio de Arquimedes” segundo o qual *um corpo mergulhado na água sofre, de baixo para cima, um impulso equivalente ao líquido que deslocou.*

Os médicos também eram profissionais muito respeitados. O mais importante deles foi Hipócrates de Cós anexo, que é considerado o “Pai da Medicina”. Ainda hoje, os médicos, ao se formarem, prestam o chamado “juramento de Hipócrates” anexo.

Hipócrates, naquela época, já utilizava procedimentos muito parecidos aos que utilizam nossos médicos para fazer diagnóstico de doenças como examinar o globo ocular, verificar a temperatura do corpo, aspecto da urina e das fezes, entre outros.

Ao lado da Medicina praticada pelos médicos, havia também, tratamentos populares baseados na superstição e na magia. Uma das práticas mais comuns era pendurar amuletos no pescoço, atitude essa, tida como infalível para a prevenção e cura de várias doenças.

Os mesmos avanços se verificaram na Astronomia e no campo da Geografia. Por volta do século II a.C., os gregos mapearam o mundo conhecido, dividindo-o em meridianos e paralelos e em três zonas: a frígida, a temperada e a tórrida. Usando cálculos matemáticos, mediram a circunferência da terra, as distâncias dela do Sol e da Lua.

A preocupação dos gregos com a ciência era muito grande. Suas bibliotecas eram repletas de obras importantes e todas elas possuíam cópias, para não se perderem em caso de incêndio ou de outro tipo de desastre.

E como os gregos trataram a História? Alguns historiadores gregos tiveram uma

grande importância para o desenvolvimento dessa área de conhecimento, ao substituírem os mitos poéticos pela explicação histórica. Os principais historiadores gregos foram Heródoto anexo , considerado “o pai da história” , que escreveu uma obra sobre a guerra dos gregos contra os persas, e Tucídides, que narrou a historia da Guerra do Peloponeso, da qual participou.

Continua após a publicidade

O teatro grego e o legado cultural

Os gregos alcançaram notável desenvolvimento cultural e artístico. Sua produção tornou-se tão rica e fecunda que ultrapassou os limites do tempo e do espaço geográfico e influenciou toda a cultura ocidental e algumas sociedades orientais.

O teatro que surgiu na Grécia Antiga era diferente do atual. Os gregos assistiam à peças de graça, mas não frequentavam o teatro quando queriam. Ir ao teatro era um dos compromissos sociais das pessoas. Assim como havia rituais religiosos e assembleias para decidir os rumos das cidades, existiam festivais de teatros. Dedicados às tragédias ou às comédias, eles eram financiados pelos cidadãos ricos. E o governo pagava aos mais pobres para comparecer às apresentações.

Os festivais dedicados à tragédia ocorriam em teatros de pedra, ao ar livre, onde se escolhia o melhor autor. Embora alguns atores fizessem sucesso, os grandes ídolos do teatro eram os autores. As apresentações duravam vários dias e começavam com uma procissão em homenagem ao deus Dionísio, considerado o protetor do teatro. A plateia acompanhava as peças o dia todo e reagia intensamente às encenações.

Atores e um coro participavam das apresentações. No palco, os atores pareciam gigantes. Usavam sapatos de sola alta, roupas acolchoadas e máscaras feitas de pano engomado e pintados, decoradas com perucas e capazes de amplificar as vozes.

A partir do Império Romano – que sucedeu a civilização grega -, o teatro entrou em declínio. Os romanos preferiram o circo – na época, voltado para lutas entre gladiadores e animais -, que predominou nos teatros das principais cidades do império.

Além do teatro, os gregos desenvolveram outras formas de expressão artística , tais como escultura, a pintura, a música e a arquitetura.



Cópia do Discóbolo de Míron.

O mármore e o bronze eram utilizados por escultores como Fídias e Míron.

Na arquitetura, os gregos demonstraram grande habilidade em projetos de templos e edifícios públicos. Para sustentar o peso das construções empregavam colunas, sem usar argamassa.



Partenon de Atenas.

Grécia Antiga (continuação)

As pinturas desapareceram em sua grande maioria, podendo ser vistas apenas em alguns vasos que foram preservados.

A música era executada por um só instrumento de sopro ou de cordas, sendo os favoritos a lira, a cítara e o aulo, um tipo de flauta. O canto era muito apreciado, e, por isso, escreveram-se muitos poemas em forma de canção para acompanhamento com lira.

A cultura grega legou para a humanidade obras de arte fascinantes e um conjunto de ideias que até hoje influenciam o pensamento de filósofos, estudiosos e cientistas.



Vaso grego, 500-490 a.C., Louvre, Paris.



Detalhe de um vaso grego.



Conjunto grego tocando harpa, cítara e lira

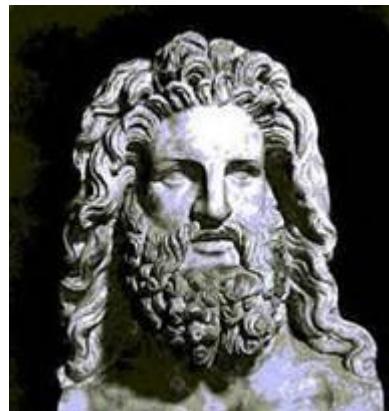
A religião na Grécia

Os gregos eram politeístas, isto é, acreditavam em vários deuses, assim como a maioria dos povos da Antiguidade. Mas, ao contrário dos outros povos, tinham uma grande intimidade com seus deuses, pois acreditavam que eles estavam a serviço das pessoas.

Os deuses gregos possuíam características humanas, defeitos e qualidades, fraquezas e paixões. A diferença existente entre eles e os humanos é que os deuses eram imortais.

Os gregos acreditavam na existência de 12 grandes divindades, (linkar com mitologia grega) que se reuniam em seus tronos no alto do Monte Olimpo, onde moravam. O pai de todos os deuses era Zeus, casado com Hera. Apolo era o deus do Sol e protetor das artes, Ares era o deus guerra, Poséidon, do mar. Afrodite era a deusa do amor, e Palas Atena, da sabedoria, entre outros.

Geralmente, esses deuses e deusas eram associados a fenômenos naturais. A arma de Zeus, por exemplo, era o raio – as tempestades seriam efeito de sua cólera. Por sua vez, os terremotos, que eram comuns na Grécia, eram explicados pelo mau-humor de Poséidon, que batia com seu tridente no fundo do mar.



Zeus



Palas Atena

Grécia Antiga (continuação)

As primeiras olímpíadas

Foram os gregos que criaram os Jogos Olímpicos. Por volta de 2500 AC, os gregos faziam homenagens aos deuses, principalmente Zeus.

Atletas das cidades-estados gregas se reuniam na cidade de Olímpia para disputarem diversas competições esportivas: atletismo, luta, boxe, corrida de cavalo e pentatlo (luta, corrida, salto em distância, arremesso de dardo e de disco). Os vencedores eram recebidos como heróis em suas cidades e ganhavam uma coroa de louros.

Os gregos buscavam através dos jogos olímpicos a paz e a harmonia entre as cidades que compunham a civilização grega.

No ano de 392 AC, os Jogos Olímpicos e todas as manifestações religiosas do politeísmo grego foram proibidos pelo imperador romano Teodósio I, após converter-se para o cristianismo.



Olimpíadas na Grécia Antiga

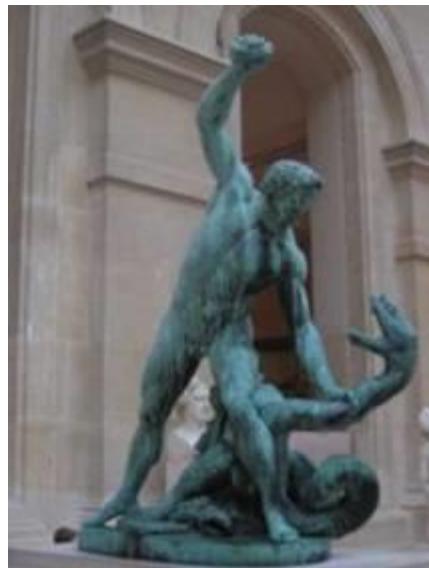
No ano 1896, os Jogos Olímpicos são retomados em Atenas, por iniciativa do francês Pierre de Fredy, conhecido com o barão de Coubertin. Nesta primeira Olimpíada da Era Moderna, participam 285 atletas de 13 países, disputando provas de atletismo, esgrima, luta livre, ginástica, halterofilismo, ciclismo, natação e tênis. Os vencedores das provas foram premiados com medalhas de ouro e um ramo de oliveira.

A mitologia grega

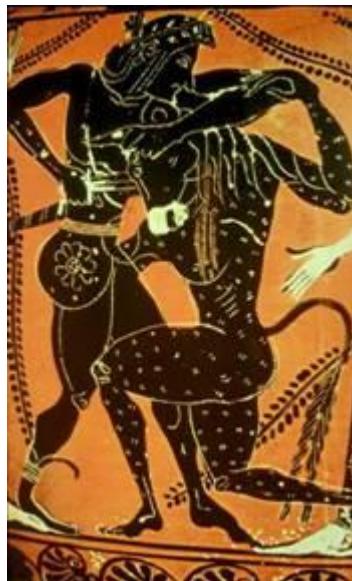
Há muito tempo atrás, as pessoas não podiam explicar os eventos a partir da ciência. Por isso explicavam os acontecimentos naturais a partir das histórias de deuses, deusas e heróis. Os gregos tinham uma história para explicar a existência do mal e dos infortúnios. Acreditavam que, em certa época, todos os males e infortúnios estiveram presos em uma caixa. Pandora, a princesa mulher, abriu a caixa e eles se espalharam pelo mundo.

Os mais antigos mitos gregos falam do caos (confusão primitiva), de Gaia (mãe-terra), Ponto (o mar) e Urano (céu). Do casamento de Urano e Gaia, nasceram os titãs, ciclopes e gigantes, que personificaram as coisas grandes e poderosas da Terra: montanhas, terremotos, furacões, etc. O mais forte dos titãs, Cronos, casou-se com sua irmã Reia, e tiveram seis filhos. Temendo a rivalidade de seus filhos, Cronos devorou-os logo ao nascer, exceto Zeus, que Reia escondeu numa caverna. Quando se tornou adulto, Zeus derrotou o pai e obrigou-o a libertar os ciclopes da tirania de Cronos, e eles, em recompensa, deram-lhe as armas do trovão e do relâmpago.

Além dos deuses, também os heróis tinham direito ao culto. Resultado da união entre um deus e uma mortal (ou vice-versa), eram considerados intermediários entre os deuses e os homens, atribuía-se-lhes a proteção do local onde estavam sepultados. Outros foram homens excepcionais, cujos feitos, muito antigos, se tinham transformado em lenda. Temos o caso do Édipo que após ter sido expulso de Tebas por ter morto o pai sem o ter reconhecido, conseguiu responder à esfinge, temos em Atenas Teseu que fora seu fundador e vencedor do Minotauro e ainda Hércules, um dos mais populares heróis gregos e considerado como fundador dos Jogos Olímpicos. (linkar com anexo Mitologia grega/Deuses/Heróis...)



Hércules e a Hidra



Teseu e o Minotauro

Grécia Antiga e Atual

Como vivia o povo grego na Antiguidade

De modo geral, o homem grego passava o dia fora de casa. Ocupava o tempo trabalhando, fazendo compras ou conversando com os amigos sobre política e outros assuntos.

A mulher ficava em casa, cuidando da roupa e da alimentação e organizando o trabalho dos escravos; era ela quem administrava as tarefas da casa.

Comparadas com as de hoje, as casas eram pequenas e sem conforto. Mas isso tinha pouca importância, pois, em razão da suavidade do clima, a maior parte das atividades diárias era desenvolvida fora de casa. Construídas com uma mistura de pedregulho e terra cozida, as paredes eram tão frágeis que os ladrões

eram chamados de “arrombadores de paredes”, pois eles simplesmente escavavam uma passagem nelas para entrar em casa.

Nas pequenas janelas não havia vidros e, no inverno, elas eram fechadas com madeira. As cozinhas eram raras e os alimentos eram preparados ao ar livre.

Na Grécia Antiga não havia residências luxuosas. Mesmo um grande general, como Temístocles, vivia numa casa simples, igual à de seus vizinhos. Os homens ricos não eram respeitados pela ostentação, mas pelo que davam aos deuses e à cidade para custear os festivais públicos.

Nas cidades havia numerosas construções públicas. As principais eram Odéon, consagrado aos exercícios de música; os teatros, onde se representavam tragédias e comédias; os ginásios, que, de inicio eram usados como lugares de treinamento e, depois, passaram a ser os lugares onde os filósofos davam suas lições ao ar livre; os estádios, onde se efetuavam as corridas a pé e outros exercícios, e os templos, onde eram cultuados os deuses.

As casas ficavam dispersas, sem nenhum alinhamento, atrás dos templos e de outros monumentos. As ruas eram estreitas e sinuosas. As condições de higiene eram precárias: quase não havia esgotos e todo o lixo era jogado nas ruas para ser apanhado pelos cães.

Ao se levantar, os gregos comiam pão embebido em vinho diluído com água; no almoço, comiam pão com queijo de cabra ou azeitona e figos; o jantar consistia de uma sopa de cevada e pão de cevada. Às vezes, comiam também legumes preparados em azeite de oliva e algumas aves caçadas no campo.

Nas famílias mais ricas, jantar era quase igual, mas o pão era de trigo e, às vezes, havia também peixe, linguiça, queijo com mel e nozes, bolos e frutas secas.

Carne só em ocasiões especiais e depois de rituais. Nessas ocasiões, cabras e cordeiros eram sacrificados no pátio das casas. As vísceras e gorduras eram queimadas no altar como oferenda aos deuses, e a carne, depois de assada, era servida aos presentes. Só nos grandes festivais da cidade se comia carne bovina. Depois do sacrifício, a carne era distribuída entre os pobres.

A principal bebida dos gregos era o vinho. Mas eles não bebiam puro; preferiam mistura-lo com água e, antes de bebê-lo, costumavam derramar algumas gotas no chão como oferenda aos deuses.

Os gregos comiam muito pão, e para adoçar a comida ou bebida utilizavam o mel.

As roupas usadas pelos gregos eram simples. À parte a qualidade dos tecidos, todos se vestiam da mesma maneira, com roupas fáceis de pôr e tirar. Os camponeses usavam uma veste curta, feita da pele de animais.

Cabia às mulheres à tarefa de tecer o pano para fazer as roupas, tanto nas famílias ricas quanto nas pobres. Eram elas que fiavam, tingiam e teciam a lã: a peça que saía do tear estava pronta para ser usada. Não era preciso cortar nem costurar.

A Grécia hoje

A Grécia ocupa aproximadamente o território habitado pelos helenos do período Clássico. Sua forma de governo é a república parlamentarista.

A Grécia vive sob regime democrático. Trata-se de uma democracia representativa, diferente daquela praticada no período Clássico. Naquela época, as pessoas participavam diretamente, emitindo sua opinião na Assembleia, que reunia todos os cidadãos. Na democracia moderna, os cidadãos elegem seus representantes e são estes que exercem o poder.

A economia do país baseia-se na agricultura, na indústria e no turismo. As principais culturas são: trigo, oliveiras, fumo, algodão e frutas. Dentre as principais indústrias, destacam-se as têxteis, as de azeite e vinho, as de refino de petróleo, as de alumínio e níquel e a mineração.

Desde a Antiguidade, os gregos se distinguiram na construção naval e na navegação. Essa tradição continua até hoje. A frota grega atual, composta de navios de passageiros e mercantes, entre os quais importantíssimos cargueiros e petroleiros, está entre as primeiras do mundo.



Vista da cidade de Atenas



Antiguidade Clássica - Roma

A Antiguidade Clássica refere-se a um período da História da Europa que ocorre aproximadamente do século VIII a.C., quando surge a poesia grega de Homero, até a queda do Império romano do ocidente no século V d.C., mais precisamente no ano 476.

O que diferencia esta época de outras anteriores ou posteriores são os fatores culturais das civilizações mais marcantes, a Roma e a Grécia antigas.

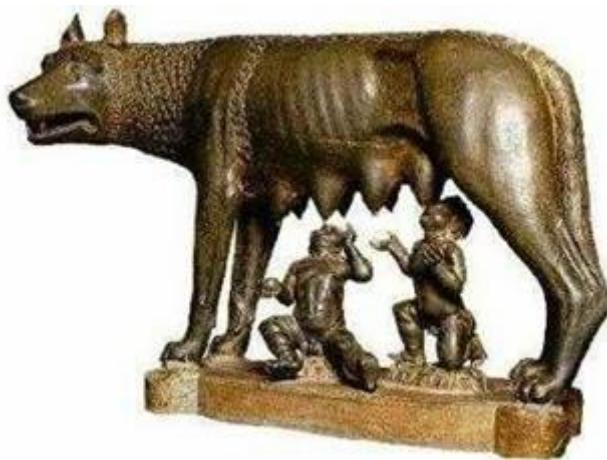
Roma foi o último grande império do mundo antigo. Com exércitos poderosos dominou terras que antes pertenciam a gregos, egípcios, mesopotâmios, persas e muitos outros povos.

Com quase 1 milhão de habitantes, Roma transformou-se na maior cidade da Antiguidade. Para lá se dirigiam pessoas dos lugares mais distantes, levando suas culturas.

O poder do império construído pelos romanos era tão grande que acabou se tornando uma referência para todo o mundo ocidental, mesmo séculos depois de ter chegado ao seu final.

Origem de Roma: explicação mitológica

Os romanos explicavam a origem de sua cidade através do mito de Rômulo e Remo. Segundo a mitologia romana, os gêmeos foram jogados no rio Tibre, na Itália. Resgatados por uma loba, que os amamentou, foram criados posteriormente por um casal de pastores. Adultos, retornam a cidade natal de Alba Longa e ganham terras para fundar uma nova cidade que seria Roma.



Origem de Roma: explicação histórica

De acordo com os historiadores, a fundação de Roma resulta da mistura de três povos que foram habitar a região da península itálica: gregos, etruscos e italiotas.

Desenvolveram na região uma economia baseada na agricultura e nas atividades pastoris. A sociedade, nesta época, era formada por patrícios (nobres proprietários de terras) e plebeus (comerciantes, artesãos e pequenos proprietários). O sistema político era a monarquia, já que a cidade era governada por um rei de origem patrícia.

A religião neste período era politeísta, adotando deuses semelhantes aos dos gregos, porém com nomes diferentes. Nas artes destacava-se a pintura de afrescos, murais decorativos e esculturas com influências gregas.

Localização

Roma é capital da Itália, país europeu localizado em uma das penínsulas do Mar Mediterrâneo. Trata-se da Península Itálica, situada na cordilheira dos Alpes e banhada pelos mares Adriático, Tirreno e Jônico.



Os períodos da história de Roma

A história de Roma é dividida em três momentos:

- Monárquico (753-509 a.C.);
 - Republicano (507-27 a.C.);
 - Imperial (27 a.C. – 476 d.C.).

Período Monárquico: o domínio etrusco

Muitas das informações sobre o período Monárquico fundamentam-se nas lendas contadas pelos romanos. Nessa época, a cidade deve ter sido governada por reis de diferentes origens; os últimos de origens etrusca, devem ter dominado a cidade por cerca de cem anos.

Durante o governo dos etruscos, Roma adquiriu o aspecto de cidade. Foram realizadas diversas obras públicas entre elas, templos, drenagens de pântanos e um sistema de esgoto.

Nessa época, a sociedade romana estava assim organizada:

- Patrícios ou nobres: Descendentes das famílias que promoveram a ocupação inicial de Roma. Eram grandes proprietários de terra e de gado.
 - Plebeus: Em geral, eram pequenos agricultores, comerciantes, pastores e artesãos. Constituíam a maioria da população e não tinham direitos políticos.

- Clientes: eram homens de negócios, intelectuais ou camponeses que tinham interesse em fazer carreira pública e que por isso recorriam à proteção de algum patrono, geralmente um patrício de posses.
- Escravos: Eram plebeus endividados e principalmente prisioneiros de guerra. Realizavam todo o tipo de trabalho e eram considerados bens materiais. Não tinham qualquer direito civil ou político.

O último rei etrusco foi Tarquínio, o Soberbo. Ele foi deposto em 509 a.C., provavelmente por ter descontentado os patrícios com medidas a favor dos plebeus.

No lugar de Tarquínio, os patrícios colocaram no poder dois magistrados, chamados cônsules. Com isso, terminava o período Monárquico e tinha inicio o período Republicano.

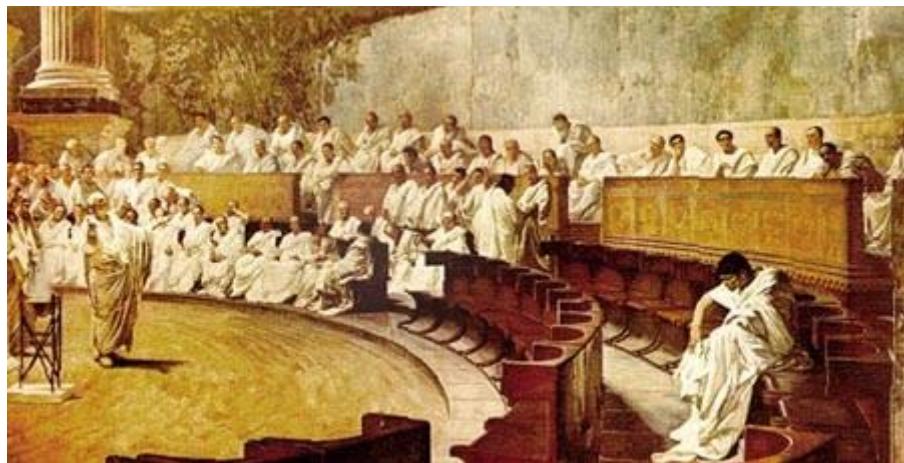
Período Republicano

República é uma palavra de origem latina e significa “coisa pública”. Durante a passagem da monarquia para a república, eram os patrícios que detinham o poder e controlavam as instituições políticas. Concentrando o poder religioso, político e a justiça, eles exerciam o governo procurando se beneficiar.

Para os plebeus, sem direito à participação política, restavam apenas deveres, como pagar impostos e servir o exército.

Organização política e social na república

Na república, o poder que antes era exercido pelo rei foi partilhado por dois cônsules. Eles exerciam o cargo por um ano e eram auxiliados por um conselho de 100 cidadãos, responsáveis pelas finanças e pelos assuntos externos. Esse conselho recebia o nome de Senado, e a ele competia promulgar as leis elaboradas pela Assembleia de Cidadãos, dominada pelos patrícios.



Reprodução de uma sessão do Senado romano

À medida que Roma cresceu e se tornou poderosa, as diferenças entre patrícios e plebeus se acentuaram. Marginalizados, os plebeus desencadearam uma luta contra os patrícios, que se estendeu por cerca de dois séculos (V-IV a.C.)

Durante esses dois séculos, os plebeus conquistaram seus direitos. Entre eles, o de eleger seus próprios representantes, chamados *tribunos da plebe*. Os tribunos tinham o poder de vetar as decisões do Senado que fossem prejudiciais aos interesses dos plebeus.

Outras conquistas foram a proibição da escravização por dívidas e o estabelecimento de leis escritas, válidas tanto para os patrícios quanto para plebeus. Até então, em Roma, as leis não eram escritas e os plebeus acabavam julgados conforme os critérios dos patrícios. Estabelecendo as leis por escrito, os plebeus garantiam um julgamento mais justo.

Os plebeus conquistaram ainda a igualdade civil, com a autorização do casamento entre patrícios e plebeus; a igualdade política, com o direito de eleger representantes para diversos cargos, inclusive o de cônsul; e a igualdade religiosa, com o direito de exercer funções sacerdotais.

A estrutura do poder na República Romana

- **Cônsules:** chefes da República, com mandato de um ano; eram os comandantes do exército e tinham atribuições jurídicas e religiosas.
- **Senado:** composto por 300 senadores, em geral patrícios. Eram eleitos pelos magistrados e seus membros eram vitalícios. Responsabilizavam-se pela elaboração das leis e pelas decisões acerca da política interna e externa.
- **Magistraturas:** responsáveis por funções executivas e judiciária, formadas em geral pelos patrícios.
- **Assembleia Popular:** composta de patrícios e plebeus; destinava-se a votação das leis e era responsável pela eleição dos cônsules.
- **Conselho da Plebe:** composto somente pelos plebeus; elegia os tributos da plebe e era responsável pelas decisões em plebiscitos (decretos do povo).

A expansão das fronteiras romanas

Iniciado durante a República, o expansionismo romano teve basicamente dois objetivos: defender Roma do ataque dos povos vizinhos rivais e assegurar terras necessárias à agricultura e ao pastoreio. As vitórias nas lutas conduziram os romanos a uma ação conquistadora, ou seja, a ação do exército levou à conquista e incorporação de novas regiões a Roma. Dessa forma, após sucessivas guerras, em um espaço de tempo de cinco séculos, a ação expansionista permitiu que o Império Romano ocupasse boa parte dos continentes europeu, asiático e africano.

O avanço das forças militares romanas colocou o Império em choque com Cartago e Macedônia, potências que nessa época dominavam o Mediterrâneo. As rivalidades entre os cartagineses e os romanos resultaram nas **Guerras Púnicas** (de *puni*, nome pelo qual os cartagineses eram conhecidos).

As Guerras Púnicas desenvolveram-se em três etapas, durante o período de 264 a 146 a.C. Ao terminar a terceira e ultima fase das Guerras Púnicas, em 146

a.C., Cartago estava destruída. Seus sobreviventes foram vendidos como escravos e o território cartaginês foi transformado em província romana. Com a dominação completa da grande rival, Roma iniciou a expansão pelo Mediterrâneo oriental (leste). Assim, nos dois séculos seguintes, foram conquistados os reinos helenísticos da Macedônia, da Síria e do Egito. No final do século I a.C., o mediterrâneo havia se transformado em um “lago romano” ou, como eles diziam, *Mare Nostrum* (“nossa mar”).

Período de instabilidade política

Com o fim das Guerras Púnicas, em 146 a.C., iniciou-se um período de intensa agitação social. Além dos escravos, povos da Península Itálica também se revoltaram, só que exigindo o direito à cidadania romana. A expansão das conquistas e o aumento das pilhagens fortaleceram o exército romano, que então se colocou na luta pelo poder. Assim, esse período ficou marcado por uma acirrada disputa política entre os principais generais, abrindo caminho para os ditadores.

Essa crise se iniciou com a instituição dos triunviratos ou triarquia, isto é, governo composto de três indivíduos. O Primeiro Triunvirato, em 60 a.C., foi composto de políticos de prestígio: Pompeu, Crasso e Júlio César. Esses generais iniciaram uma grande disputa pelo poder, até que, após uma longa guerra civil, Júlio César venceu seus rivais e recebeu o título de ditador vitalício.

Durante seu governo, Júlio César formou a mais poderosa legião romana, promoveu uma reforma político-administrativa, distribuiu terras entre soldados, impulsionou a colonização das províncias romanas e realizou obras públicas.

O imenso poder de César levou os senadores a tramá sua morte, o que aconteceu em 44 a.C. Os generais Marco Antonio, Lépido e Otávio formaram, então, o Segundo triunvirato, impedindo que o poder passasse para as mãos da aristocracia, que dominava o Senado.

A disputa pelo poder continuou com o novo triunvirato. Em 31 a.C., no Egito, Otávio derrotou as forças de Marco Antônio e retornou vitorioso a Roma. Fortalecido com essa campanha, Otávio pôde governar sem oposição. Terminava, assim, o regime republicano e iniciava o Império.

O Império Romano

Após vencer Marco Antonio, Otávio recebeu diversos títulos que lhe conferiram grande poder. Por fim, em 27 a.C., o senado atribuiu-lhe o título de Augusto, que significava consagrado, majestoso, divino.

O período Imperial, tradicionalmente, costuma ser dividido em dois momentos:

- **Alto Império:** período em que Roma alcançou grande esplendor (estende-se até o século III d.C.)

- **Baixo Império:** fase marcada por crises que conduziram a desagregação do Império Romano (do século III ao século V).

Alto Império

Augusto, durante seu governo (27 a.C. a 14 d.C.), adotou uma série de medidas visando controlar os conflitos sociais, solucionar problemas econômicos e, com isso, consolidar o império fazendo com que Roma atingisse seu apogeu e vivesse um longo período de prosperidade e de relativa tranquilidade social, também conhecido como *Pax Romana*. Isso foi possível porque o imperador Otávio abandonou a política agressiva de conquistas, promoveu a aliança entre aristocracia e os cavaleiros (plebeus enriquecidos) e apaziguou a plebe com a política do “pão e circo” (*panem et circenses*) (anexo), que consistia em distribuir trigo para a população carente e organizar espetáculos públicos de circo.

Do governo de Augusto aos dois séculos que se seguiram, o Império Romano, por meio de conquistas militares, ampliou ainda mais o seu território. Seus domínios estendiam-se pela Europa, Ásia e África.



As conquistas abasteciam o império não apenas de riquezas e terras, mas também de escravos, principal mão-de-obra e todas as atividades, tanto econômicas quanto domésticas.

A comunicação entre Roma, o centro do vasto império, e as demais regiões era garantida pela existência de uma extensa rede de estradas. Daí provém o famoso ditado: “Todos os caminhos levam a Roma”.

As estradas romanas, além de possibilitar a comunicação entre as diferentes regiões do império, facilitavam a movimentação de tropas e equipamentos militares, contribuindo para o sucesso das campanhas.

Após a morte de Augusto (14 d.C.) até o fim do século II, quatro dinastias se sucederam no poder. São elas:

- **Dinastia Júlio-Claudiana (14-68)**: Com os imperadores Tibério, Calígula, Cláudio e Nero, essa dinastia esteve ligada à aristocracia patrícia romana. Principal característica dessa fase: os constantes conflitos entre o Senado e os imperadores.
- **Dinastia Flávia (68-96)**: Com os imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano, apoiados pelo exército, o Senado foi totalmente submetido.
- **Dinastia Antonina (96 – 193)**: Com Nerva, Trajano, Adriano, Antônio Pio, Marco Aurélio e Cômodo, assinalou-se uma fase de grande brilho do Império Romano. Os imperadores dessa dinastia, exceto o último, procuraram adotar uma atitude conciliatória em relação ao Senado.
- **Dinastia Severa (193 – 235)**: Com Sétimo Severo, Caracala, Macrino, Heliogábalo e Severo Alexandre, caracterizou-se pelo inicio de crises internas e pressões externas, exercidas por povos diversos, prenunciando o fim do Império Romano, a partir do século III da era cristã.

O Império Romano (continuação)

Baixo Império

Essa fase foi marcada por crises em diferentes setores da vida romana, que contribuíram para pôr fim ao grande império.

Uma das principais crises diz respeito à produção agrícola. Por séculos, os escravos foram a principal mão de obra nas grandes propriedades rurais. Entretanto, com a diminuição das guerras, o reabastecimento de escravos começou a ficar difícil.

Além disso, com o passar do tempo, os romanos tornaram-se menos hostis aos povos conquistados, estendendo a eles, inclusive, parte de seus direitos. Ou seja, os povos dominados deixaram de ser escravizados.

Essas circunstâncias colaboraram para transformar a produção no campo. Por causa dos custos, muitos latifúndios começaram a ser divididos em pequenas propriedades. Nelas, o trabalho escravo já não era mais tão importante.

Nessa época, os lucros com a produção agrícola eram baixos.

O lugar dos escravos passou a ser ocupado, aos poucos, por camponeses, que arrendavam a terra em troca da prestação de serviços nas terras do proprietário. Havia também os colonos que, sem poder abandonar a terra, não tinham direito à liberdade, pois estavam ligados a ela por lei e por fortes laços pessoais.

O centro de produção rural era conhecido como *Villa*. Protegido por cercas e fossos, era habitado pelos donos das terras e todos aqueles que dela dependiam.

Ao mesmo tempo em que a vida no campo se transformava, um grande número de pessoas começou a deixar as cidades em direção ao campo, provocando a diminuição do comércio e da produção artesanal. Para uma população empobrecida, as cidades já não representavam mais uma alternativa de vida.

Arrecadando menos impostos pela diminuição das atividades produtivas, o governo romano começou a enfraquecer e as enormes fronteiras já não tinham como ser vigiadas contra a invasão de povos inimigos.



Detalhe de um monumento (arco) erguido pelo imperador Constantino. Nele está retratada a ação dos exércitos romanos nas fronteiras do império contra povos inimigos. Eles tomam de assalto as muralhas de uma cidade.

Divisão do Império

Em 395, o imperador Teodósio dividiu o império em duas partes: *Império Romano do ocidente*, com capital em Roma; e *Império Romano do Oriente*, com capital em Constantinopla. Com essa medida, acreditava que fortaleceria o império. Achava, por exemplo, que seria mais fácil proteger as fronteiras contra ataques de povos invasores. Os romanos chamavam esses povos de *bárbaros*, por terem costumes diferentes dos seus.

A divisão estabelecida por Teodósio não surtiu o efeito esperado. Diversos povos passaram a ocupar o território romano. Em 476, os hérulos, povo de origem

germânica, invadiram Roma e, comandados por Odoacro, depuseram o imperador Rômulo Augústulo.

Costuma-se afirmar que esse acontecimento marca a desagregação do Império Romano. Na verdade, isso refere-se ao Império Romano do Ocidente, pois a parte oriental ainda sobreviveu até o século XV.

Embora as invasões de povos inimigos tenham papel decisivo no fim do Império Romano do Ocidente, outras circunstâncias também foram determinantes, tais como:

- elevados gastos com a estrutura administrativa e militar;
- perda do controle sobre diversas regiões devido ao tamanho do império;
- aumento dos impostos dos cidadãos e dos tributos dos vencidos;
- corrupção política;
- crise no fornecimento de escravos com o fim das guerras de expansão;
- continuidade das lutas civis entre patrícios e plebeus;
- a difusão do cristianismo.

O fim do poderio romano constituiu um longo processo, que durou centenas de anos. A partir daí, começou a se formar uma nova organização social, política e econômica, o sistema feudal, que predominou na Europa ocidental até o século XV.

Como vivia o povo romano na Antiguidade

Para o povo romano a vida urbana era um padrão a ser seguido até mesmo pelos camponeses que visitavam Roma ocasionalmente.

Além de centro político, administrativo, econômico e cultural, a cidade de Roma foi palco de inúmeras diversões populares como teatro, as corridas de biga, os jogos de dados e as lutas de gladiadores, uma paixão nacional.

As habitações da maioria dos romanos eram simples. A população mais pobre vivia em pequenos apartamentos, em edifícios de até seis andares, que apresentavam riscos de desabamento e incêndio. Apenas uma minoria vivia em casas amplas e confortáveis, com água canalizada, rede de esgoto, iluminação por candelabros, sala de banhos e luxuosa decoração interior.

A infância em Roma

Assim como na Grécia, a educação dos romanos variava de acordo com a classe social e o sexo.

Os meninos das classes privilegiadas aprendiam a ler e a escrever em latim e grego com seus preceptores, isto é, com professores particulares. Além disso, deviam ter conhecimentos de agricultura, astronomia, religião, geografia, matemática e arquitetura.

Em relação aos meninos das classes menos abastadas, isso mudava de figura. A maioria, que não podia dispor de tempo integral para os estudos, dedicava-se ao trabalho agrícola ou artesanal.

O abandono de crianças, tão comum nos dias de hoje, também existia na Roma Antiga, e as causas eram variadas. Abandonados, meninos e meninas estavam destinados à prostituição ou à vida de gladiadores, treinados para enfrentar leões, tigres e outros animais perigosos. Outros ainda se tornavam servos.

Ricos e pobres abandonavam os filhos na Roma antiga. As causas eram variadas: enjeitavam-se ou afogavam-se as crianças malformadas, os pobres, por não terem condições de criar os filhos, expunham-nos, esperando que um benfeitor recolhesse o infeliz bebê, os ricos, ou porque tinham duvidas sobre a fidelidade de suas esposas ou porque já teriam tomado decisões sobre a distribuição de seus bens entre os herdeiros já existentes.

Importante assinalar que, na Antiguidade, grega e romana, o infanticídio era praticado. A legislação da Roma imperial tentou condenar essa prática, e o imperador Constantino, desde 315 – reconhecendo a importância do fator econômico na prática do abandono por pais extremamente pobres -, procurou fazer funcionar um sistema de assistência aos pais, para evitar que vendessem ou expusessem seus filhos. Depois de 318 o infanticídio passou a ser punido com a morte.

Os trabalhadores de Roma

Em Roma, como nas demais cidades do Império, existiam diferentes tipos de trabalhadores, como carpinteiros, marceneiros, cesteiros, ceramistas, caldeireiros. Toda a produção desses trabalhadores era vendida nas lojas das cidades.

É preciso lembrar que grande parte do trabalho na cidade era executada por escravos. Em sua maioria prisioneiros de guerra, eram eles os responsáveis por qualquer tipo de trabalho, desde os artesanais até os domésticos.

O papel das mulheres

As mulheres, independentemente da classe social a que pertenciam, eram educadas primeiramente para ser esposas e mães. Era responsabilidade das mulheres mais abastadas a administração de suas casas, dos escravos e a criação dos filhos. Em hipótese alguma poderiam participar das decisões políticas. Além disso, deveriam ensinar às suas filhas a arte de fiar, tecer e preparar a comida.

As mulheres de classes menos favorecidas podiam trabalhar ao lado de seus maridos ou administrar seu próprio negócio, quando solteiras. Existia ainda um grupo de mulheres virgens que dedicava toda a vida a zelar pela chama sagrada de Vesta, deusa do fogo,. As vestais, como eram chamadas, deixavam suas famílias entre os 6 e os 10 anos para passar aproximadamente 30 anos vivendo ao lado do templo, sem que pudessem casar. Diferentemente de outras

mulheres, as vestais não tinham de obedecer aos pais ou maridos, possuíam o direito de se sentar nos melhores lugares nas lutas de gladiadores e eram tratadas com respeito pelo sexo oposto.

A vida conjugal

Dentre as instituições romanas destacou-se o casamento. Em Roma, com apenas 12 anos as meninas se casavam por intermédio de arranjos familiares, isto é, os pais escolhiam os maridos para as filhas. Um casamento com cerimônia pública era importante para mostrar à sociedade que os nubentes pertenciam a uma família de posses.

O divórcio também era comum, e pelos motivos mais variados, não precisando, muitas vezes, nem esclarecer a causa da separação. Ao findar o processo legal, o pai da moça recebia de volta o dote ofertado à época do casamento, e os filhos do casal eram entregues aos ex-maridos.

Como se vestiam os romanos

As vestimentas variavam de acordo com o sexo e com a categoria social. As mulheres solteiras vestiam uma túnica sem mangas que ia até os tornozelos; após o casamento, passavam a usar trajes com mangas. As mulheres mais ricas vestiam roupas de seda e algodão, enquanto as mais pobres usavam lã ou linho. Os homens livres trajavam túnica de linho ou lã, até os joelhos, para não atrapalhar os movimentos. Os trabalhadores vestiam roupas de couro, devido à maior durabilidade. A toga, manto comprido, era usada apenas pelos cidadãos a partir dos 14 anos.

Os acessórios também constituíam elementos importantes na indumentária. Era comum as mulheres utilizarem anéis, colares, pulseiras, braceletes e tornozeleiras, além de maquiagem e perucas. Os homens, para completar seus trajes, davam mais ênfase às sandálias, aos chinelos e às botas de feltro ou couro.

O direito romano

Desde criança, o romano era educado para atender as necessidades do estado e respeitar as tradições e os costumes. Uma série de normas regia a conduta dos cidadãos tanto na vida familiar como na vida pública. Daí surgiram leis que orientavam as relações entre os indivíduos. Reunidas, essas leis formaram códigos jurídicos, que deram origem ao Direito Romano.

O Direito Romano dividia-se em duas esferas: a pública e a privada. O Direito público era composto pelo Direito civil, válido para os cidadãos romanos, e pelo Direito estrangeiro, válido para os povos conquistados. O Direito privado regulava as relações entre as famílias.

O Direito foi uma das grandes contribuições dos romanos para as sociedades ocidentais. Seus fundamentos, adaptados e reelaborados, foram adotados por diversos povos, servindo de base até hoje para muitas sociedades.

A cultura romana

A cultura romana foi muito influenciada pela cultura grega. Os romanos "copiaram" muitos aspectos da arte, pintura e arquitetura grega.

Os balneários (casas de banhos) romanos espalharam-se pelas grandes cidades. Eram locais onde os senadores e membros da aristocracia romana iam para discutirem política e ampliar seus relacionamentos pessoais.



Balneário romano

A língua romana era o latim, que depois de um tempo espalhou-se pelos quatro cantos do império, dando origem na Idade Média, ao português, francês, italiano e espanhol.

A mitologia romana representava formas de explicação da realidade que os romanos não conseguiam explicar de forma científica. Trata também da origem de seu povo e da cidade que deu origem ao império. Entre os principais mitos romanos, podemos destacar: Rômulo e Remo.

Literatura, arquitetura e arte

A mais conhecida obra literária dos romanos é Eneida. Ela foi escrita pelo poeta Virgílio, a pedido do imperador Augusto. A intenção de Virgílio em Eneida é glorificar a cidade de Roma. O livro, escrito em forma de versos, narra a lenda do herói troiano Eneias.

Segundo a história de Virgílio, Eneias teria fugido para a península Itálica depois da Guerra de Troia. Lá teria fundado Alba Longa, o reino pertencente ao avô de Rômulo e Remo, fundadores lendários de Roma.

A Roma declamada por Virgílio tinha a missão divina de proporcionar paz e vida

civilizada ao mundo. O imperador Augusto, por sua vez, era o designado pelos deuses para tornar a realidade essa missão.

A arte romana foi influenciada tanto por etruscos, um dos povos que ocuparam a península Itálica, quanto por gregos.

Na arquitetura, por exemplo, os romanos herdaram dos etruscos o arco e a abóbada, que aperfeiçoaram, além de desenvolver novas técnicas de construção; dos gregos aproveitaram as colunas.

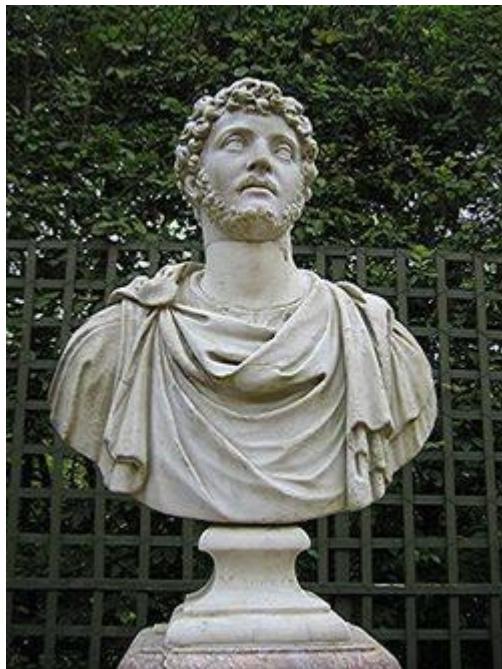


Interior do Panteão, pintura de Giovanni Paolo Pannini, realizada no século XVII. Essa construção, do início da era cristã, ainda existe. (abóbada)

Na escultura, as principais obras romanas foram as estátuas equestres e os bustos.



Estátua equestre do Imperador Marco Aurélio



Busto de Marco Aurélio

Roma (continuação)

Ciências e tecnologia

O desenvolvimento que os romanos alcançaram nas ciências foi bastante limitado e sofreu marcante influência dos gregos. A medicina somente passou a ter um caráter científico depois que os primeiros médicos gregos se

estabeleceram em Roma; a matemática e a geometria que os romanos conheceram também não alcançaram progresso significativo.

Na astronomia, as noções alcançadas pelos romanos também não ultrapassaram aquelas herdadas da Grécia. Eles sabiam da existência de cinco planetas e tinham ideias não muito precisas a respeito do movimento da Lua em torno da Terra. Seus conhecimentos astronômicos permitiram que, no tempo de César (em 46 a.C.), fosse elaborado um novo calendário – o calendário Juliano – que sobreviveu até os fins do século XVI (1582), sendo substituído pelo calendário gregoriano, devido ao papa Gregório XIII. Esse calendário, que não é muito diferente do Juliano, foi adotado porque os astrônomos descobriram algumas inexatidões no antigo calendário romano.

A medição do tempo, para os romanos, apresentava dificuldades que somente puderam ser superadas séculos mais tarde. Os dias eram divididos em 24 horas (12 diurnas, 12 noturnas). Os relógios existentes mostravam as horas pelo deslocamento da sombra em relação à posição do Sol durante o dia.

Os romanos numeravam as horas contando-as a partir do nascer do Sol. Assim, o clarear do dia acontecia na primeira hora; a sexta-hora correspondia ao meio-dia; a nona hora equivalia ao meio da tarde, e assim por diante.

Os dias dos meses foram divididos em fastos e nefastos. Dias fastos eram considerados inteiramente favoráveis; nefastos, os dias negativos para algumas atividades, como as comerciais (por exemplo, o comércio não podia funcionar naqueles dias).

Os primeiros dias do mês eram denominados calendas; os dias 5 e 7 chamavam-se nonas; e os dia 13 e 15 recebiam o nome de dos. Eram considerados de má sorte os meses de março, maio e metade de junho.

A geografia entre os romanos foi inteiramente baseada nos ensinamentos aprendidos dos gregos, e a cartografia limitou-se ao conhecimento e à elaboração de itinerários; mapas rudimentares que indicavam, unicamente, os percursos que ligavam diferentes lugares do império.

Na história, os romanos limitavam-se à narração dos fatos acontecidos em épocas determinadas. Os historiadores procuravam, ainda, destacar um sentido moral, extraído dos episódios estudados. Entre os historiadores romanos, tiveram destaque Tito Lívio, Tácito e Suetônio.

Foi na ciência do direito que se revelou o gênio dos romanos antigos. Em 450 a.C., ocorreu a promulgação da Lei das Doze Tábuas, o primeiro código escrito de leis elaborado em Roma. Durante quase um milênio, a partir daquela data, o direito romano sofreu uma evolução contínua, cujo apogeu foi marcado pela elaboração do Código de Justiniano, em 535 d.C., quando o Império do Ocidente já havia sido invadido pelos bárbaros.

Religião Romana

No culto familiar uma prática muito comum era a existência de santuários domésticos, onde eram cultuados os deuses protetores do lar e da família. Os deuses protetores da família eram os *Lares*.

Os bens e os alimentos estavam sob a proteção de divindades especiais, os *Panates* ou *Penates*. Esses deuses eram cultuados pelo chefe da família junto à lareira, onde o fogo permanecia sempre aceso. Durante as refeições, os romanos espalhavam junto ao fogo migalhas de alimentos e gotas de leite e de vinho, como oferendas às divindades. Com isso, acreditavam conseguir a proteção dos deuses. Nas festas familiares oferecia-se aos deuses o sacrifício de um animal (boi, carneiro ou porco), que depois era dividido entre todas as pessoas da família.

Além dos deuses ligados a família, havia os que eram cultuados pelos habitantes da cidade. O culto público era organizado pelo Senado. Com ele, os fiéis esperavam obter dos deuses boas colheitas ou vitórias nas guerras.

Os rituais religiosos romanos eram controlados pelos governantes romanos. O culto a uma religião diferente a do império era proibida e condenada. Os cristãos, por exemplo, foram perseguidos e assassinados em várias províncias do império romano.

Os doze principais deuses de Roma correspondiam aos principais deuses gregos. O quadro a seguir mostra a correspondência:



Júpiter: deus dos deuses da religião romana

Os deuses romanos eram os mesmos da Grécia, porém com outros nomes.

Nome romano	Nome grego	Atribuições
Júpiter	Zeus	Pai dos deuses; deus do céu.
Juno	Hera	Mãe dos deuses; protetora das mães e esposas.
Marte	Ares	Deus da guerra.
Vênus	Afrodite	Deusa do amor.
Ceres	Deméter	Deusa da vegetação, das colheitas, da fertilidade da terra.
Diana	Ártemis	Deusa da caça.
Apolo	Apolo	Deus da luz; protetor das artes.

Mercúrio	Hermes	Mensageiro dos deuses; deus das estradas; protetor dos comerciantes, dos viajantes e dos ladrões.
Vulcano	Hefesto	Deus do fogo; protetor dos ferreiros e oleiros.
Vesta	Héstia	Deusa do fogo doméstico; protetora da família e das cidades.
Minerva	Atena	Deusa da sabedoria
Netuno	Poséidon	Deus dos mares.

Durante o período republicano e imperial, os romanos seguiram a religião politeísta (crença em vários deuses), muito semelhante à religião praticada na Grécia Antiga. Esta religião foi absorvida pelos romanos, graças aos contatos culturais e conquistas na península balcânica.

Porém, a religião romana não era, como muitos afirmam, uma cópia da religião grega. Os romanos incorporaram elementos religiosos etruscos e de outras regiões da península itálica.

Muitos imperadores, por exemplo, exigiram o culto pessoal como se fossem deuses. Esta prática começou a partir do governo do imperador Júlio César (anexo).

Diferentemente da crença grega, os deuses romanos não agiam como mortais, isto é, não tinham como os homens e os deuses gregos, virtudes e defeitos. Por isso não há relatos das suas atividades, como na mitologia grega.

No início da Idade Média, com seu significativo crescimento, o cristianismo absorveu todas as crenças e outras práticas ligadas à religião desenvolvida pelos romanos e passou a ser considerada religião oficial do Império Romano, desta forma a prática do politeísmo foi, aos poucos, sendo abandonada.

O cristianismo

No período Imperial surgiu em Roma uma nova religião: o cristianismo. Monoteísta, essa religião pregava a salvação eterna, isto é, o perdão de todos os pecados e a recompensa de viver no paraíso após a morte. Seu deus era um só – Deus - e Jesus Cristo, seu filho, era o messias que tinha sido enviado à Terra para difundir seus ensinamentos.

Roma (continuação)

Economia

A economia do império Romano teve como base uma única moeda corrente, a cobrança de baixas tarifas alfandegárias e uma rede de estradas e portos protegidos. Tudo isso para facilitar as trocas comerciais entre as várias regiões.

Embora a agricultura fosse a atividade econômica mais importante do mundo romano, o comércio marítimo de produtos de subsistência, exóticos ou de luxo foi bastante expressivo.

Roma, centro do império, consumia cereais importados da Sicília e da África, e azeite de oliva proveniente em especial da região correspondente à Espanha e ao Egito. Os mármores coloridos, utilizados nas principais construções e em esculturas da capital e de outras cidades, vinham da Ásia e do norte da África.

O comércio de cerâmica, cujo principal centro de produção era Arezzo, na Itália, abastecia o mercado romano, bem como as províncias ocidentais, as do norte e o sudeste do império.

A produção em fábricas era praticamente desconhecida. Em sua maioria, os artigos eram confeccionados por artesãos, que trabalhavam com uma pequena produção e muitas vezes diretamente para os usuários das mercadorias encomendadas. Já as oficinas que fabricavam moedas eram de propriedade do imperador e organizadas por seus funcionários.



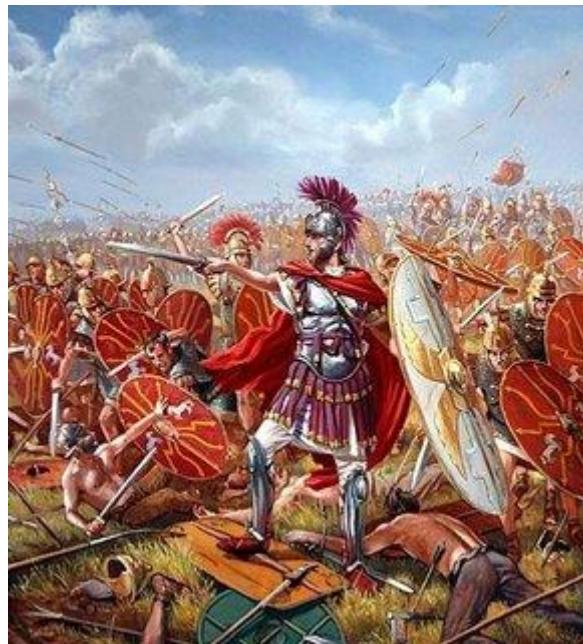
Moeda romana em ouro representando as duas faces de Janus - 225-212 a.C.



Moeda romana

O exército romano

As conquistas do Império Romano deveram-se principalmente à firmeza e à disciplina de seus exércitos. A maior unidade de exercito era a legião, que contava com 4.800 soldados cada uma. No apogeu do Império, a Paz Romana era defendida por trinta legiões, ou seja, 144 mil soldados.



Os legionários eram muito hábeis na construção de pontes flutuantes para atravessar os rios. Essas pontes e a capacidade de manter um ritmo de marcha de mais ou menos 32 quilômetros por dia permitiam que as legiões se movimentassem muito depressa.

O legionário protegia-se com um capacete e uma e uma couraça. As pernas e os joelhos também tinham proteção. No braço esquerdo usava um escudo de madeira coberto de couro. Nos pés calçava sandálias de couro com pregos de ferro nas solas.

As armas ofensivas eram três: o pilo (tipo de lança com cerca de dois metros), o gládio (espada curta de lâmina pontiaguda com dois gumes) e o punhal.

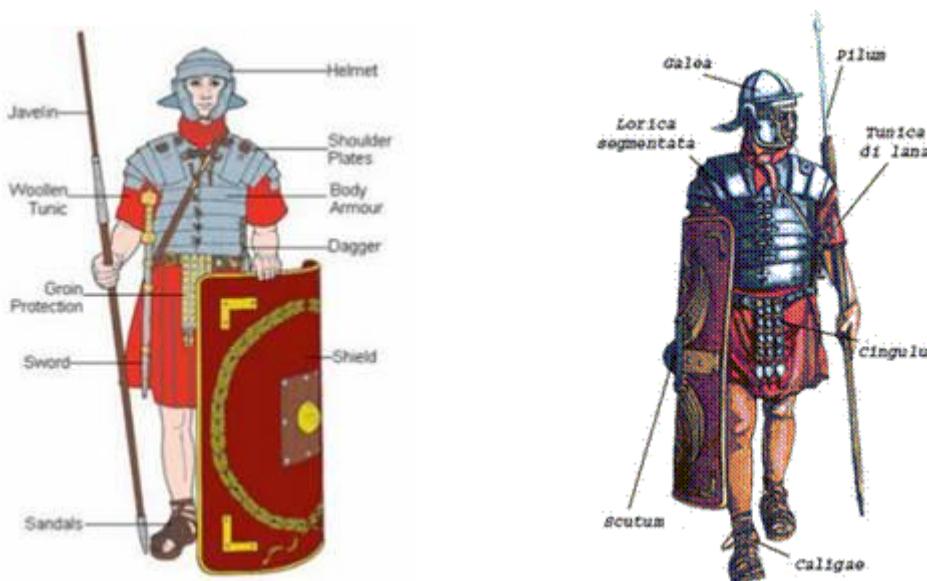




Gládio romano

Faziam parte também, do equipamento do legionário utensílios e ferramentas (cantil, caçarola, marmita, pá, enxada, foice, etc.), além de alimentos (cereal), roupas e um estojo de primeiros-socorros. Todo equipamento pesava cerca de 40 quilos e era transportado numa espécie de armação de madeira e metal em forma de T.

A maioria dos soldados no tempo do império eram voluntários, isto é, alistavam-se no exército porque queriam e não porque fossem obrigados. Para ser legionário era preciso ser cidadão romano e ter pelo menos 1,74m de altura. O candidato quando aceito, ia para um acampamento onde treinava marcha, cavalgada, nado e combate.



O Coliseu - Roma

Mundialmente conhecido, o Coliseu, construído por ordem do imperador Vespasiano e concluído, durante o governo de seu filho Tito, é um dos mais grandiosos monumentos da Roma Antiga.

A parede externa do anfiteatro preserva os quatro pavimentos da estrutura de concreto armado; nas três arquibancadas inferiores estão as fileiras de arcos, e na quarta, pequenas janelas retangulares.

Os assentos eram de mármore e a escadaria ou arquibancada dividia-se em três partes, correspondentes às diferentes classes sociais: o podium, para as classes altas; a meaniana, setor destinado à classe média; e os pórticos, para a plebe e as mulheres. A tribuna imperial ficava no podium e era ladeada pelos assentos reservados aos senadores e magistrados.

Por cima dos muros ainda se podem ver as bases de sustentação da grade de cobertura de lona destinada a proteger do sol os espectadores. Para evitar problemas nas saídas dos espetáculos, os arquitetos projetaram oitenta escadarias de saída. Em menos de três minutos, o Coliseu podia ser totalmente evacuado. Suas arquibancadas tinham capacidade para 80 mil pessoas.



O Coliseu, em Roma



Coliseu de Roma, interior.

O Coliseu de Roma foi construído sobre o lago da casa de Nero, a Domus Áurea e ficou conhecido como Colosseo (Coliseu) porque ali foi achada a estátua gigante (colosso) do imperador.

Conta a história que os gladiadores lutavam na arena e que o Coliseu, era o lugar onde os cristãos eram lançados aos leões. Para a inauguração, apenas oito anos depois do início das obras, em 80 d.C., as festas e jogos duraram cem dias, durante os quais morreram 9 mil animais e 2 mil gladiadores.

As atividades do Coliseu foram encerradas em 523 d.C., mas o espaço permanece carregado de uma clima misterioso e símbolo do Império Romano e da cidade eterna.

Roma (continuação)

Símbolos e curiosidades

Devido à sua história milenar, são associados vários símbolos a Roma: o Coliseu, a *Lupa Capitolina*, os símbolos do cristianismo, e o famoso acrônimo S.P.Q.R., utilizado durante a expansão imperial para designar as terras como sendo d' *O Senado e (d)o Povo Romano*.

As cores da cidade são o dourado e vermelho, representando, respectivamente, o cristianismo e o Império Romano.

Também devido à sua longa história, e dada a sua importância, Roma sempre teve uma população diversa, caracterizada pelos diversos fluxos migratórios. Assim, costuma-se dizer que um *verdadeiro romano* é aquele cuja família viveu em Roma pelo menos durante sete gerações.

Principais imperadores romanos

- Augusto (27 a.C. - 14 d.C)
- Tibério (14-37)
- Calígula (37-41)
- Nero (54-68)
- Marco Aurélio (161-180)
- Comodos (180-192).

Roma hoje

Com uma população de quase 3 milhões de habitantes, Roma é a capital da Itália. Nela situa-se o Vaticano, território independente, sede da igreja católica, e onde reside o papa.



Ao fundo, a Basílica de São Pedro, no Vaticano. Construída no século XVII por Bernini, pintor, escultor e arquiteto italiano. A obra apresenta uma perfeição técnica considerada inigualável.



Colunata da Basílica de São Pedro, no Vaticano.

As praças e ruas do centro histórico romano são consideradas o maior museu ao ar livre do mundo.

Igrejas, edifícios, estátuas, monumentos formam um inestimável tesouro de arte e cultura. Milhões de turistas visitam a cidade todos os anos.

Quase 12 mil pessoas, entre técnicos, funcionários da administração, vigias e operários, tem como única ou principal atividade a proteção e a conservação do patrimônio artístico e cultural da cidade. Apesar disso, os edifícios históricos e as obras de arte estão seriamente ameaçados.

Um dos maiores inimigos dos monumentos históricos de Roma é a poluição causada pela fumaça lançada dos veículos. Ela provoca uma reação química que esfarinha as pedras, mesmo as mais duras e resistentes. A velocidade da corrosão já foi até calculada: é de 5 milímetros em cada trinta anos. Esse ritmo vem arruinando baixos-relevos, colunas, portas e esculturas de valor inestimável.

O governo italiano está investindo para restaurar esse patrimônio. Mas restaurar não é suficiente: é preciso conservar. Para isso, estão sendo tomadas medidas para que a área do centro histórico romano deixe de ser uma das poluídas da Europa.



Fontana di Trevi, em Roma.

Civilização Chinesa

Historiadores, baseados em documentos antigos, afirmam que a civilização chinesa possui mais de quatro mil anos de idade. Estes registros atestam a condição de uma das mais antigas e importantes civilizações de todo o mundo.

Os registros mais remotos do povo chinês comprovam a sua formação múltipla marcada pela influência de vários povoados que habitaram pioneiramente o território e estabeleceram-se nas proximidades do rio Amarelo. A Civilização chinesa foi responsável pela criação de importantes invenções. Até o século XV, os chineses ocuparam posição destacada na produção intelectual e tecnológica.

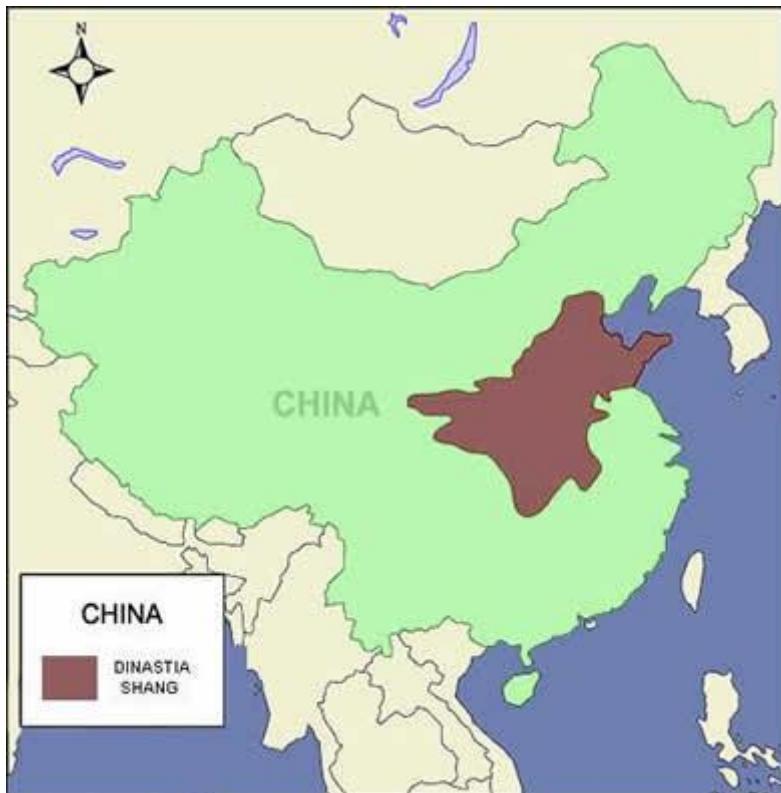


São eles os inventores da pólvora, do compasso, das primeiras prensas e da medicina. Entretanto, na Idade Contemporânea, a superioridade do Império Chinês foi abalada pelo contato com as nações europeias envolvidas no

processo de expansão da economia industrial. Durante o século XIX, a ação imperialista acabou estabelecendo uma série de conflitos que colaboraram para um novo período da história chinesa. Os chineses então modernizaram suas instituições e, hoje, ocupam a categoria de potência mundial.

China

A China era habitada desde os tempos pré-históricos. No início do Período Neolítico, agricultores estabeleceram-se no vale do rio Amarelo (Huang-Ho). Por volta de 3000 a.C., já havia comunidades agrícolas sofisticadas no território chinês. Por volta de 1600 a.C., constituiu-se a primeira dinastia chinesa – a Shang.



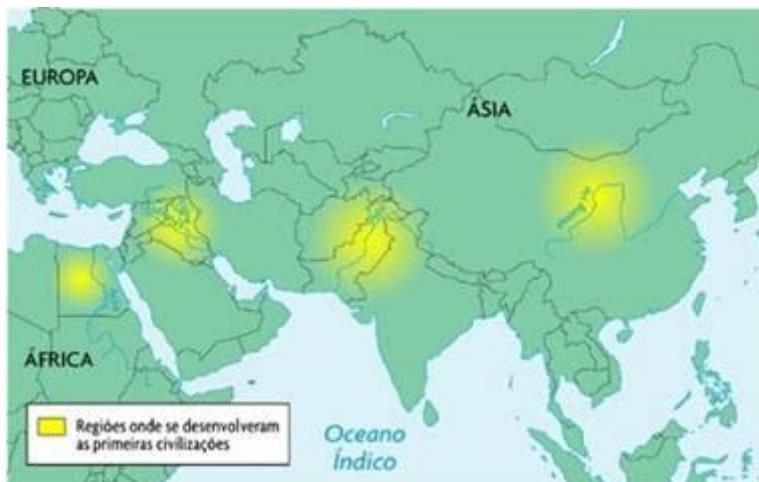
Além da avançada agricultura, esse povo construiu palácios de madeira e desenvolveu a fabricação de objetos em bronze e em porcelana.





Poucas culturas despertam tanta curiosidade quanto a chinesa. Arqueólogos, historiadores, outros estudiosos e turistas visitam constantemente o país na tentativa de desvendar seus mistérios. E mistério é o que não falta na história desse povo milenar.

A China é uma das civilizações mais antigas do mundo, juntamente com o Egito, a Mesopotâmia, a Pérsia, a Índia e a Grécia. Diversos objetos inventados na China antiga ainda hoje fazem parte do nosso cotidiano: o jogo de xadrez, os papagaios ou pipas de empinar, a bússola, a porcelana, a pólvora, os fogos de artifício, o guarda-chuva, o papel, a imprensa, produtos e técnicas medicinais como a acupuntura.



Os chineses eram conhecidos por sua grande preocupação com a saúde. Uma prova disso é que na Antiguidade o curso de medicina era muito procurado pelos jovens. Segundo a tradição, se alguém recebia seu corpo como uma dádiva dos pais, era sua obrigação protegê-lo contra doenças. Os exercícios corporais sempre foram muito valorizados pelos chineses, como forma de manter o corpo e a saúde mental em perfeitas condições.

Havia exceções a essa regra, como a prática, muito difundida entre os chineses, de cortar parte do corpo (pernas, braços, etc.) para ser usada no preparo de uma sopa medicinal, que era servida aos pais quando ficavam doentes.

Civilização Chinesa (continuação)

Localização

A China situa-se na parte leste da Ásia. É o terceiro maior país do mundo, depois da União Soviética e do Canadá.

É limitada ao norte pela Mongólia e pela União Soviética, a leste pela União Soviética, Coreia do Norte, mar Amarelo e mar da China Oriental; ao sul pelo mar da China do Sul, pelo Vietnã do Norte, Laos, Birmânia, Índia, Butão, Silkim, Nepal e Paquistão Ocidental; a oeste pelo Afeganistão e União Soviética.



Dois terços da China são montanhosos ou semidesérticos. A sua parte oriental é formada por férteis planícies e deltas. Há ilhas, sendo que a maior delas é Hainan, na costa meridional. Os rios principais são: Amarelo, Amur e Yu.

A China tem uma área de 9.596.961 Km² e uma população superior a 1.300.000.000 de habitantes. Sua capital é Pequim. São cidades principais: Xangai, Pequim, Tientsin, Luta, Shenyang, Cantão, Wuhan, Harbin, Sain. 94% dos chineses são han e 11% de chuang.

A agricultura é a base da economia. Os chineses plantam arroz, trigo, cevada, soja, painço, algodão, chá e tabaco. Há também grandes reservas de carvão, ferro, cobre, chumbo e outros minerais.

O Império do Meio: o início da grande civilização

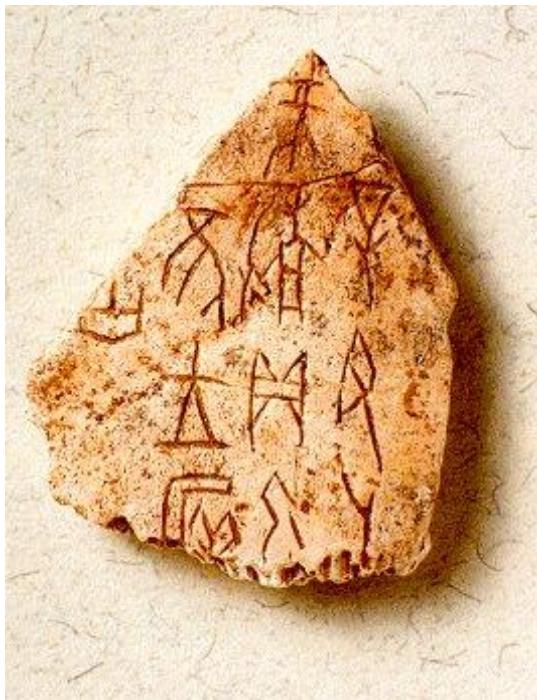
Em 1929, o arqueólogo chinês Pei Wenzhong encontrou na aldeia de Zhoukoudian, perto de Beijing ou Pequim, atual capital da China, um crânio humano que datava de aproximadamente 500 mil anos. Esse crânio pertencia ao gênero *Homo erectus*, que viveu em regiões da África, da Ásia e da Europa entre cerca de 1,8 milhão e 300 mil anos atrás. O arqueólogo batizou o seu achado de “Homem de Pequim”.

Estudando esse fóssil e outros indícios encontrados na região, os pesquisadores concluíram que o *Homo erectus* chinês vivia em cavernas e produzia artefatos de pedra polida, utilizava o fogo para cozinhar os alimentos e proteger-se do frio. Vivia da caça, da pesca e da coleta de frutos das florestas. Tudo indica que os primeiros chineses tinham vida semelhante à dos demais povos do Paleolítico.

Sabe-se também que, há cerca de 6 mil anos, em Yangzhou, na região fértil do Rio Amarelo, desenvolveu-se uma cultura neolítica de agricultores e criadores de animais domésticos (cães e porcos). Ali também eram fabricados potes e vasos de cerâmica para armazenar os alimentos. Esses objetos de cerâmica eram ricamente decorados com símbolos que, pelo que parece, deram origem à escrita chinesa.



Vaso em cerâmica, um dos principais traços da cultura material chinesa



Fragments

O povoamento do vale do Rio Amarelo (Rio Hoang-Ho) se explica pela fertilidade do solo, favorável a prática da agricultura, principalmente o cultivo do arroz. Durante centenas de anos as enchentes do rio e os ventos do deserto vinham depositando na terra uma camada de argila amarelada, conhecida como loesse, que deu ao rio um tom amarelado e o nome. Precedendo que o loesse era um eficiente fertilizante do solo, os chineses fixaram-se nas planícies às margens do rio, onde iniciaram o cultivo da terra. Para melhor aproveitar os recursos naturais da região, os chineses construíram canais de irrigação e diques para controlar as cheias. Essa prática é semelhante à que os egípcios antigos desenvolveram aproveitando as enchentes do Nilo.

Essas pequenas aldeias agrícolas deram origem a povoados, que mais tarde se transformaram em pequenos Estados governados por chefes políticos. Posteriormente, alguns desses pequenos Estados foram dominados por outros, fazendo surgir reis poderosos e respeitados. O poder passou a ser transmitido de pai para filho (poder hereditário), dando origem ao que chamamos de dinastias.

A família e aspectos culturais da China

Para a maioria dos chineses, e durante a maior parte da história da China, a família era o centro da vida social, e a devoção a ela era considerada uma grande virtude. Os pais sentiam-se responsáveis pela transmissão dos ensinamentos que vinham dos antepassados para seus filhos, como preservar a propriedade familiar.

As famílias chinesas eram muito numerosas. Geralmente os parentes viviam na mesma casa (pai, mãe, filhos, avós, netos, tios), reunindo muitas vezes três ou quatro gerações.

Para uma mulher casada, a maior virtude era a fidelidade, e isso também valia caso ela enivuvasse. Entretanto não era ilegal que uma mulher se casasse depois da morte do marido, o que de fato era até comum, por causa das dificuldades econômicas. No entanto, isso era visto como uma prática moral inferior. De acordo com a crença popular, a mulher que casasse em segundas núpcias seria considerada, depois de morta, um fantasma na família dos maridos.

Na China, os meninos recebiam tratamento diferenciado, uma vez que eram considerados os futuros chefes das famílias. Quando completavam 20 anos de idade, tinham seus cabelos cuidadosamente presos no alto da cabeça e protegidos por um gorro. Os casamentos eram normalmente arranjados entre famílias e, depois de casada, a mulher mudava-se para a casa do marido. Os imperadores chineses costumavam casar suas filhas com membros das famílias reais dos povos vizinhos e, assim, protegiam suas fronteiras.

Os meninos e meninas podiam frequentar as escolas. A sociedade chinesa sempre deu muita importância para a educação. Mesmo as crianças mais pobres recebiam instrução, muitas vezes da própria família.

A educação das meninas tinha o objetivo de prepará-las para as tarefas do lar, como bordar e costurar. Para os meninos, o objetivo central era prepará-los para concorrer ao cargo de funcionário real, que era escolhido pelo próprio imperador. Se fossem escolhidos, os rapazes teriam uma situação privilegiada dentro do Estado.

As cidades chinesas

Desde os primórdios as cidades chinesas foram densamente povoadas. Chang-an foi uma das mais famosas cidades da China na Antiguidade.

Por volta do século VII a.C., Chang-an já possuía 1 milhão de habitantes. Os tipos de moradias variavam de acordo com as condições sociais de cada um. Os nobres e os ricos comerciantes viviam perto dos palácios e a população empobrecida amontoava-se nas periferias das cidades. As melhores moradias tinham mais de um andar, eram cobertas com telhas e decoradas com cuidado e harmonia. Os trabalhadores urbanos e os camponeses habitavam casas pequenas, com pouca ventilação, cobertas por bambu.

A alimentação das camadas privilegiadas era rica e variada: carnes, ovos, cereais e vegetais. A comida era servida em belas vasilhas de porcelana, e como talheres utilizavam pauzinhos, feitos de bambu ou madeira. Para os pobres a comida quase sempre era insuficiente. Geralmente alimentavam-se de um cozido de vegetais. Nas regiões onde havia muitos arrozais (vale dos rios Hoang-Ho e Yang Tse-Kiang, no sudeste da China), a alimentação era acrescida de uma tigela de arroz.

Bebida alcoólicas e chás eram apreciados pela população. Os banquetes organizados pelos nobres eram servidos em belas jarras decoradas com ornamentos de ouro, bronze ou prata.



Religião na China

Não havia somente uma religião na China, mas várias, e constituídas de filosofias diferentes.

Uma das mais conhecidas filosofias religiosas da China foi criada por Confúcio (ou Kung Fu-tzu, “Mestre Kung”), que viveu aproximadamente de 551 a 479 a.C. Confúcio era considerado o maior professor do império, sendo adorado em vários cantos do território. Seus ensinamentos falavam de ética e dos ritos de passagem de uma etapa da vida a outra, como nascimento, o casamento e a morte.



Confúcio (551-479 a.C.)

As ideias de Confúcio valorizavam a busca do equilíbrio e a harmonia para uma vida melhor. O conjunto de seus ensinamentos recebeu o nome de **confucionismo**. Essa filosofia religiosa, que até hoje é muito difundida na China, não pregava a adoração de um deus, mas o humanismo e as boas

relações entre as pessoas. A regra fundamental de Confúcio dizia: “O que não queres que façam a ti, não faças aos outros”.

Outra importante manifestação religiosa continua sendo o budismo (linkar para budismo/religiões), originado na Índia, e que se expandiu na China a partir do século III d.C.

As religiões populares eram festivas e reuniam muitos seguidores. As famílias cultuavam os deuses nas festas anuais e nas oferendas aos antepassados. Acreditavam que os espíritos dos antepassados protegiam o lar e, por isso, reservavam um dos aposentos da casa para lhes servir de moradia. Em certas datas do ano, como aniversário ou morte do antepassado, os familiares o homenageavam.

A maior religião popular da China foi o **taoísmo** (linkar para religiões). Suas teorias foram criadas pelo pensador Lao-tsé, que viveu por volta do século VI a.C. Segundo Lao-tsé, o Tao seria criador do mundo e responsável pela ordem de todas as coisas e de todas as pessoas. O taoísmo ganhou muitos adeptos entre as camadas populares ao pregar que todos os que levassem uma vida muito miserável e sofrida na Terra poderiam alcançar uma vida melhor pós a morte, pela fé e pela purificação.

Segundo Lao-tsé, toda a natureza é regida pelo equilíbrio das energias yin (energia negativa e feminina) e yang (energia positiva e masculina), os opostos que se complementam. E o corpo humano é parte desse conjunto. A oposição entre as energias yin e yang pode explicar fenômenos que ocorrem em nosso corpo: se em harmonia, essas energias promovem a saúde; se em desequilíbrio, a doença.

Divindades de origem Taoísta

- Os Três Puros — Os Três Puros são a trindade Taoísta de deuses representando os princípios supremos.
- Quatro Imperadores — Reis celestes do Taoísmo.

- Imperador de Jade — O Imperador de Jade é o governante supremo de tudo, contado entre as principais divindades Taoístas.
 - Beiji Dadi — Governante das estrelas.
 - Tianhuang Dadi — Governante dos deuses.
 - Imperatriz da Terra
- Xi Wangmu ou Rainha Mãe do Oeste é a deusa que detém o segredo da vida eterna e a entrada para o paraíso.
 - Pak Tai ou Bei Di é o Deus Taoísta do Norte, Pak Tai é um dos Cinco Imperadores que desde a Dinastia Han são associados a cada um dos pontos cardinais (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro) segundo a teoria dos Cinco Elementos. Em Hong Kong e Macau, são considerados divindades do vento. Pak Tai é também o deus das águas.
 - Oito Imortais: Os Oito Imortais são uma crença Taoísta descrita pela primeira vez na Dinastia Yuan. O poder de cada Imortal pode ser transferido para uma

ferramenta que pode dar vida e destruir o mal. A maioria nasceu nas Dinastias Tang ou Sung. Eles não só são venerados pelos Taoístas como são elementos da cultura chinesa. Vivem na Montanha Penglai.

Divindades de origem Budista

- Guan Yin ou Kuan Yin é a deusa da compaixão e piedade.
- Hotei é uma divindade budista popular. Deus da alegria e fortuna.
- Dizang é aquele que salva da morte.
- Yanluo é o governante do Inferno (forma abreviada do sânscrito Yama Raja)
- Shi Tennô: Os Quatro Reis Celestes são deuses guardiões budistas.

Outras divindades

- Erlang Shen é um deus chinês com um terceiro olho na testa que vê a verdade.
- Lei Gong o deus do trovão.
- Guan Yu é o deus das irmandades, das artes marciais e, quando estas ocorrem, também deus da guerra.
- Zhao Gongming, deus da fortuna que monta um tigre.
- Bi Gan também é um deus da fortuna.
- Zhu Rong é o Deus do fogo.
- Gong Gong é o Deus da água.
- Chi You: Deus da guerra e inventor das armas de metal.

Mitologia chinesa

Os historiadores supõem que a mitologia chinesa tem início por volta de 1100 a.C. Os mitos e lendas foram passados de forma oral durante aproximadamente mil anos antes de serem escritos nos primeiros livros como o *Shui Jing Zhu* e o *Shan Hai Jing*. Outros mitos continuaram a ser passados através de tradições orais tais como o teatro e canções, antes de serem escritos em livros como no *Fengshen Yanyi*.

Civilização Chinesa (continuação)

Pássaros



Fenghuang.

- **Fenghuang** — O Fenghuang é considerado a fênix chinesa.
- **Jian:** A Jian é uma ave mítica que se acredita só tenha um olho e uma asa: um par dessas aves depende um do outro, é inseparável, daí, representar o marido e a mulher.
- **Jingwei:** Jingwei é o pássaro mítico que tenta encher o oceano com gravetos e seixos. Na verdade o Jingwei era a filha do Imperador Yandi, mas morreu jovem, afogada no Mar do Leste. Após sua morte ela decidiu renascer como um pássaro para vingar-se do mar trazendo gravetos e seixos das montanhas próximas tentando enchê-lo a fim de evitar que sua tragédia aconteça a outros.
- **Jiu Tou Niao:** É uma ave de nove cabeças usada para assustar crianças. Conta à lenda que ela sequestra jovens meninas e as leva para sua caverna onde ficam até ser salvas por um herói.
- **Su Shuang** é uma ave mitológica, também descrita como uma ave aquática.
- **Peng:** A Peng é uma ave mitológica gigante e de impressionante poder de vôo.
- **Zhu** — A ave Zhu é tida como um mau presságio.

Dragões



O dragão chinês é uma das criaturas mais importantes da mitologia chinesa. É considerada a mais poderosa e divina criatura e acredita-se que seja o regulador de todas as águas.

O dragão simbolizava grande poder e era apoio de heróis e deuses. Um dos mais famosos na mitologia chinesa é Yinglong. Diz-se ser o deus da chuva. Pessoas de diferentes lugares rezam para ele a fim de receber chuva. Na mitologia chinesa, acredita-se que os dragões possam criar nuvens com sua respiração. O povo chinês usa muitas vezes a expressão "descendentes do Dragão" como um símbolo de sua identidade étnica.



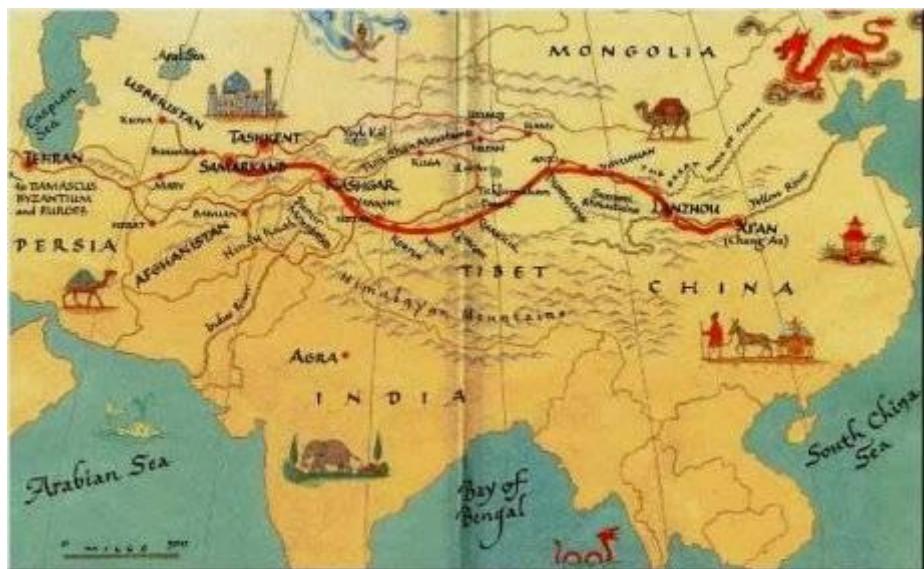
- **Yinglong** — é um servo poderoso de Huangdi. Uma lenda diz que Yinglong ajudou um homem chamado Yu a parar uma enchente do Rio Amarelo abrindo canais com sua cauda.
- **Reis Dragões** — Os reis dragões são os quatro governantes dos quatro oceanos (cada um corresponde a um ponto cardeal). Eles vivem em palácios de cristal no fundo do mar de onde governam a vida animal.
- **Fucanglong** — é um dragão do mundo subterrâneo que guarda os tesouros enterrados. Sua saída da terra provoca a erupção de vulcões.
- **Shenlong** — é um dragão que pode controlar os ventos e as chuvas.
- **Dilong** — é o dragão da terra.
- **Tianlong** — Tianlong são os dragões celestiais que puxam as carroças dos deuses e guardam seus palácios.
- **Li** — O Li é um dragão dos mares menor. Não tem chifres.
- **Jiao** — O Jiao é outro dragão sem chifre que vive em pântanos. O dragão mais inferior.

Desenvolvimento econômico na China



O comércio foi uma intensa atividade econômica para os chineses. Primeiramente, praticava-se o escambo, que é a troca direta de mercadorias sem o uso de moedas. Posteriormente, em locais e épocas diferentes, moedas, barras e peças de ouro e bronze começaram a ser usadas nas relações comerciais. Os produtos comercializados eram geralmente alimentos, cerâmica e seda.

O comércio da seda foi uma das atividades mais lucrativas para os chineses. No século I d.C., o Império Romano tornou-se um dos maiores consumidores do produto. A seda era transportada geralmente por terra, e o caminho mais conhecido era aquele que atravessava o Deserto de Góbi, as terras dos atuais Cazaquistão e Turquia, até chegar a Roma. Esse trajeto era conhecido como rota da seda.



Quando os chineses desenvolveram as técnicas para a produção da seda, grande parte da população passou a se dedicar a essa atividade. A seda era muito utilizada na confecção de roupas para os imperadores e nobres, e, em ocasiões especiais, para decorar painéis e faixas com dizeres festivos ou fúnebres.

Gradualmente a produção da China estendeu-se por toda a Europa, onde o tecido delicado e caro era muito apreciado. Entretanto a seda só foi industrializada na Inglaterra no século XV. Atualmente a China ainda produz a melhor seda do mundo.

O desenvolvimento científico

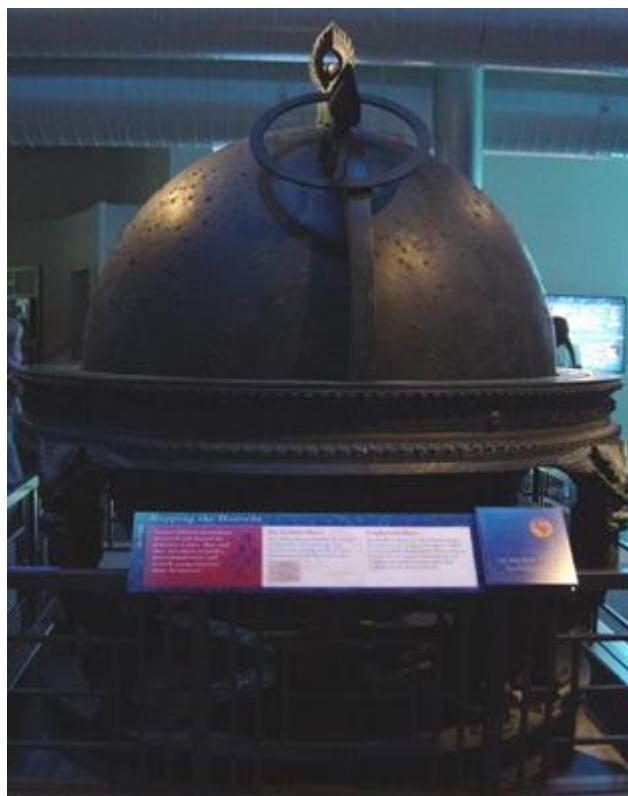
Os estudiosos chineses, que dominavam tecnologias avançadas para a época, desenvolveram vários instrumentos que ainda hoje são muito úteis, como a bússola magnética, o sismógrafo (que mede a intensidade dos tremores de terra) e o compasso. Já no século II d.C., Zhang Heng construiu um globo celeste. Em 1088 Han Gonglian projetou o primeiro relógio astronômico movido a água do mundo. Os chineses também deram uma grande contribuição para os estudos de astronomia e aritmética.



Bússola



Sismógrafo



Globo celeste de Zhang Heng

Inúmeros objetos e utensílios de bronze da dinastia Shang (1500-1027 a.C.) encontrados por arqueólogos, e que se encontram expostos em museus, comprovam a riqueza da antiga arte chinesa. O bronze era usado na confecção de objetos que seriam utilizados nas cerimônias reais e religiosas e não na fabricação de instrumentos agrícolas, como ocorria na Europa.



Jarro da dinastia Shang



Caixa de laca vermelha imitando um jarro utilizado em rituais

Os artesãos tinham papel de destaque na China antiga. Eram contratados pelo rei para confeccionar objetos de uso pessoal e adornos, tecidos para a roupagem da família imperial e para funcionários reais.

Os chineses consideravam o jade a pedra mais valiosa de todas e, por essa razão, era muito usada para fazer adornos e objetos.

A escrita chinesa

Os mais antigos registros escritos da China de que se tem notícia foram encontrados na cidade de Anyang, no leste da China, gravados em pedaços de ossos de animais e em cerâmicas.

Alguns sinais utilizados como escrita podiam ser facilmente relacionados ao Sol, representados por um círculo com um risco no meio, e ao cavalo, representado por um desenho do animal.

Como podemos perceber, a escrita chinesa, como a de outras civilizações, é ideográfica, ou seja, os símbolos expressam ideias. A escrita moderna chinesa é um aperfeiçoamento do modelo antigo.

Do Século 17 antes de Cristo	○	丁	宀	𠂇	犮	馬
Do século 11 antes de Cristo	◑	乚	宀	𠂇	犮	馬
Do século 4 antes de Cristo	曰	冂	火	水	犮	馬
Do século 2 antes de Cristo	日	月	火	水	羊	马
Do século 2 depois de Cristo	日	月	火	水	羊	马

A	B	C	D	E	F	G	H	I
际	家	加	東	节	姐	届	津	京
J	K	L	M	N	O	P	Q	R
举	开	快	来	乐	联	临	美	盟
S	T	U	V	W	X	Y	Z	
民	明	南	你	年	您	亲	请	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
生	圣	时	市	天	帖	文	西	喜
j	k	l	m	n	o	p	q	r
夏	先	小	协	新	行	学	宴	谊
s	t	u	v	w	x	y	z	
迎	由	友	于	愉	圆	月	在	

A escrita chinesa e seus símbolos equivalentes ao nosso alfabeto.

Organização social chinesa: Imperadores, mandarins, grandes proprietários e camponeses

Os imperadores tinham a função de manter o equilíbrio e a harmonia entre os dois mundos: o natural (dos vivos) e o sobrenatural (dos mortos). Acumulavam funções administrativas, religiosas e sociais.

Julgar a capacidade do imperador era responsabilidade do Céu e nem sempre ela estava relacionada com as tarefas cumpridas na Terra.

E como saber se o imperador estava agradando ao Céu?

A sociedade chinesa acreditava que os deuses se manifestavam na natureza e na vida social. Revoltas populares, perturbações naturais (catástrofes, secas, inundações), invasões de povos estrangeiros eram sinais divinos de que o imperador deveria ser substituído por outro a qualquer momento.

Durante a dinastia Chin (221 – 206 a.C.) a China transformou-se em um Estado unificado, com o poder centralizado na figura do imperador. Como parte das medidas tomadas para fortalecer o poder real, surgiram **mandarins**, funcionários que controlavam a administração do estado, organizando o calendário das atividades reais, a construção de estradas, diques, barragens e obras públicas, e zelando pela justiça e segurança da sociedade. Os mandarins eram muito importantes, pois praticamente administravam o Estado. Por isso, desde cedo os meninos da nobreza eram preparados para exercer essa função.

A dinastia Chin ficou conhecida também pela construção da Muralha da China, com mais de 2.500 quilômetros de comprimento.



A Grande Muralha da China

A produção agrícola estava nas mãos de grandes e médios proprietários de terras. Existiam também grupos de camponeses que arrendavam, com suas famílias, as terras do governo, onde criavam animais e plantavam. Essas pessoas trabalhavam arduamente: além de sustentarem a família, tinham de pagar altos tributos pelo arrendamento das terras.

Curiosidades da China

- Sozinha, a China tem duas vezes mais gente do que a Europa inteira.
- 1,38 bilhões de pessoas, este é o número estimado de habitantes (pessoas registradas).
- Um em cada cinco habitantes do planeta vive na China, um quinto da população mundial.
- Se o mundo fosse uma única rua, um em cada quatro dos seus vizinhos seria chinês.
- Se você morasse na China neste momento estaria dividindo o cômodo que ocupa em sua casa com mais 7 pessoas.

- Por causa da superpopulação, cada casal só pode ter um filho. Mas, se o primeiro for menina, pode-se tentar de novo.
- Com quase 3.000 km de extensão, a Muralha da China, única obra feita pelo homem que pode ser vista do espaço, começou a ser construída em 200 A.C. e completa atualmente 2200 anos de vida. Sua construção envolveu mais de um milhão de pessoas, muitas das quais morreram ali mesmo.
Sua imponência começa pelo aspecto visual e termina na prática, pois em alguns trechos de suas descomunais escadarias, o visitante só consegue subir os degraus de quatro, com as mãos no chão.
- Li ou Lee (forma inglesa) é o sobrenome mais comum do mundo. Só na China existem 87 milhões deles.
- O célebre Livro Vermelho de Mao, espécie de cartilha do comunismo chinês, atualmente só serve para ser vendido aos turistas nos portões da Praça da Paz Celestial, onde a figura de Mao Tse Tung ainda brilha.
- Na China, as ruas são extensões das casas. Ali os chineses comem, dormem, cortam o cabelo, fazem massagem, Tai-Chi-Chuan e até dançam.
- Dentro da China existem várias nações. Algumas inteiras, como é o caso do Tibete e algumas minorias (mongóis, turcos, cazaques, tibetanos, etc.). São por volta de 55 grupos diferentes, ou seja, 60 milhões de chineses não são tão chineses assim - 60 milhões! Mais do que uma França ou duas Argentinas! Na China até as minorias são exageradas.
- Imaginar que um país tão grande assim (o terceiro maior do mundo só atrás da Rússia e do Canadá) tenha a mesma geografia de norte a sul é o mesmo que generalizar que no Brasil só existe selva. É um erro grosseiro. Tanto das curiosas formações rochosas de Guilin, no oeste do país, quanto da maior de todas as montanhas - o Monte Everest - a China tem várias faces em sua geografia.
- Cobras, ervas, ratos, morcegos. Tudo cura na milenar medicina chinesa. Lagartos ressecados, por exemplo, são bons para tosse comprida, pedra nos rins e até mesmo impotência.
- A Fênix é uma das criaturas mágicas da mitologia chinesa. Dizem que só aparecia quando o país era governado por um bom imperador.
- As pétalas de uma Datura sagrada representam as cinco pontas da estrela.
- O cervo e o alto funcionário: símbolos de prosperidade.
- Por ser o BOI o animal que mais ajuda na lavoura, puxando o arado e a carroça, a maioria do povo chinês considera pecado comer sua carne.
- "Um faz dois, dois fazem três, de três nascem as dez mil coisas." Foi assim que Lao Tsé condensou a cosmologia chinesa. DEZ MIL é a expressão que simboliza o todo e a imortalidade.
- O sapo e a rã são símbolos de longevidade.
- A arte de empinar pipas é tradicional na China.
- O morcego é um símbolo de felicidade, e cinco morcegos juntos representam: longevidade, saúde, fortuna, amor à virtude e morte natural.
- Um quarto dos crimes previstos no Código Penal é punido com a morte, incluindo delitos menores como envenenar gado ou difundir pornografia.

- Os chineses são muito supersticiosos. Os andares 4, 14 e 24 de muitos prédios não existem, porque o ideograma do 4 é parecido com o da morte. Celulares terminados em 4 ou com muitos 4 são bem mais baratos, e muito utilizados por estrangeiros.

Civilização Persa

A civilização persa foi uma das mais expressivas civilizações da Antiguidade. A Pérsia situava-se a leste da Mesopotâmia, num extenso planalto onde hoje corresponde ao Irã, localizado entre o golfo Pérsico e o mar Cáspio. Ao contrário das regiões vizinhas, possuía poucas áreas férteis. Esta civilização estabeleceu-se no território por volta de 550 a.C..

Através de Ciro, que era um príncipe persa, realizou a dominação do Reino da região da Média e, assim, deu início à formação de um bem-sucedido reinado que durou cerca de vinte e cinco anos. Nesse período, este talentoso imperador também conquistou o reino da Lídia, a Fenícia, a Síria, a Palestina, as regiões gregas da Ásia Menor e a Babilônia.



O processo de expansão iniciado por Ciro foi continuado pela ação do imperador Dario, que dominou as planícies do rio Indo e a Trácia. Nesse momento, dada as grandes proporções assumidas pelo território persa, Dario viabilizou a ordenação de uma geniosa reforma administrativa. Pelas mãos de Dario, os domínios persas foram divididos em satrapias, subdivisões do território a serem administrados por um sátrapa.

Persas



Mosaico representando os exércitos persas.

O planalto do Irã, região montanhosa e desértica, situada a leste do Crescente Fértil, entre a Mesopotâmia e a Índia, foi povoado pelos medos e pelos persas.

A princípio, os persas eram dominados pelos medos. Essa situação se inverteu por volta de 550 a.C. Nessa época, sob o comando de Ciro, os persas dominaram os medos e passaram a controlar a região.

Os persas conquistaram ainda outros povos que viviam nas proximidades do planalto do Irã, impondo a todos a mesma administração. Eles acabaram por construir um vasto império. Seu território compreendia a Ásia Menor, a Mesopotâmia e uma parte da Ásia Central.

Esses domínios seriam ainda ampliados nos governos posteriores a Ciro: Cambises conquistou o Egito em 525 a.C.; Dario I dominou a Ásia até o vale do rio Indo e também uma pequena parte da Europa, onde se localizavam algumas colônias gregas.

Dario e depois seu sucessor, Xerxes, tentaram conquistar ainda a região da atual Grécia, mas fracassaram. Em 330 a.C., o Império Persa foi conquistado por Alexandre Magno, da Macedônia.

A formação do império persa

Ciro inaugurou o chamado império persa. Com o aumento da população, houve a necessidade da expansão geográfica.

Ciro, o Grande (560-530 a.C.), tornou-se rei dos medos e persas, após haver conquistado Ecbátana e destronado Astíages (555 a.C.). Conquistou também a Babilônia (539 a.C.). O império ia desde o Helesponto até as fronteiras da Índia.

Ciro não proibia as crenças nativas dos povos conquistados. Concedia alguma autonomia para as classes altas, que governavam as regiões dominadas pelos persas, mas exigia, em troca, homens para seu exército, alimentos e metais preciosos. Ciro morreu em 529 a.C.

Cambises, filho e sucessor de Ciro, iniciou uma difícil campanha militar contra o Egito, em 525 a.C., finalmente vencida pelos persas na batalha de Pelusa. Nessa época o império persa abrangia o mar Cáspio, o mar Negro, o Cáucaso,

grande parte do Mediterrâneo oriental, os desertos da África e da Arábia, o golfo Pérsico e a Índia. Cambise pretendia estender seus domínios até Cartago, mas não conseguiu levar esse plano adiante por causa de violenta luta interna pelo poder.

A luta pelo poder prosseguiu após a morte de Cambises. Dario, parente distante de Cambises, aliou-se a fortes setores da nobreza, tomou o trono e iniciou uma nova era na história da Pérsia.



Ciro, o grande (imperador persa)

A organização do império

Os povos dominados pelos persas podiam conservar seus costumes, suas leis, sua religião e sua língua. Eram obrigados, porém, a pagar tributos e a servir o exército persa.

Dario procurou organizar o império dividindo-o em províncias e nomeando pessoas de sua confiança para governá-las. Para facilitar a comunicação entre as províncias, foram construídas diversas estradas, entre elas a Estrada Real. Com mais de 2 mil quilômetros de extensão, essa estrada ligava as cidades de Susa e Sardes. Por ela passavam os correios reais, o exército e as caravanas de mercados.

A riqueza para sustentar esse enorme império era fornecida por camponeses livres, que viviam em comunidades e pagavam impostos ao imperador. Havia também o trabalho escravo, mas a maioria dos trabalhadores não pertencia a essa categoria.

Persas

Cultura e religião persas

Na arte, os persas receberam grande influência dos egípcios e dos mesopotâmicos. Fizeram construções em plataformas e terraços, nas quais utilizaram tijolos esmaltados em cores vivas.

No plano religioso, distinguiram-se por uma religião que ainda hoje é praticada em algumas partes do mundo: o zoroastrismo. Seu fundador, Zoroastro (daí o nome da religião), viveu entre 628 e 551 a.C.

De acordo com os princípios básicos do zoroastrismo, existem duas forças em constante luta: o bem e o mal. O deus do bem é Ormuz, que não é representado por imagens e tem como símbolo o fogo; o deus do mal é Arimã, representado por uma serpente.

Segundo o zoroastrismo, o dever das pessoas é praticar o bem e a justiça, para que, no dia do Juízo Final, Ormuz seja vitorioso e, assim o bem prevaleça sobre o mal. Além disso, aos bons estava reservada a vida eterna no paraíso.

Muitos dos valores do zoroastrismo acabaram sendo adotados por outras religiões. No cristianismo, por exemplo, encontram-se presentes as ideias de Juízo Final e paraíso e a dicotomia entre bem e mal.

Essa religião baseava-se na sinceridade entre as pessoas e foi transcrita no livro sagrado Avesta. O imperador era quase um deus, pois, segundo a crença, governava por ordem de deus.

A decadência do império

A tomada do estreito de Bósforo e Dardanelos no mar Negro pelas forças persas prejudicou o intenso comércio grego na região. O clima de tensão entre várias cidades gregas e o império persa transformou-se em longa guerra. Em 490 a.C., Dario tentou invadir a Grécia, mas foi derrotado pelos gregos na batalha de Maratona. Dario morreu e o poder passou as mãos de seu filho Xerxes, que continuou a luta contra a Grécia, sendo derrotado em 480 e 479 a.C. nas batalhas de Salamina e Plateia.

Após sucessivas derrotas, os persas foram obrigados a se retirar e reconhecer a hegemonia grega no mar Egeu e na Ásia Menor (Lídia). Com o enfraquecimento do império, várias satrapias se revoltaram contra o domínio persa. Internamente a luta pelo poder tornou-se mais e mais violenta. Entretanto, durante a Guerra do Peloponeso (entre Atenas e Esparta) os persas tomaram novamente a Ásia Menor.

Com o assassinato de Dario III, um dos últimos sucessores do império, Alexandre Magno dominou toda a Pérsia e suas satrapias e anexou-as ao império greco-macedônico.

Hebreus

Os hebreus são conhecidos como israelitas ou judeus. Antepassados do povo judeu, os hebreus têm uma história marcada por migrações e pelo monoteísmo.

Muitas informações sobre a história dos hebreus baseiam-se na interpretação de textos do Antigo Testamento, a primeira parte da Bíblia. O Antigo testamento foi escrito com base na tradição oral dos hebreus. Consta dele, por exemplo, a

interpretação feita por esse povo da origem do mundo e de muitas das normas éticas e morais de sua sociedade. Convém ressaltar, entretanto, que esses textos são repletos de símbolos e sua interpretação é bastante difícil.

Vestígios da sociedade hebraica continuam sendo encontrados. Eles contribuem para lançar novas luzes sobre a história dos hebreus.

Segundo a tradição, Abraão, o patriarca fundador da nação hebraica, recebeu de Deus a missão de migrar para Canaã, terra dos cananeus, depois chamada de palestina, onde se localiza hoje a Estado de Israel.

Após passarem um período na terra dos cananeus, os hebreus, foram para o Egito, onde viveram em 300 e 400 anos, e acabaram transformados em escravos. Sua história começa a ganhar destaque a partir do momento em que resolvem sair do Egito e, sob a liderança de Moisés, voltar a Canaã. Na história judaica, esse retorno é chamado de êxodo e aconteceu entre 1300 e 1250 a.C.

Em 70 d.C., a Palestina era uma província do Império Romano; as muitas rebeliões ocorridas na região levaram o governo imperial a expulsar os hebreus da Palestina. Esse acontecimento é denominado de diáspora. Até 1948, quando foi fundado o estado de Israel, os judeus viveram sem pátria, atualmente são os palestinos que não tem pátria, pois suas terras foram tomadas pelos israelenses.

Praticam a agricultura, o pastoreio, o artesanato e o comércio. Têm por base social o trabalho de escravos e servos. As tribos são dirigidas de forma absoluta pelos chefes de família (patriarcas), que acumulam as funções de sacerdote, juiz e chefe militar. Com a unificação destas, a partir de 1010 a.C., elegem juízes para vigiar o cumprimento do culto e da lei. Depois se unem em torno do rei. Produzem uma literatura dispersa, mas importante, contida em parte na Bíblia e no Talmude.

Localização

A Palestina localizava-se em uma estreita faixa a sudoeste do atual Líbano. O rio Jordão divide a região em duas partes: a leste a Transjordânia; e a oeste, a Cisjordânia. Essa região é atualmente ocupada pelo estado de Israel.

Até hoje a região é bastante árida. O principal rio é o Jordão, e assim mesmo não era suficiente para grandes obras de irrigação. Um solo pouco fértil e um clima bastante seco impediam que a região fosse rica. No entanto, tinha bastante importância, pois era passagem e ligação entre a Mesopotâmia e a Ásia Menor. E foi nessa região que assentou o povo hebreu, um entre os muitos que vagaram e se estabeleceram na Palestina.

Organização social e política dos hebreus

Após a morte de Moisés, os hebreus chegaram à palestina e, sob a liderança de Josué, que cruza o rio Jordão, combate com os cananeus que então habitavam a terra prometida. Vencidos os cananeus, os israelitas se estabelecem na Palestina. Nessa época, o povo hebreu estava dividido em 12 tribos ("os doze

filhos de Israel”), que viviam em clãs compostos pelos patriarcas, seus filhos, mulheres e trabalhadores não livres.

O poder e prestígio desses clãs eram personificados pelo patriarca, e os laços entre esses clãs eram muito frágeis. Porém, devido às lutas pelas conquistas de Canaã ou Terra Prometida, surgiu necessidade do poder e do comando estar nas mãos de chefes militares. Estes chefes passaram a ser conhecidos como Juizes.

Com a concentração do poder em suas mãos, os juizes procuraram à união das doze tribos, pois ela possibilitaria a realização do objeto comum: O domínio da Palestina. As principais lideranças deste período foram os juizes: Sansão, Otoniel, Gideão e Samuel, todos eram considerados enviados de Jeová, para comandar os Hebreus.

A união das doze tribos era difícil de ser conseguida e mantida, pois os juizes tinham um poder temporário e mesmo com a unidade cultural, (língua, costumes, e, principalmente religião), havia muita divisão política entre as tribos. Assim foi preciso estabelecer uma unidade política. Isto foi conseguido através da centralização do poder nas mãos de um monarca, Rei, o qual teria sido escolhido por Jeová para governar.

Hebreus (continuação)

Os reis hebreus

O primeiro rei hebreu foi Saul (1010 a.C.) que liderou guerras contra os filisteus, porém morreu sem conseguir vencê-los. Foi sucedido por Davi (1006 a 966 a.C.), que conseguiu derrotar os filisteus e estabeleceu domínio sobre a Palestina, fundando o Estado Hebreu, cuja a capital passou a ser Jerusalém. E iniciou uma fase marcada pelo expansionismo militar e pela prosperidade.

Em seguida, Salomão (966 a 926 a.C.); sábio e pacífico famoso pelo poder e riqueza. Filho de Davi desenvolveu o comércio, aumentando a influência do reinado sem recorrer a guerra. No entanto a fartura e a riqueza que marcaram o seu reinado exigiam o constante aumento de impostos, que empobreciam mais e mais o trabalhador, criando um clima de insatisfação no povo hebreu.

O cisma político-religioso: os reinos de Israel e Judá

Após a morte de Salomão, houve a divisão política e religiosa das tribos e o fim da monarquia unificada.

Os hebreus dividiram-se em Dez tribos do norte e formaram o Reino de Israel, liderados por Jerobaão. Após disputas internas, chegaram a um acordo em 878 a.C., com a escolha de Omri para rei. Apesar de a veneração a Iavé persistir, foi introduzido o culto a vários deuses.

Duas tribos do sul se formaram o Reino Judá, liderados por Reoboão, filho de Salomão (924 a.C.).

A dominação estrangeira

O Reino de Israel, desde o inicio viveu na idolatria; isto fez com que a ira de Deus se manifestasse sobre ele permitindo que no ano 722 a.C., fosse conquistado por Sargão II, da Assíria, e seu povo fosse levado para o cativeiro, sendo seu território habitado por outros povos, ali colocados por ordem do rei da Assíria.

O castigo de Deus veio sobre ela através do rei Nabucodonosor, da Babilônia, no ano 586 a.C. A cidade santa, Jerusalém, foi destruída e o Templo queimado e os nobres eram amarrados e levados para o cativeiro.

O cativeiro durou até os dias de Ciro, rei da Pérsia que permitiu que o povo que estava escravizado na Caldeia, regressar a Palestina e reerguer o Templo de Jerusalém (536 a.C.). A seguir a Palestina foi invadida por Alexandre da Macedônia (322 a.C.). Depois passou a seu protetorado egípcio (301 a.C.), Colônia Síria (198 a.C.), e província romana (63 a.C.).

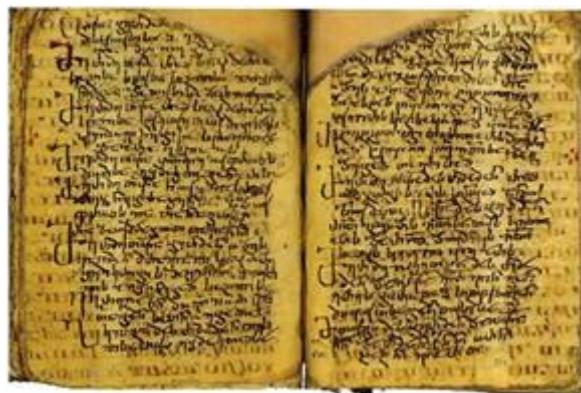
No ano 70 da era cristã, após uma fracassada revolta contra a dominação romana, Jerusalém foi conquistada por Tito e seus exércitos, ocorrendo uma segunda destruição do Templo. Atualmente do templo de Jerusalém resta apenas um muro, conhecido como o Muro das Lamentações.

A religião dos hebreus

Os hebreus foram um dos primeiros povos a cultuar um único deus, isto é, eram monoteístas. No judaísmo, religião professada pelos hebreus, o único deus é Javé, cuja imagem não pode ser representada em pinturas ou estátuas.

O judaísmo é baseado nos Dez Mandamentos supostamente revelados a Moisés no monte Sinai. Os dois traços característicos da religião dos hebreus são o monoteísmo e o salvacionismo isto é a crença na vinda de um Messias ou Salvador para libertar o povo hebreu.

O Judaísmo constitui uma das bases do cristianismo, com o qual o Islamismo formou tríade das religiões universais.



Páginas de uma Bíblia escrita em aramaico

Aspectos culturais

Da cultura criada pelos hebreus, a religião, é sem dúvida o legado mais importante. A escrita e literatura, entre os hebreus, povo de língua semita, surgiu muito cedo através de uma escrita própria. A arqueologia revelou a existência da escrita a partir de meados do segundo milênios a. C., (época do Éxodo). Aos poucos, porém eles foram substituindo, em sua escrita a sua língua original pelo aramaico, que era a língua comercial e diplomática do Oriente, próximo na antiguidade. O alfabeto hebraico atual é uma variedade do aramaico, que juntamente com a língua aramaica tornou-se muito difundido, suplantando os outros alfabetos e línguas semitas.



Fragmento de pedra com escrita em aramaico

Nas artes o monoteísmo hebraico influenciou todas as realizações culturais dos hebreus. Deve-se destacar a arquitetura, especialmente a construção de Templos, muralhas e fortificações. A maior realização arquitetônica foi o Templo de Jerusalém.



Templo de Jerusalém

Nas ciências, não apresentaram progresso notável. A importância cultural da sociedade hebraica residiu principalmente na esfera religiosa e moral ([na lei Mosaica](#)), sua área de influência atingiu o Ocidente e grande parte do oriente.

Os Vikings

Os vikings são uma antiga civilização originária da região da Escandinávia, que nos dias atuais compreende o território de três países europeus: a Suécia, a Dinamarca e a Noruega. Também conhecidos como nórdicos ou normandos, eles constituíram uma rica cultura que se desenvolveu devido à atividade agrícola, o artesanato e um notável comércio marítimo.

A vida dos vikings voltada basicamente para os mares também colaborou para que a pirataria se tornasse outra importante atividade econômica destes povos. Em várias invasões realizadas pela Europa Continental, os vikings saquearam e conquistaram terras, especialmente na região da Bretanha, que hoje abriga do Reino Unido. O apogeu da civilização viking ocorreu entre os séculos VIII e XI.



A invasão à Bretanha ocorreu no final do século VIII. No ano de 865, um potente exército de vikings dinamarqueses deu início a uma guerra que teve como resultado a conquista de grande parte das terras britânicas. Em razão disso, ocorreu à consolidação do Danelaw, um extenso território viking que incluía as regiões Centro-norte e Leste da Bretanha. Neste mesmo período, os vikings prosseguiram com a expansão por terras escocesas.

A principal autoridade política entre os vikings era o rei. Em seguida, vinham os condes e chefes tribais que por sua vez também desfrutavam de grande prestígio e poder de comando entre a população. O poder de decisão entre os vikings contava com a presença deles que, reunidos, debatiam a elaboração de suas leis próprias e as punições a serem aplicadas contra os criminosos.

Na área religiosa, aos vikings é atribuída rica mitologia povoada por vários deuses sempre adorados nos eventos coletivos. Várias histórias envolvem a luta entre os deuses nórdicos ou o embate entre as divindades e os gigantes. Odin por exemplo, era adorado como “o Deus dos deuses”. Thor era a divindade mais popular, tinha poder sobre os céus e protegia os vikings. Porém, ao longo da Idade Média, diante do processo de cristianização da Europa, os vikings foram lentamente convertidos a essa religião. Por fim, a dissolução da cultura viking ocorreu entre os séculos XI e XII.

Diante de inúmeros conflitos contra os nobres da Normandia e os ingleses acaba-se por estabelecer o fim desta civilização, entretanto, ainda se encontra presente em algumas manifestações da cultura europeia.

Formação do território brasileiro

Os contornos do nosso país, tal como o vemos hoje em um mapa, não foram sempre os mesmos. Observe:



Para melhor ocupar sua colônia sul-americana, o governo português resolveu dividi-la em grandes faixas de terra, que foram chamadas de **capitanias**.



Nessa época, as capitaniais tinham contornos bem diferentes dos iniciais e o território brasileiro já possuía um traçado próximo do atual.



Em 1821, as capitâncias passaram a se chamar **províncias** e, em 1889, **estados**, nome que conservam até os dias atuais.

Formação do território brasileiro (continuação)

Os limites territoriais do Brasil, definidos em 1904, valem ainda hoje. A divisão dos estados, porém, sofreu mudanças.



Fonte: Adaptado de Manoel Maurício de Albuquerque e outros. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro, FAE, 1986. p. 16 e 30.



Os mapas mostram o território brasileiro em cinco momentos diferentes ao longo do seu processo de formação, que duraram quatro séculos. Isso significa que, em diversas ocasiões, o Brasil incorporou e também perdeu terras e os limites de seu território variaram.

Ao compararmos o território do Brasil no século XVI com o atual poderemos perceber que o território aumentou. O território brasileiro não se formou de uma hora para outra.

Foi um processo longo. Dele fazem parte à lenta ocupação do território pelos portugueses, as lutas entre eles e os povos nativos, a disputa pela terra com invasores e a busca de riquezas.

Resumo Histórico do Brasil

Fundação

A descoberta do Brasil, em 22 de abril de 1500, pela esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, com destino às Índias, integra o ciclo da expansão marítima portuguesa. Inicialmente denominada Terra de Vera Cruz, depois Santa Cruz e, finalmente, Brasil, a nova terra foi explorada a princípio em função da extração do pau-brasil, madeira de cor vermelha usada em tinturaria na Europa, e que deu o nome à terra.

Várias expedições exploradoras (Gonçalo Coelho, Gaspar de Lemos) e guardacostas (Cristóvão Jacques) foram enviadas pelo rei de Portugal, a fim de explorar o litoral e combater piratas e corsários, principalmente franceses, para garantir a posse da terra. O sistema de feitorias, já utilizado no comércio com a África e a Ásia, foi empregado tanto para a defesa como para realizar o escambo (troca) do pau-brasil com os indígenas. A exploração do pau-brasil, monopólio da Coroa portuguesa, foi concedida ao cristão-novo Fernão de Noronha.



A partir de 1530, tem início a colonização efetiva, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, cujos efeitos foram o melhor reconhecimento da terra, a introdução do cultivo da cana-de-açúcar e a criação dos primeiros engenhos, instalados na recém-fundada cidade de São Vicente, no litoral de São Paulo, que no século 16 chegou a ter treze engenhos de açúcar. A economia açucareira, entretanto, vai se concentrar no Nordeste, principalmente em Pernambuco. Estava baseada no tripé latifúndio--monocultura--escravidão. A cana-de-açúcar, no Nordeste, era cultivada e beneficiada em grandes propriedades, que empregavam mão-de-obra dos negros africanos trazidos como escravos, e destinava-se à exportação.

Ao lado do ciclo da cana-de-açúcar, ocorrido na zona da mata, desenvolveu-se o ciclo do gado. A pecuária aos poucos ocupou toda a área do agreste e do sertão nordestinos e a bacia do rio São Francisco. No século 18, o ciclo da mineração do ouro e dos diamantes em Minas Gerais levou à ocupação do interior da colônia. A sociedade mineradora era mais diversificada do que a sociedade açucareira, extremamente ruralizada. Na zona mineira, ao lado dos

proprietários e escravos, surgiram classes intermediárias, constituídas por comerciantes, artesãos e funcionários da Coroa.

Política e administrativamente a colônia estava subordinada à metrópole portuguesa, que, para mais facilmente ocupá-la, adotou, em 1534, o sistema de capitania hereditárias. Consistia na doação de terras pelo rei de Portugal a particulares, que se comprometiam a explorá-las e povoá-las. Apenas duas capitania prosperaram: São Vicente e Pernambuco. As capitania hereditárias somente foram extintas em meados do século 18.

Em 1548, a Coroa portuguesa instituiu o governo geral, para melhor controlar a administração da colônia. O governador-geral Tomé de Sousa possuía extensos poderes, e administrava em nome do rei a capitania da Bahia, cuja sede, Salvador -- primeira cidade fundada no Brasil, foi também sede do governo geral até 1763, quando a capital da colônia foi transferida para o Rio de Janeiro. A administração local era exercida pelas câmaras municipais, para as quais eram eleitos os colonos ricos, chamados "homens bons".

O papel da Igreja Católica era da mais alta importância. A ela cabiam tarefas administrativas, a assistência social, o ensino e a catequese dos indígenas. Dentre as diversas ordens religiosas, destacaram-se os jesuítas.

Invasões estrangeiras. Durante o período colonial, o Brasil foi alvo de várias incursões estrangeiras, sobretudo de franceses, ingleses e holandeses. Os franceses chegaram a fundar, em 1555, uma colônia, a França Antártica, na ilha de Villegaignon, na baía de Guanabara. Somente foram expulsos em 1567, em combate do qual participou Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro (1565). Mais tarde, entre 1612 e 1615, novamente os franceses tentaram estabelecer uma colônia no Brasil, desta vez no Maranhão, chamada França Equinocial.

Os holandeses, em busca do domínio da produção do açúcar (do qual eram os distribuidores na Europa), invadiram a Bahia, em 1624, sendo expulsos no ano seguinte. Em 1630, uma nova invasão holandesa teve como alvo Pernambuco, de onde estendeu-se por quase todo o Nordeste, chegando até o Rio Grande do Norte. Entre 1637 e 1645, o Brasil holandês foi governado pelo conde Maurício de Nassau, que realizou brilhante administração. Em 1645, os holandeses foram expulsos do Brasil, no episódio conhecido como insurreição pernambucana.

Expansão geográfica

Durante o século 16, foram organizadas algumas entradas, expedições armadas ao interior, de caráter geralmente oficial, em busca de metais preciosos. No século seguinte, expedições particulares, conhecidas como bandeiras, partiram especialmente de São Paulo, com três objetivos: a busca de índios para escravizar; a localização de agrupamentos de negros fugidos (quilombos), para destruí-los; e a procura de metais preciosos. As bandeiras de caça ao índio (Antônio Raposo Tavares, Sebastião e Manuel Preto) atingiram as margens do rio Paraguai, onde arrasaram as "reduções" (missões) jesuíticas. Em 1695, depois de quase um século de resistência, foi destruído Palmares, o mais célebre

quilombo do Brasil, por tropas comandadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

Datam do final do século 17 as primeiras descobertas de jazidas auríferas no interior do território, nas chamadas Minas Gerais (Antônio Dias Adorno, Manuel de Borba Gato), em Goiás (Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera) e Mato Grosso (Pascoal Moreira Cabral), onde foram estabelecidas vilas e povoações. Mais tarde, foram encontrados diamantes em Minas Gerais. Um dos mais célebres bandeirantes foi Fernão Dias Pais, o caçador de esmeraldas.

Ao mesmo tempo que buscavam o oeste, os bandeirantes ultrapassaram a vertical de Tordesilhas, a linha imaginária que, desde 1494, separava as terras americanas pertencentes a Portugal e à Espanha, contribuindo para alargar o território brasileiro. As fronteiras ficaram demarcadas por meio da assinatura de vários tratados, dos quais o mais importante foi o de Madri, celebrado em 1750, e que praticamente deu ao Brasil os contornos atuais. Nas negociações com a Espanha, Alexandre de Gusmão defendeu o princípio do *uti possidetis*, o que assegurou a Portugal as terras já conquistadas e ocupadas.

Revoltas coloniais

Desde a segunda metade do século 17, explodiram na colônia várias revoltas, geralmente provocadas por interesses econômicos contrariados. Em 1684, a revolta dos Beckman, no Maranhão, voltou-se contra o monopólio exercido pela Companhia de Comércio do Estado do Maranhão.

Já no século 18, a guerra dos emboabas envolveu paulistas e “forasteiros” na zona das minas; a guerra dos mascates opôs os comerciantes de Recife aos aristocráticos senhores de engenho de Olinda; e a revolta de Vila Rica, liderada por Filipe dos Santos, em 1720, combateu a instituição das casas de fundição e a cobrança de novos impostos sobre a mineração do ouro.

Os mais importantes movimentos revoltosos desse século foram a conjuração mineira e a conjuração baiana, as quais possuíam, além do caráter econômico, uma clara conotação política. A conjuração mineira, ocorrida em 1789, também em Vila Rica, foi liderada por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que terminou preso e enforcado, em 1792. Pretendia, entre outras coisas, a independência e a proclamação de uma república. A conjuração baiana -- também chamada revolução dos alfaiates, devido à participação de grande número de elementos das camadas populares (artesãos, soldados, negros libertos) --, ocorrida em 1798, tinha ideias bastante avançadas para a época, inclusive a extinção da escravidão. Seus principais líderes foram executados. Mais tarde, estourou outro importante movimento de caráter republicano e separatista, conhecido como revolução pernambucana de 1817.

Independência. Em 1808, ocorreu a chamada “inversão brasileira”, isto é, o Brasil tornou-se a sede da monarquia portuguesa, com a transferência da família real e da corte para o Rio de Janeiro, fugindo da invasão napoleônica na península

ibérica. Ainda na Bahia, o príncipe regente D. João assinou o tratado de abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações amigas, beneficiando principalmente a Inglaterra. Terminava assim o monopólio português sobre o comércio com o Brasil e tinha início o livre-cambismo, que perduraria até 1846, quando foi estabelecido o protecionismo.

Além da introdução de diversos melhoramentos (Imprensa Régia, Biblioteca Pública, Academia Militar, Jardim Botânico, faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e outros), no governo do príncipe regente D. João (que passaria a ter o título de D. João VI a partir de 1816, com o falecimento da rainha D. Maria I) o Brasil foi elevado à categoria de reino e teve anexadas a seu território a Guiana Francesa e a Banda Oriental do Uruguai, que tomou o nome de província Cisplatina.

A partir de 1821, com a volta do rei e da corte para Portugal, o Brasil passou a ser governado pelo príncipe regente D. Pedro. Atendendo principalmente aos interesses dos grandes proprietários rurais, contrários à política das Cortes portuguesas, que desejavam recolonizar o Brasil, bem como pretendendo libertar-se da tutela da metrópole, que visava diminuir-lhe a autoridade, D. Pedro proclamou a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, na província de São Paulo. É importante destacar o papel de José Bonifácio de Andrada e Silva, à frente do chamado Ministério da Independência, na articulação do movimento separatista.

Primeiro reinado. Aclamado imperador do Brasil, D. Pedro I tratou de dar ao país uma constituição, outorgada em 1824. No início do seu reinado, ocorreu a chamada “guerra da independência”, contra as guarnições portuguesas sediadas principalmente na Bahia. Em 1824, em Pernambuco, a confederação do Equador, movimento revoltoso de caráter republicano e separatista, questionava a excessiva centralização do poder político nas mãos do imperador, mas foi prontamente debelado. Em 1828, depois da guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, o Brasil reconheceu a independência do Uruguai.

Depois de intensa luta diplomática, em que foi muito importante a intervenção da Inglaterra, Portugal reconheceu a independência do Brasil. Frequentes conflitos com a Assembleia e interesses dinásticos em Portugal levaram D. Pedro I, em 1831, a abdicar do trono do Brasil em favor do filho D. Pedro, então com cinco anos de idade.

Período regencial. O reinado de D. Pedro II teve início com um período regencial, que durou até 1840, quando foi proclamada a maioridade do imperador, que contava cerca de quinze anos. Durante as regências, ocorreram intensas lutas políticas em várias partes do país, quase sempre provocadas pelos choques entre os interesses regionais e a concentração do poder no Sudeste (Rio de Janeiro). A mais importante foi a guerra dos farrapos ou revolução farroupilha, movimento republicano e separatista ocorrido no Rio Grande do Sul, em 1835, e que só terminou em 1845. Além dessa, ocorreram revoltas na Bahia (Sabinada), no Maranhão (Balaiada) e no Pará (Cabanagem).

Segundo reinado. O governo pessoal de D. Pedro II começou com intensas campanhas militares, a cargo do general Luís Alves de Lima e Silva, que viria a ter o título de duque de Caxias, com a finalidade de pôr termo às revoltas provinciais. A partir daí, a política interna do império brasileiro viveu uma fase de relativa estabilidade, até 1870.

A base da economia era a agricultura cafeeira, desenvolvida a partir de 1830, no Sudeste, inicialmente nos morros como o da Tijuca e a seguir no vale do Paraíba fluminense (província do Rio de Janeiro), avançando para São Paulo (vale do Paraíba e oeste paulista). Até 1930, o ciclo do café constituiu o principal gerador da riqueza brasileira. A partir da década de 1850, graças aos empreendimentos de Irineu Evangelista de Sousa, o barão e depois visconde de Mauá, entre os quais se destaca a construção da primeira estrada de ferro brasileira, ocorreu um primeiro surto de industrialização no país.

A base social do império era a escravidão. Desde o período colonial, os negros escravos constituíam a principal, e quase exclusiva, mão-de-obra no Brasil. As restrições ao tráfico negreiro começaram por volta de 1830, por pressões da Inglaterra, então em plena revolução industrial. Finalmente, em 1888, após intensa campanha abolicionista, a chamada Lei Áurea declarava extinta a escravidão no país. Nesse período, houve uma grande imigração para o Brasil, sobretudo de alemães e italianos.

Na política externa, sobressaíram as guerras do Prata, em que o Brasil enfrentou o Uruguai e a Argentina, e a da Tríplice Aliança ou do Paraguai, que reuniu o Brasil, a Argentina e o Uruguai numa coligação contra o ditador paraguaio Solano López. A guerra do Paraguai (1864--1870), um dos episódios mais sangrentos da história americana, terminou com a vitória dos aliados.

A partir de 1870, a monarquia brasileira enfrentou sucessivas crises (questão religiosa, questão militar, questão da abolição), que culminaram com o movimento militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que depôs o imperador e proclamou a república, em 15 de novembro de 1889.

República Velha. A Primeira República, ou República Velha, estendeu-se de 1889 até 1930. Sob a chefia do marechal Deodoro, foi instalado um governo provisório, que convocou uma assembleia constituinte para elaborar a primeira constituição republicana, promulgada em 1891. Os governos do marechal Deodoro, e, depois, do marechal Floriano Peixoto foram plenos de conflitos com o Legislativo e rebeliões, como as duas revoltas da Armada.

Com a eleição de Prudente de Moraes, tem início a chamada “política do café com leite”, segundo a qual os presidentes da República seriam escolhidos dentre os representantes dos estados mais ricos e populosos -- São Paulo e Minas Gerais -- prática que foi seguida, quase sem interrupções, até 1930.

A economia agrário-exportadora continuou dominante. O café representava a principal riqueza brasileira, e os fazendeiros paulistas constituíam a oligarquia mais poderosa. As classes médias eram pouco expressivas e começava a existir um embrião de proletariado. Por ocasião da primeira guerra mundial (1914--

1918), ocorreu um surto de industrialização, em função da substituição de importações europeias por produtos fabricados no Brasil.

A partir da década de 1920, o descontentamento dos militares explodiu em uma série de revoltas, destacando-se a marcha da coluna Prestes, entre 1924 e 1927, que percorreu grande parte do Brasil. As oligarquias aliadas ao poder central também se mostravam insatisfeitas. Quando ocorreu a crise de 1929 -- iniciada com o crash da bolsa de Nova York --, com seus reflexos negativos sobre os preços do café, a desorganização da economia, as divergências político-eleitorais das oligarquias dominantes e as aspirações de mudança de amplos setores da sociedade provocaram a deflagração da revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

República Nova

Sob a chefia de Getúlio Vargas, foi instaurado um governo provisório que durou até 1934. Embora vitorioso sobre a revolução constitucionalista de 1932, ocorrida em São Paulo, Vargas viu-se obrigado a convocar uma assembleia constituinte, que deu ao país uma nova constituição (1934), de cunho liberal.

Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) promoveu uma revolta militar, conhecida como intentona comunista. Aproveitando-se de uma conjuntura favorável, Vargas deu um golpe de estado, em 1937, fechando o Congresso e estabelecendo uma ditadura de cunho corporativo-fascista, denominada Estado Novo, regida por uma carta outorgada, de caráter autoritário. Vargas governou até 1945, quando foi deposto por novo golpe militar.

Durante seu governo, incentivou-se a industrialização, inclusive com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, foi estabelecida uma legislação trabalhista, reorganizou-se o aparelho administrativo do Estado, com a criação de novos ministérios, e cuidou-se da previdência social, entre outros melhoramentos.

Terceira República. As eleições de 1945 apontaram o general Eurico Gaspar Dutra como o novo presidente da República. Em seu governo, o Brasil ganhou uma nova constituição, foi modernizada a estrada de rodagem entre o Rio de Janeiro e São Paulo (rodovia Presidente Dutra) e começou o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso.

Nesse período, firmaram-se os três grandes partidos que tiveram importância na vida política brasileira até a deflagração do movimento militar de 1964: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade.

Em 1951, Vargas, candidato do PTB, voltou ao poder, eleito pelo voto popular. Em seu segundo governo, destacou-se a criação da Petrobrás, empresa estatal destinada a monopolizar a pesquisa, extração e refino do petróleo. Foi um período conturbado, que teve no atentado da rua Tonelero (dirigido ao jornalista

Carlos Lacerda, mas em que morreu um oficial da Aeronáutica) um dos seus episódios mais importantes. Pressionado pelas classes conservadoras, e ameaçado de deposição por seus generais, Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954.

A eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato do PSD, inaugurou a era do desenvolvimentismo. Durante seu governo, orientado pelo Plano de Metas, construiu-se a nova capital, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960; foram abertas numerosas estradas, ligando a capital às diversas regiões do país, entre as quais a Belém--Brasília; implantou-se a indústria automobilística; e foi impulsionada a construção das grandes usinas hidrelétricas de Três Marias e Furnas. A sucessão presidencial coube a Jânio Quadros, apoiado pela UDN, que, após sete meses de governo, renunciou.

A subida de João Goulart ao poder contrariou as classes conservadoras e altos chefes militares. No início de seu governo, o Brasil viveu uma curta experiência parlamentarista, solução encontrada para dar posse a Goulart. Foi um período marcado por greves e intensa agitação sindical. O presidente terminou sendo deposto pelos militares, com apoio da classe média, em 1964.

Regime militar. Os governos militares preocuparam-se sobretudo com a segurança nacional. Editaram vários atos institucionais e complementares, promovendo modificações no funcionamento do Congresso e tomando medidas de caráter econômico, financeiro e político. Os partidos políticos tradicionais foram extintos, e criadas duas novas agremiações políticas, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em 1967, promulgou-se nova constituição, que estabeleceu um poder executivo ainda mais forte. Com o crescimento da agitação estudantil e operária, foi editado o Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso. Em 1969, a Emenda Constitucional nº 1 deu ao país praticamente uma nova carta política.

No campo do desenvolvimento econômico, as atenções dos governantes e dos tecnocratas voltaram-se prioritariamente para o combate à inflação, que atingira níveis alarmantes; para a construção de obras de infra-estrutura, sobretudo nas áreas de transportes -- como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio--Niterói (oficialmente, ponte Presidente Costa e Silva) --, de comunicações -- com a implantação do sistema de comunicação por satélite -- e de energia, com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu -- por meio de um convênio com o Paraguai -- e com a assinatura de um acordo com a Alemanha para a construção de usinas nucleares.

O governo Geisel iniciou um processo de abertura democrática, lenta e gradual, desembocando na anistia política, que permitiu a volta ao país de numerosos exilados. Em seguida à anistia, veio o fim do bipartidarismo, e foram criados vários partidos políticos. No final da década de 1970, o movimento popular e sindical tomou um novo alento, o que levaria, nos primeiros anos da década seguinte, ao movimento das "diretas já", que, embora não fosse vitorioso, permitiu em 1985 a eleição indireta pelo Congresso de Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para a presidência da

República. Com a morte de Tancredo Neves, na véspera da posse, assumiu seu vice-presidente, José Sarney.

Nova República

O governo Sarney teve como fato econômico mais importante a implantação do Plano Cruzado, com vistas a combater a inflação pelo congelamento de preços e da troca da moeda. O fato político marcante do período foi a eleição de uma assembleia nacional constituinte, que em 1988 deu ao Brasil uma nova constituição. O fracasso do plano econômico e a corrupção generalizada contribuíram para polarizar as preferências eleitorais em 1989 em torno das candidaturas de Fernando Collor de Mello, apoiado por poderosas forças políticas, e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

A vitória de Fernando Collor provocou uma euforia momentânea, logo dissipada pelo fracasso dos sucessivos planos econômicos e pelas denúncias de corrupção que atingiam figuras próximas ao presidente. Depois de intensa movimentação popular, Collor foi afastado do governo, em 1992, pelo processo de impeachment, conduzido pelo Congresso Nacional.

O Presidente Itamar Franco, sucessor de Fernando Collor, contou com vasto apoio parlamentar e popular. Seus objetivos principais eram combater a inflação, retomar o crescimento econômico e diminuir a pobreza do povo brasileiro. O sucesso das medidas econômicas permitiu a eleição do criador do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso, que conquistou a Presidência da República, e foi presidente por dois mandatos, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002.

Em 27 de outubro de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República Federativa do Brasil com quase 53 milhões de votos, e, em 29 de outubro de 2006 é reeleito com mais de 58 milhões de votos (60,83% dos votos válidos).

No dia 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff foi eleita presidente do Brasil, cargo a ser ocupado pela primeira vez na história do país por uma mulher. Dilma Rousseff obteve 55.752.529 votos, que contabilizaram 56,05% do total de votos válidos. Em seu pronunciamento oficial após vencer as eleições disse: “*Vou fazer um governo comprometido com a erradicação da miséria e dar oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras. Mas, humildemente, faço um chamado à nação, aos empresários, trabalhadores, imprensa, pessoas de bem do país para que me ajudem.*”

Aspectos culturais e turísticos

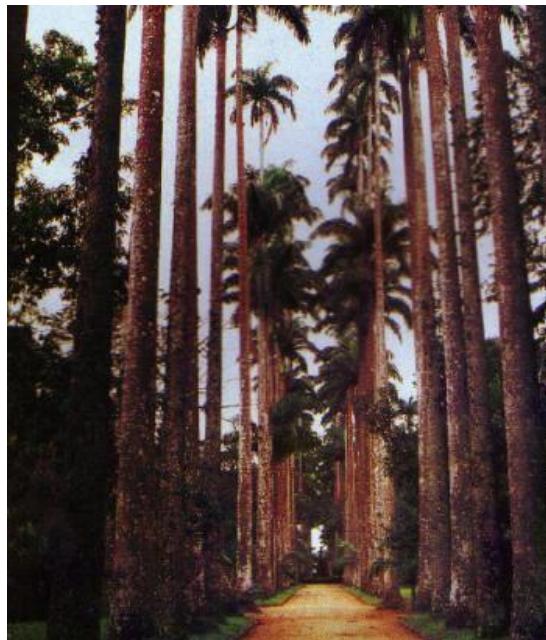
A arquitetura colonial brasileira apresenta exemplos de riqueza e originalidade, graças ao impulso inicial dado pelos jesuítas, que foram responsáveis pela construção de numerosas igrejas e produziram obras de arte que constituem boa parte da riqueza arquitetônica e artística do país.

Algumas cidades e lugares históricos ou de interesse ambiental foram declarados pela UNESCO patrimônio cultural da humanidade: o centro histórico de Salvador, compreendendo o Terreiro de Jesus (Pelourinho), na Bahia; Olinda, em Pernambuco; Ouro Preto, em Minas Gerais; Brasília, a capital federal; as ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul; o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, Minas Gerais; e os parques nacionais da Serra da Capivara, no Piauí, e de Iguaçu, no Paraná. Entre as cidades históricas, também merecem destaque Parati, no Rio de Janeiro, célebre pelo seu casario, e Aparecida, em São Paulo, considerada cidade-santuário do Brasil.

Na antiga zona aurífera de Minas Gerais encontram-se os melhores exemplos da arte barroca, tanto na decoração do interior dos templos religiosos, como nas esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Ouro Preto, Tiradentes, Congonhas e São João Del Rei são típicas cidades coloniais mineiras. Modernamente, o maior exemplo da arquitetura brasileira é Brasília, obra de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Instituições

O impulso cultural inicial foi dado com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Datam dessa época a atual Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o mais importante da América do Sul para o estudo das ciências naturais e antropológicas, e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.



Jardim Botânico - RJ

Ainda nessa cidade, podem ser encontrados o Museu Histórico Nacional, típico do estilo barroco-rococó, o Palácio Gustavo Capanema, cujo traço se deve ao arquiteto francês Le Corbusier, o Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu de Arte Moderna, exemplo da arquitetura contemporânea, e o Teatro Municipal. O Museu Imperial, em Petrópolis RJ, contém rico material sobre o período monárquico.



Museu Histórico Nacional RJ



Teatro Municipal RJ

Museus

Em São Paulo, destacam-se o Museu de Arte Moderna (MAM) e o Museu de Arte (MASP), que guardam importante acervo de pintores nacionais e estrangeiros.

Em Minas Gerais encontra-se o Museu da Inconfidência, com obras de arte sacra e do Aleijadinho. O Museu Emílio Goeldi, em Belém (PA), é um centro de pesquisas sobre etnologia. Em Manaus, sobressai o Teatro Amazonas, cuja construção data do ciclo da borracha, em fins do século 19.



Museu de Arte Moderna (MAM) São Paulo



Museu da Inconfidência - Minas Gerais



Museu Emílio Goeldi, em Belém (PA)



Museu Imperial RJ



Teatro Amazonas em Manaus

Entre as maiores universidades brasileiras, situam-se a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de Brasília (UnB).



Entrada da UNICAMP

Atrações e eventos

Carnaval

A maior festa brasileira é o carnaval, que ocorre geralmente em fevereiro, com duração de três ou quatro dias, sendo famosas e conhecidas internacionalmente as comemorações no Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda.

Outro evento importante são as festas de Ano-Novo, celebradas nas praias do Rio de Janeiro e de Salvador.





Carnaval do RJ



Carnaval de Salvador (Bahia)



Carnaval de Olinda

Atrações e eventos (continuação)

Entre os eventos importantes no Brasil, também podemos citar as festas de Ano Novo. No Rio de Janeiro, por exemplo, que é um dos melhores destinos nacionais mais belos do mundo, é realizada uma das melhores festas de Réveillon do planeta.

Outros eventos importantes são os festivais de música e cinema.





Ano Novo (RJ)



Ano Novo, Salvador

Em Ouro Preto MG realiza-se um importante Festival de Inverno.



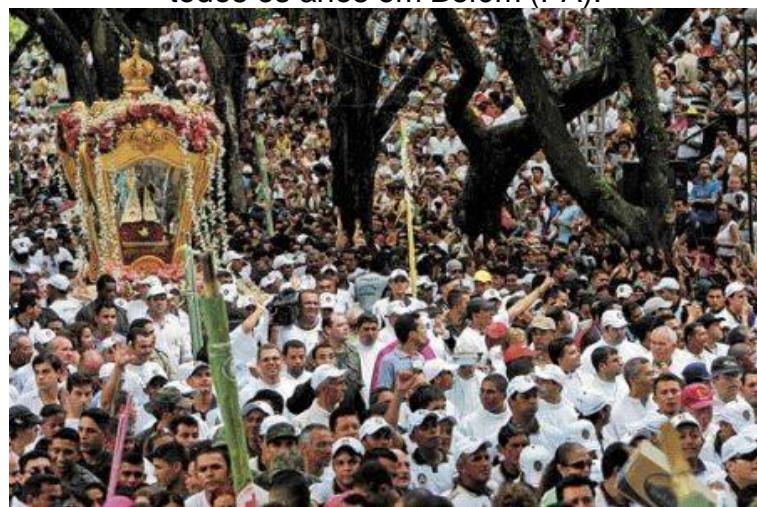
Apresentações no Festival de inverno de Ouro Preto

Gramado (RS) é sede de um Festival de Cinema, assim como Brasília.



Entrada da Cidade de Gramado – Festival de Cinema

A festa do Círio de Nazaré, manifestação leiga e religiosa, é comemorada todos os anos em Belém (PA).



Festejos populares

No Brasil, os festejos populares de origem portuguesa têm sido recuperados, como o bumba-meу-boi, no Maranhão, ou de raízes luso-africanas, como o reisado (festa popular que se realiza na véspera e no dia de Reis), no Nordeste e em Parati (RJ).



Festa do Bumba-meу-boi no Maranhão.



Reisado, no Nordeste

A festa do Divino Espírito Santo reúne uma série de manifestações culturais populares, em Pirenópolis GO.



Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis GO é uma festa móvel que acontece 50 dias após a Páscoa, durante as comemorações de Pentecostes. Geralmente a data cai no mês de maio ou junho.



Apresentação das Bandeiras



Cavalcada em louvor ao Divino Espírito Santo na cidade de Pirenópolis, estado de Goiás

Lista cronológica dos principais fatos que marcaram a História do Brasil

Brasil Colônia

- 1500** - A expedição de Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil.
- 1501** - Américo Vespúcio faz uma expedição exploratória na costa brasileira.
- 1504** - Chegam ao Brasil navegadores franceses para exploração do território.
- 1530** - É instituído o regime de capitania hereditárias por Dom João III. A expedição colonizadora de Martim Afonso chega ao Brasil.
- 1532** - Fundada a Vila de São Vicente, primeira vila do Brasil por Martim Afonso.
- 1534** - O Brasil é dividido em capitania hereditárias. Início da escravização do índio no Brasil.
- 1543** - A primeira Santa Casa do Brasil é fundada por Braz Cubas.
- 1548** - Criado o governo-geral com o objetivo de centralizar a administração da Colônia.

1549 - A cidade de Salvador é fundada. É constituído o primeiro governo geral do Brasil com Tomé de Souza.

1550 - Inicia a criação de gado no Brasil, com chegada de espécies. Em Salvador chega a primeira leva de escravos vindos da África.

1555 - Os franceses fundam a França Antártica, no Rio de Janeiro.

1562 - João Ramalho torna-se capitão-mor de São Paulo de Piratininga.

1563 - A cidade de São Sebastião (Rio de Janeiro) é fundada por Estácio de Sá.

1567 - Os franceses são expulsos do Rio de Janeiro.

1570 - A liberdade dos índios é garantida pela Carta régia.

1571 - Decreto de Dom Sebastião determina que somente navios portugueses transportem mercadorias para o Brasil.

1578 - Francis Drake e outros corsários ingleses exploram pau-brasil no Maranhão.

1580 - Início do domínio espanhol, também chamado União Ibérica.

1584 - Os portugueses dão inicio a conquista da Paraíba.

1585 - O forte em torno do qual cresceu a atual cidade de João Pessoa é construído por Martim Leitão.

1586 - Espanhóis e portugueses tentam, sem sucesso, expulsar os franceses da Paraíba.

1587 - Barcos estrangeiros são proibidos de ancorar no Brasil. O capitão inglês Thomas Cavendish pratica atos de pirataria em São Vicente.

1595 - Lei de Filipe II proíbe a escravização dos índios. Ataque do corsário inglês James Lancaster no Recife.

1596 - Ingleses fundam feitorias no delta do Rio Amazonas.

1599 - Jerônimo de Albuquerque pacifica os portugueses na Paraíba e funda Natal.

1605 - Governo espanhol proíbe que estrangeiros desembarquem no Brasil e nas demais partes do além-mar português.

1612 - Os franceses invadem o Maranhão e fundam a França Equinocial.

1615 - Jerônimo de Albuquerque, Alexandre Moura e Francisco Caldeira apoderam-se do forte de São Luiz do Maranhão, derrotando a França Equinocial.

1616 - A cidade de Santa Maria do Belém, no Pará, é fundada por Francisco Caldeira.

1619 - Índios Tupinambás se revoltam, porém são derrotados no Pará.

1621 - O Estado do Maranhão (Maranhão, Ceará e Pará), é criado pela Coroa Espanhola.

1624 - Os holandeses invadem a Bahia; os portugueses estabelecem a resistência.

1625 - Os holandeses são expulsos da Bahia com o apoio da esquadra espanhola.

1630 - Os holandeses atacam Pernambuco e se estabelecem.

1637 - Mauricio de Nassau, governador holandês de Pernambuco, expulsa as tropas luso-brasileiras em direção à Bahia.

1638 - Inicia a expedição de João Dias em direção ao sul do país.

Lista dos principais fatos que marcaram a História do Brasil (continuação)

1640 - Procuradores da Capitania de São Vicente expulsam os jesuítas. Chega ao fim o domínio espanhol.

1644 - Ao desentender-se com a Companhia das Índias Ocidentais, Maurício de Nassau deixa o cargo de governador.

1645 - Insurreição dos luso-brasileiros de Pernambuco contra os holandeses.

1648 - Na primeira Batalha dos Guararapes os holandeses são derrotados por Francisco Barreto.

1654 - Expulsão definitiva dos holandeses do Brasil.

1661 - Através de tratado de paz os holandeses reconhecem a perda da colônia do Brasil. Aliança com Portugal autoriza o comércio dos ingleses no Brasil e nas Índias.

1669 - Francisco de Mota Falcão ergue o Forte de São José do Rio Negro.

1671 - Através de decreto é liberada a entrada de navios estrangeiros em portos brasileiros.

1674 - Bandeira de Fernão Dias Pais Leme parte em direção ao sertão de Minas Gerais.

1684 - Explode, no Maranhão, a Revolta de Beckman.

1685 - Construídos quatro fortés na região amazônica, ameaçada pelos franceses de Caiena. A Coroa Portuguesa proíbe a produção de manufaturas no Brasil.

1694 - É montada na Bahia a primeira Casa da Moeda. Primeiras notícias de descoberta de ouro em Minas Gerais.

1702 - É criada a Intendência das Minas, tendo como função principal distribuir terras para a exploração do ouro e cobrança de tributos para a Fazenda Real.

1708 - Inicia a Guerra dos Emboabas.

1710 - Deflagrada a Guerra dos Mascates, conflito entre os senhores de engenho de Olinda e os comerciantes de Recife.

1711 - Através de Carta Régia São Paulo é elevada à categoria de cidade.

1713 - Através do Tratado de Utrecht; a França aceita o rio Oiapoque como limite entre a Guiana e o Brasil.

1715 - Pelo Tratado de Utrecht; a Espanha concorda em devolver a Colônia do Sacramento a Portugal.

1720 - São criadas as Casas de Fundição. Nesse ano, inicia a Revolta de Vila Rica, em protesto contra a criação das Casas de Fundição.

1722 - Expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, que descobriria ouro no sertão goiano.

1727 - Cuiabá é fundada pelo governador Rodrigo César.

1728 - Descobertas as primeiras jazidas de diamantes em Serro Frio (atual Diamantina).

1729 - Inicia a produção de diamantes no arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais.

1737 - Início da ocupação portuguesa do Rio Grande do Sul, voltada para a criação de gado.

1747 - Por alvará régio são confiscados os tipos de imprensa existentes no Brasil.

1750 - Pelo Tratado de Madri, é reconhecido o domínio de Portugal sobre os territórios a oeste do meridiano de Tordesilhas.

1752 - Colonos açorianos chegam ao Rio Grande do Sul; algumas famílias se estabelecem em Porto dos Casais (Porto Alegre).

1759 - Os jesuítas são expulsos do Brasil.

1761 - Através do Acordo do Pardo Espanha e Portugal anulam o Tratado de Madri.

1763 - Transferida de Salvador para o Rio de Janeiro a capital do Estado do Brasil.

1765 - Decretada a derrama, pela qual se obrigava a população mineradora a completar a soma acumulada do imposto devido.

1766 - Inicia o plantio de arroz no Maranhão.

1771 - Começa a funcionar a Intendência dos Diamantes.

1775 - Reunificação dos Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão.

1777 - Tratado de Santo Ildefonso entre Portugal e Espanha. A Colônia do Sacramento passa definitivamente para o domínio espanhol.

1777 - Morte de D. José I e ascensão de D. Maria I ao trono português. Pombal é afastado do governo e os rumos da política e administração lusas sofrem uma mudança radical (fase conhecida como “Viradeira”).

1789 - Inconfidência Mineira, primeiro dos movimentos emancipacionistas que caracterizam a crise do Sistema Colonial.

1792 - Execução de Tiradentes.

1798 - Conjuração dos Alfaiates ou Inconfidência Baiana: movimento emancipacionista com participação predominante de elementos populares. Possuía projetos de caráter social, como a abolição da escravatura.

1801 - Os sul-rio-grandenses ocupam o território dos antigos Sete Povos das Missões, então em poder dos espanhóis, aproveitando uma curta guerra entre Portugal e Espanha. O Tratado de Badajoz, firmado entre os dois países nesse mesmo ano, reconhece implicitamente o domínio lusitano sobre aquela região.

- Conspiração dos Suaçunas, conciliáculo de senhores-de-engenho pernambucanos que alguns historiadores insistem em considerar como movimento emancipacionista. Não são aplicadas punições aos supostos envolvidos.

1808 - Chegada de D. João à Bahia, dando início ao PERÍODO JOANINO (1808/21). Carta-régia determina a abertura dos portos brasileiros “a todas as nações amigas”. Fim do “exclusivo” metropolitano e enfraquecimento do Pacto Colonial. Passagem do Brasil para a órbita direta do capitalismo industrial inglês, em substituição ao anacrônico colonialismo mercantilista português.

- Alvará de Liberdade Industrial, revogando as proibições impostas por D. Maria I em 1785. Medida de pouco alcance prático, dada a falta de tecnologia e de capitais no Brasil.
- Instalação da Imprensa Régia e publicação do primeiro jornal brasileiro.
- Criação de escolas de Medicina (primeiros cursos superiores instalados no Brasil) no Rio de Janeiro e em Salvador.

1810 - Início da pressão inglesa para extinção do tráfico negreiro no Brasil.

1815 - Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves.

1817 - Revolução Pernambucana. Último movimento emancipacionista e o único que chegou ao estágio da luta armada.

1818 - O príncipe regente torna-se rei, com o título de Dom João VI. Criada a colônia suíça de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

1820 - Chega ao Brasil a notícia da Revolução do Porto.

1821 - Fim do absolutismo no Brasil. D. João VI aceita submeter-se à autoridade das Cortes. Juntas Provisórias de Governo substituem os governadores das províncias (nova denominação das capitâncias) nomeados pelo rei.

- Por pressão das Cortes de Lisboa, D. João VI retorna a Portugal, deixando o príncipe-herdeiro D. Pedro como regente do Brasil.

- As Cortes exigem o retorno de D. Pedro a Portugal.

1822 - Dia do Fico (9 de janeiro) - D. Pedro recusa-se a obedecer às Cortes e decide permanecer no Brasil. A partir daí, acelera-se o processo da Independência.

1822 - Dom Pedro proclama a independência do Brasil. (7 de setembro)

Lista dos principais fatos que marcaram a História do Brasil (continuação)

Brasil Império

1822 – Aclamação do príncipe D. Pedro como imperador do Brasil, com o nome de D. Pedro I.

1823 - É instalada, a Assembleia Constituinte encarregada de elaborar a primeira Constituição do Brasil. Choque entre as tendências liberais da Assembleia e o autoritarismo do imperador. D. Pedro I dissolve a Assembleia por meio de um golpe militar.

1824 - D. Pedro I outorga uma Constituição centralizadora: unitarismo (ausência de autonomia provincial), quadripartição de poderes (sendo o Poder Moderador

privativo do monarca), voto censitário e subordinação da Igreja ao Estado.

- Confederação do Equador: revolta separatista pernambucana, com características idênticas às da Revolução de 1817. Forte repressão por parte de D. Pedro I.
- Os Estados Unidos reconhecem a independência do Brasil.

1825 - Portugal e Grã-Bretanha (Inglaterra) reconhecem a independência do Brasil.

1826 - Brasil e Inglaterra constituem uma convenção sobre a extinção do tráfico negreiro.

1826 - Morre D. João VI. D. Pedro I é reconhecido como rei de Portugal (D. Pedro IV), mas abdica em favor de sua filha D. Maria da Glória (D. Maria II).

1828 - Chega ao fim a Guerra da Cisplatina entre Brasil e Argentina, resultando em um Tratado de paz onde ambos os países aceitam a independência da Província Cisplatina, com o nome de “República Oriental do Uruguai”.

1830 - Promulgado o Código Criminal.

1831 - É criada a Guarda Nacional.

1834 - Morre em Portugal D. Pedro I.

1835 - Início da Regência Una do padre Feijó. No Pará, deflagrada a Cabanagem; no Sul, a Revolução Farroupilha. Revolta dos Malês na Bahia.

1837 - Feijó renuncia à Regência. O regressista Araújo Lima torna-se regente interino.

Na Bahia, inicia a Sabinada (tentativa de separatismo temporário).

1839 - Garibaldi, um dos líderes farroupilhas, funda em Santa Catarina a passageira República Juliana.

1840 - Dom Pedro de Alcântara tem antecipada sua maioridade e se torna o segundo Imperador do Brasil.

1842 - Revoltas liberais surgem em Minas Gerais e São Paulo. O movimento é sufocado por Caxias, que já vencera a Balaiada e depois pacificaria o Rio Grande do Sul.

1848 - Tem início a Revolução Praieira.

1849 - A cidade de Joinville, em Santa Catarina é fundada por colonos alemães.

1850 - Promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que proíbe definitivamente o tráfico negreiro para o Brasil.

1851 - Tem início a guerra entre Brasil e Paraguai contra Rosas e seu aliado Oribé, ex-presidente do Uruguai.

1852 - O general Caxias comanda forças brasileiras, uruguaias e argentinas que derrotam e depõem Rosas.

1854 - Fundado o novo Banco do Brasil (antiga casa da moeda). Inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil.

1856 - Início da construção da primeira estrada pavimentada do país, a União Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora.

1865 - Tem início a Guerra do Paraguai.

1866 - O rio Amazonas é aberto à navegação internacional.

1867 - É inaugurada a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

1870 - Fim da Guerra do Paraguai.

1871 - Promulgação da Lei do Vento Livre.

1872 - Primeiro recenseamento realizado no Brasil.

1873 - É fundado o Partido Republicano Paulista, na Convenção de Itu, em São Paulo.

1874 - Inicia a corrente imigratória italiana para o Brasil.

1877 - Início do “ciclo da borracha” na Amazônia, utilizando principalmente mão-de-obra nordestina deslocada de suas províncias por uma grande seca.

1884 - O Ceará é a primeira província a extinguir a escravidão.

1885 - Promulgação da Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, que emancipa os escravos com mais de 65 anos.

1888 - Abolição da escravidão por força da Lei Áurea.

1889 - Chega ao fim o período do Império.

Lista dos principais fatos que marcaram a História do Brasil (continuação)

Brasil República

1889 - Proclamação da República. Banimento da Família Imperial e formação de um Governo Provisório chefiado por Deodoro.

- Primeiras medidas do novo governo: modificação da Bandeira Nacional, liberdade de cultos, separação entre Igreja e Estado, criação do Registro Civil e secularização dos cemitérios.

1890 - Encilhamento: crise financeira provocada pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa.

1891 - Promulgada a primeira Constituição da República. Deodoro é eleito presidente da República pelo Congresso nacional e Floriano Peixoto vice. Golpe de Estado. Renúncia de Deodoro, após uma série de atritos com o Congresso e uma tentativa frustrada de golpe de Estado. Floriano (o “Marechal de Ferro”) assume a chefia do Estado.

1893 - Tem início a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, estendendo-se a Santa Catarina e Paraná.

1893 - Revolta da Armada no Rio de Janeiro, com participação de monarquistas. Ao se retirarem da Baía da Guanabara, os rebeldes da Armada unem-se aos federalistas no Sul.

1894 - Fim da República da Espada (1889/94) e início da República das Oligarquias (1894/1930).

- Eleição do civil Prudente de Moraes para a Presidência da República.

1897 - Prudente de Moraes sofre um atentado. O arraial de Canudos é destruído por tropas federais.

1898 - É eleito presidente da República Campos Sales, idealizador da “Política do Café-com-Leite” e da “Política dos Governadores”.

1903 - Revolta no Acre contra a Bolívia. Plácido de Castro proclama a independência do Estado e meses depois o território é anexado ao Brasil.

1903 - “Revolta da Vacina” no Rio de Janeiro, envolvendo também a insatisfação popular com as más condições de vida e a alta de preços.

1906 - O Convênio de Taubaté propõe soluções para a crise de superprodução do café. Os governos estaduais deveriam comprar e estocar a produção excedente.

1907 - Congresso aprova a Lei de Repressão ao Anarquismo, autorizando a deportação de estrangeiros ligados ao movimento operário.

1908 - Criação da Confederação Operária Brasileira. Chegam ao Brasil os primeiros imigrantes japoneses.

1909 - Morte de Afonso Pena. O vice Nilo Peçanha assume a Presidência. - Candidatura presidencial do marechal Hermes da Fonseca e quebra da “Política do Café-com-Leite”.

1910 - Hermes da Fonseca é eleito presidente e Venceslau Brás vice.
- Revolta da Chibata, reivindicando melhores condições para os marinheiros da Armada.
- Criação do Serviço de Proteção ao Índio (atual FUNAI), chefiado pelo então major Cândido Rondon.

1912 - Campanha do Contestado: destruição, pelo Exército, dos núcleos messiânicos instalados na região da divisa entre Paraná e Santa Catarina.

1914 - Conflito no Ceará contra o governo de Franco Rabelo. Jagunços comandados pelo Padre Cícero e Floro Bartolomeu ocupam Vale do Cariri.

1915 - Anarquistas organizam o Congresso Nacional da Paz em Protesto contra a I Guerra Mundial.

1916 - Fundada a Liga de Defesa Nacional. Fim da Guerra do Contestado.

1917 - Greve Geral paralisa a cidade de São Paulo, Navios alemães torpedeiam navios brasileiros. Em represália, o Brasil entra na guerra.

1918 - Eleições presidenciais. Rodrigues Alves é eleito presidente e Delfim Moura, vice. Gripe espanhola se alastrá por São Paulo e outras regiões do país.

1920 - Conflito na Bahia. É decretada intervenção federal.

1922 - Revolta do Forte de Copacabana (Os 18 do Forte), sendo a primeira revolta do movimento tenentista.
- Realiza-se, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna.
- Fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), impropriamente conhecido como “Partido Comunista Brasileiro” (denominação oficializada somente no final dos anos 50).

1923 - Crise no Estado do Rio de Janeiro. Intervenção federal.

1924 - Eclode em São Paulo outra revolta tenentista contra o governo federal. Tem início a Coluna Prestes.

1926 - Criação do Partido Democrático, em São Paulo.

1927 - Instituído o voto feminino no Rio Grande do Norte.

1928 - Fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).

1929 - Lançada a candidatura Getúlio Vargas.

1930 - Inicia no Rio Grande do Sul e no nordeste a Revolução de 1930, dando fim à Primeira República (ou República das Oligarquias) e início da Era Vargas.

1931 - Cria-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tem início a promulgação de leis sociais.

1932 - Novo Código Eleitoral estabelece o voto secreto e o direito das mulheres votarem e serem votadas.
 - Tem início a Revolução Constitucionalista de São Paulo: movimento armado com o objetivo de apressar a reconstitucionalização do País (tentativa da oligarquia paulista de retomar o poder).

1933 - Instalada Assembleia Nacional Constituinte, eleita por voto secreto e com participação do eleitorado feminino.

1934 - É promulgada a segunda Constituição da República, que incorpora a legislação trabalhista e os recentes aperfeiçoamentos eleitorais; criação dos “deputados classistas” (20% do total).
 - Vargas é eleito indiretamente para a Presidência da República, com um mandato de quatro anos.

Lista dos principais fatos que marcaram a História do Brasil (continuação)

1935 - Decretada a Lei de Segurança Nacional. Em novembro, ocorre o levante da Aliança Nacional Libertadora (Natal, Recife e Rio de Janeiro). O governo reprime o movimento decretando estado de sítio.

1937 - Uma nova Constituição é imposta ao país. Golpe de Estado de Vargas, com apoio das Forças Armadas e da maior parte dos setores conservadores. Dissolução do Congresso Nacional e outorga de uma Constituição autoritária (a “Polaca”).

- Divulgação, pelo governo, do “Plano Cohen” (projeto de insurreição comunista forjado por um oficial do Exército).

1937 - Fase do Estado Novo, dentro da Era Vargas. Os partidos políticos são extintos e não mais se realizam eleições. Instaura-se uma ditadura e os estados voltam a ser governados por inteventores nomeados.

1940 - Governo institui salário mínimo.

1941 - Criação do Ministério da Aeronáutica.

1942 - Alemães torpedeiam navios brasileiros e o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália.

1943 - Entra em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho, código trabalhista inspirado na “Carta del Lavoro” da Itália Fascista.
- “Manifesto dos Mineiros” em prol da redemocratização do Brasil.

1944 - Participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), do Exército, e de um destacamento da Força Aérea na luta contra os alemães na Itália.

1945 - Vargas é deposto por um golpe militar. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assume interinamente a Presidência da República. Chega ao fim a Era Vargas.

1946 - É promulgada a quarta Constituição da República. Início do governo Dutra.

1947 - O governo Dutra decreta a extinção do Partido Comunista.

1948 - Cassado o mandato dos deputados comunistas.

1950 - Eleições presidenciais. Vitória de Getúlio Vargas.

1951 - Inaugurada a I Bienal Internacional de Artes Plásticas.

1952 - Criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

1953 - Criação da Petrobrás. E 300 mil trabalhadores reivindicam reajuste salarial.

1954 - O governo concede aumento de 100 % aos assalariados.
- Suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto.

1955 - Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República.

1956 - O governo Juscelino, com base em seu Plano de Metas, empreende diversas realizações desenvolvimentistas.

1960 - Inauguração da cidade de Brasília.

1961 - O presidente Jânio Quadros toma posse em janeiro e renuncia em agosto.
- Crise institucional. A cúpula das Forças Armadas se opõe à posse do vice João Goulart na Presidência. Solução de compromisso: Ato Adicional à Constituição de 1946, instituindo o sistema parlamentarista.
- Posse de João Goulart (“Jango”).

1962 - Criação do Conselho Nacional de Reforma Agrária.

1963 - Referendo restabelece o sistema presidencialista.
- Jango propõe as “Reformas de Base” (agrária, bancária, administrativa, universitária e das Forças Armadas).

1964 - É deflagrado o golpe político-militar que afasta João Goulart (Jango). O marechal Castelo Branco assume a presidência da República. Ato Institucional suspende direitos políticos de centenas de pessoas.

1964 - Fim da República Populista e início dos Governos Militares (1964/85).

1965 - Cassação de vários líderes políticos, sindicais e estudantis, com destaque para João Goulart, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Leonel Brizola.

- Queda da inflação, que no final do governo Goulart conseguiu o índice de 100% ao ano.

- Após a vitória de candidatos da oposição para os governos estaduais da Guanabara, Minas Gerais e Goiás, o presidente Castelo Branco edita o Ato Institucional nº 2, que extingue os partidos políticos existentes e institui o bipartidarismo, consubstanciado na ARENA (partido da situação) e MDB (partido da oposição).

1966 - Suspensas eleições para cargos executivos, inclusive deputados e senadores.

1967 - O marechal Costa e Silva toma posse como presidente. É promulgada uma nova Constituição Federal.

1968 - Movimentos de oposição são reprimidos com violência.

- O governo edita o Ato Institucional nº 5, que concede ao presidente da República poderes excepcionais por tempo indeterminado.

1969 - O governo passa a ser exercido, interinamente, por uma junta formada pelos três ministros militares.

1970 - Oposição ao governo se intensifica com guerrilhas na cidade e no campo. Regime endurece com prisões, torturas e censura.

1972 - Inaugurada a Transamazônica em meio às críticas pela devastação do meio ambiente.

1973 - Médici assina acordo com o ditador Stroessner para a construção da hidrelétrica de Itaipu. O país vive o período do "milagre econômico".

1974 - Inauguradas a hidrelétrica de Ilha Solteira, a Ponte Rio Niterói e o Metrô de São Paulo. Início do governo do general Geisel. Em seu governo, tem início a abertura política, que o próprio Geisel define como "lenta, gradual e segura".

1975 - Brasil entra na era nuclear assinando acordo com a Alemanha.

1977 - Intensifica-se o movimento da sociedade civil em favor da recuperação dos direitos democráticos.

1978 - Geisel inicia processo de abertura. Fim do AI-5. Eleição indireta do general Figueiredo, chefe do SNI.

1979 - Início do governo do general João Figueiredo. Aprovada a lei da anistia.

1980 - Libertação dos presos políticos e autorização para os exilados retornarem ao País..

1981 - O governo restabelece eleições diretas para os cargos do Executivo, exceto para presidente da República e prefeitos das capitais e áreas de segurança nacional.

1982 - Eleições diretas para governador, suspensas desde 1966.

1984 - O país se mobiliza, reivindicando eleições diretas. A Campanha “Diretas-Já” reúne multidões nas principais capitais do País; mas a emenda Dante de Oliveira, que as instituiria, é rejeitada no Congresso.

1985 - Fim dos governos militares e início da Nova República.

1985 - Em eleições indiretas para a Presidência da República o candidato da oposição Tancredo Neves é eleito o novo Presidente do Brasil, entretanto devido a problemas de saúde não assume e em 21 de abril, é anunciada a sua morte.

1986 - Decretado o Plano Cruzado I e II, destinado a conter a inflação e estabilizar a economia.

1987 - Instala-se a Assembleia Constituinte, sob a presidência de Ulysses Guimarães. A crise econômica se agrava; a inflação não é contida.

1988 - Promulgada a oitava Constituição do Brasil. Cresce a violência no campo e na cidade. - Assassínado no Acre o líder seringueiro Chico Mendes.

1989 - Fernando Collor de Mello é o primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960.

1990 - Collor lança o Plano Collor I, plano econômico revolucionário, que muda a moeda em vigor e retém, por 24 meses, depósitos feitos em contas-correntes ou em poupanças.

1991 - Retomada escalada da inflação. O governo não obtém apoio do Congresso e a crise econômica se aprofunda. Plano Collor II.

1992 - Sucessivos escândalos abalam o governo Collor. A inflação retoma seu processo de crescimento.

1992 - Fernando Collor renuncia à Presidência pouco antes de sofrer *impeachment* pelo Congresso, que o declara inelegível por oito anos. O vice-presidente, Itamar Franco, torna-se presidente efetivo.

1993 - Plebiscito popular opta pelo presidencialismo republicano como sistema de governo. Nova reforma cria o cruzeiro real.

1994 - Lançada uma nova moeda, o real. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, candidata-se à Presidência da República e vence.

1995 - A inflação é debelada e o país retoma a confiança. Inicia-se processo de privatizações.

1996 - Governo brasileiro é o principal articulador para o efetivo estabelecimento do Mercosul. Iniciam-se diversas campanhas para projetar um novo país no cenário global.

1997 - A sociedade protesta por reformas sociais, entre elas a Tributária, da Previdência e da Saúde. Governo de Fernando Henrique preocupa-se com a aprovação da emenda para reeleições.

1998 - Fernando Henrique é reeleito e uma nova bancada no Congresso assume em 1999.

2000 - O país comemora os 500 anos do descobrimento.

2000 - A crise econômica da Argentina e a desaceleração global abalam a economia brasileira.

2002 - Vitória do candidato de oposição Luís Inácio Lula da Silva (PT) à presidência da República.

2003 - O presidente Lula discursa na Assembleia Geral da ONU propondo a criação de um fundo mundial de combate à fome.

2006 - Marcos Pontes, o primeiro astronauta brasileiro, passa oito dias no espaço como participante em uma missão russa.

2006 - Luís Inácio Lula da Silva é reeleito Presidente do Brasil.

2007 - Início do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva.

2008 - Centenário da Cruz Vermelha Brasileira. Centenário da imigração japonesa no Brasil. Bicentenário da Polícia Civil do Brasil.

2009 - Série de escândalos abala a credibilidade do Congresso Nacional. Escândalo do Mensalão no Distrito Federal, escândalo dos atos secretos no senado brasileiro. Pandemia de gripe A (H1N1). Lei anti-fumo entra em vigor.

2010 - Entra em vigor no Brasil, em maio, o Projeto Ficha Limpa. O projeto visa impedir que políticos com condenação na Justiça possam concorrer às eleições.

2011 - *Dilma Vana Rousseff*, foi empossada a primeira mulher presidente da República do Brasil.

Constituição

A Constituição é a lei maior que rege um país. Através dela temos a organização de uma nação soberana.

A Constituição de um país organiza o Estado e define direitos e garantias fundamentais ao seu povo.

Este conjunto de leis ainda recebe nomes como Lei Fundamental, Lei Suprema, Lei das Leis, Lei Maior ou Magna Carta.



Constituição de 1824

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

Constituição de 1891

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

Constituição de 1934

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

Constituição de 1937

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

Constituição de 1946

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

Constituição de 1967 – emendas 1969

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm

Constituição de 1967

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

Constituição de 1988

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Dia do Fico

A expressão *Dia do Fico* deve-se a uma frase célebre de dom Pedro, então príncipe-regente do Brasil, que era na época um Reino Unido a Portugal e Algarves.

Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro I recebeu uma carta da corte de Lisboa, exigindo seu retorno para Portugal. Há tempos os portugueses insistiam nesta ideia, pois pretendiam recolonizar o Brasil e a presença de D. Pedro impedia este ideal.

Porém, D. Pedro respondeu negativamente aos chamados de Portugal e proclamou : "Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico".

Porém, para compreendê-la melhor, é necessário conhecer o contexto em que ela foi dita. Em 1807, com o objetivo de expandir seu poder sobre o continente europeu, Napoleão Bonaparte planejava uma invasão sobre o reino de Portugal, e, para escapar dos franceses, a família real portuguesa transferiu-se para o Brasil, que se tornou o centro do Império português.



Dom Pedro I do Brasil e IV de Portugal

A chegada da família real teve um grande significado para o desenvolvimento do país que até então, era uma das colônias portuguesas. A fixação da corte no Rio de Janeiro teve inúmeras consequências políticas e econômicas, dentre as quais devemos destacar a elevação do país à categoria de Reino Unido, em 1815. O Brasil então deixava de ser colônia.

Entretanto, cinco anos depois, com as reviravoltas da política europeia e o fim da era napoleônica, uma revolução explodiu em Portugal. As elites políticas de Lisboa adotaram uma nova Constituição e o rei dom João VI, com medo de perder o trono, voltou do Rio para Lisboa, deixando aqui seu filho, dom Pedro, na condição de príncipe-regente.

As cortes de Lisboa, porém, não aprovavam as medidas tomadas por dom Pedro para administrar o país. Queriam recolonizar o Brasil e passaram a pressionar o

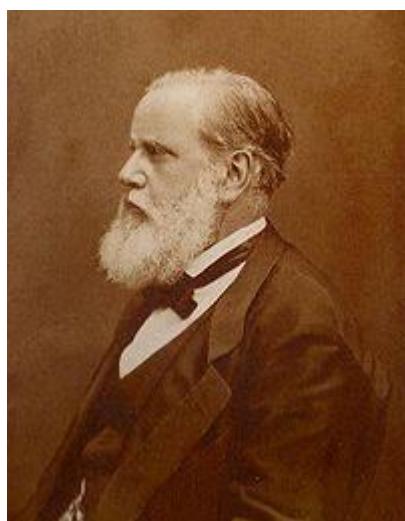
príncipe para que também retornasse a Lisboa, deixando o governo do país entregue a uma junta submissa aos portugueses.

A reação dos políticos brasileiros foi entregar ao regente uma lista com aproximadamente 8 mil assinaturas solicitando sua permanência no Brasil. A resposta de dom Pedro foi a célebre frase citada acima. Ela marca a adesão do príncipe regente ao Brasil e à causa brasileira, que vai culminar em nossa Independência, no mês de setembro daquele ano. O Dia do Fico, deste modo, é um dos marcos do processo de libertação política do Brasil em relação a Portugal.

Dia da Proclamação da República

No dia 15 de novembro, comemoramos a instalação da República no Brasil, uma forma de governo na qual o povo exerce a sua soberania por meio da escolha do chefe da nação. Este foi um capítulo muito importante na história do Brasil, já que hoje vivemos em um regime democrático. Vamos relembrar como tudo isso aconteceu?

Antes de se tornar uma República, o Brasil era um Império. Em outras palavras, éramos independentes de Portugal, no entanto, todas as decisões eram tomadas de forma unilateral pelo imperador, D. Pedro II. A monarquia começou a ficar enfraquecida no fim do século XIX, período em que o Brasil passava por uma série de mudanças sociais e econômicas.

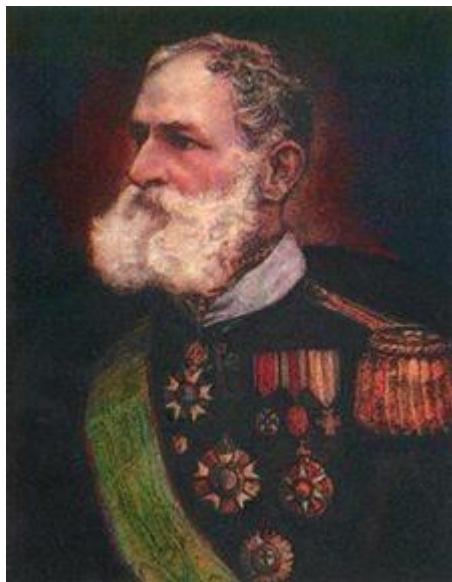


D. Pedro II, Imperador do Brasil

Com o fim da escravidão, o Império perdeu o importante apoio dos escravocratas, uma vez que os republicanos (que eram aqueles que queriam acabar com a monarquia) compartilhavam os mesmos ideais dos abolicionistas. D. Pedro II também perdeu o apoio fundamental da Igreja ao interferir em assuntos religiosos. Os militares estavam descontentes pela atitude do imperador de proibir os mesmos de se expressarem na imprensa. Por fim, a classe média (jornalistas, médicos, comerciantes, etc.), que estava em constante

crescimento, desejava conquistar um espaço maior nas decisões políticas. Todos estes fatores foram fundamentais para o fim das bases de sustentação da monarquia no Brasil.

Em 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca declarou o fim do período imperial. Naquele mesmo dia se formou um governo provisório. Assim, o marechal se tornou o primeiro presidente da história do Brasil. Ciente de que não conseguiria de forma alguma reverter tal situação, D. Pedro II apenas aceitou a vontade do povo e retornou para Portugal.



Manuel Deodoro da Fonseca – Proclamador da República e 1º Presidente do Brasil

Descobrimento do Brasil

Em 22 de abril de 1500, no atual estado da Bahia, aportavam os primeiros portugueses nas terras que se transformariam no Brasil que hoje conhecemos.

Porém, é necessário entender o Descobrimento do Brasil como um episódio mais amplo, denominado *Grandes Navegações*.



Oscar Pereira da Silva, *Desembarque de Cabral em Porto Seguro*, SP, Museu Paulista

Em busca das Índias

As Grandes Navegações são resultantes de um processo de transformação maior ocorrido na Europa no final da Idade Média, a procura de uma nova rota para as Índias, objetivando o comércio de especiarias.

Portugal foi o primeiro

O primeiro país a lançar-se à procura de novas rotas para o Oriente foi Portugal. Isso, graças às condições extremamente favoráveis em que esse país se encontrava.

- **Burguesia rica:** o grupo mercantil português tem sua origem ligada ao desenvolvimento comercial europeu e ao aparecimento de novas rotas de comércio. Havia uma delas, a Atlântico-Mediterrâneo, que iniciava nas cidades italianas e passava pelo estreito de Gibraltar para alcançar o mar do Norte. Os navios dessa rota faziam escala em Portugal para se reabastecer e aproveitavam também para realizar o comércio. O aproveitamento dessa rota deu à burguesia portuguesa uma posição econômica tão favorável que lhe permitia financiar a procura de novas roas marítimas;
- **Monarquia forte:** em 1385 sobe ao poder de Portugal o rei D.João I, da dinastia de Avis. Como para isso foi apoiado pela burguesia, teve que atender, no seu governo, aos interesses dessa camada, orientando a política portuguesa no sentido da procura de novas rotas comerciais;
- **Situação de paz:** Portugal atravessava um período de paz tanto interna quanto externamente, enquanto outros países europeus estavam envolvidos em guerras (a Inglaterra e a França travavam a Guerra dos Cem Anos e a Espanha tentava expulsar os árabes do seu território);
- **Posição geográfica favorável:** Ao observar o mapa, podemos perceber que Portugal está inteiramente voltado para o oceano Atlântico o que significava ótima posição para a navegação marítima.



O objetivo de Portugal era chegar às Índias contornando o continente africano, por essa razão chamamos as navegações portuguesas de **ciclo oriental**.

Durante muito tempo, Portugal foi o único país europeu a fazer navegações:

- Conquistou Ceuta, no norte da África, em 1415. Nessa região fundou sua primeira base dentro do continente africano;
- conquistou várias ilhas no Atlântico;
- em 1488, Bartolomeu Dias contornou o cabo da Boa Esperança, comprovando a ligação do oceano Atlântico com o Índico.

Descobrimento do Brasil - O primeiro concorrente

Logo depois, em 1492, a Espanha também começou a navegar. Os espanhóis expulsaram os árabes que dominavam seu território e contrataram o grande navegador italiano Cristóvão Colombo, que pretendia chegar às Índias por outro caminho.

Acreditando na esfericidade da Terra, Colombo pretendia fazer a viagem de circunavegação: iria em direção ao Ocidente para atingir o Oriente. Este foi o **ciclo ocidental**.

Essa viagem era possível, mas o que Colombo não sabia é que, ao invés de chegar às Índias, iria descobrir um novo continente.

Em 12 de outubro de 1492, após dois meses de viagem, ele chegou a terra firme: eram as ilhas da América Central. Ele, entretanto, pensou ter chegado às Índias.

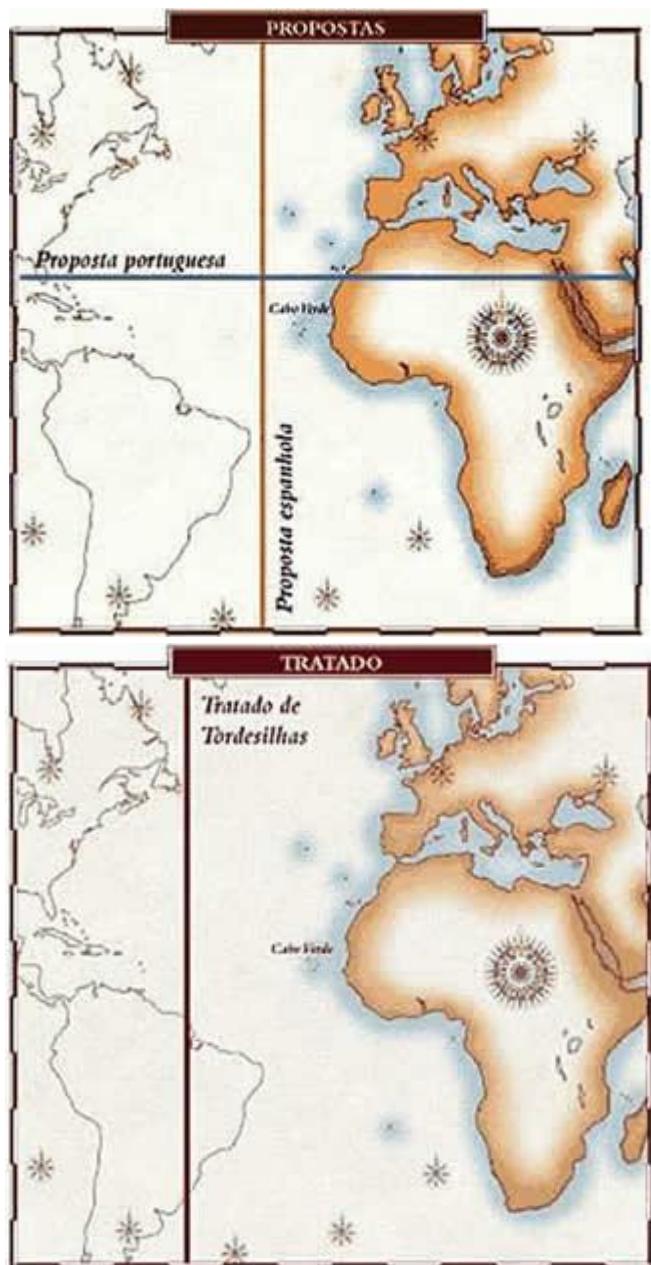
Somente mais tarde é que Américo Vespúcio, outro navegador italiano, verificou não se tratar das Índias e sim de um novo continente, por isso a nova terra levou o nome de América.

Quando Colombo voltou para a Europa e comunicou o resultado de sua viagem, Portugal passou a cobiçar essas terras e exigiu da Espanha um tratado que dividisse com ele as terras descobertas ou por descobrir.

A fim de solucionar a contenda entre os dois países, foi chamado o Papa Alexandre VI, que fez a **Bula Inter Coetera**: seria traçado um meridiano imaginário a 100 léguas das ilhas de Cabo Verde.

As terras que ficasse a oeste pertenceriam à Espanha e as ficasse a leste, a Portugal.

Portugal foi extremamente prejudicado pelo tratado: não ficou de posse de nenhum trecho de terra do novo continente. Assim sendo, recusou-se e exigiu outro. O novo tratado, elaborado diretamente entre os governos da Espanha e de Portugal, recebeu o nome de **Tratado de Tordesilhas** (1494). Estabelecia um meridiano imaginário a 370 léguas a oeste de Cabo Verde; as terras que ficasse a oeste pertenceriam à Espanha e a leste a Portugal.



Assim, Portugal ficou com uma parte do Brasil antes mesmo de seu descobrimento oficial. O setor do território brasileiro que ficou para Portugal ia da atual cidade de Belém do Pará até Laguna, em Santa Catarina. Corresponde aproximadamente a um terço do Brasil atual.

O Brasil e as Índias

Apesar de Portugal insistir em garantir a posse das terras ocidentais, ele continuava interessado no comércio de produtos asiáticos, e para tanto era necessário continuar a busca do caminho marítimo para as Índias.

Em 1498, foi organizada uma nova esquadra, comandada por Vasco da Gama. Seguindo o caminho já determinado por Bartolomeu Dias, Vasco da Gama atingiu o oceano Índico e assim conseguiu chegar às tão procuradas Índias.

Aportou na região de Calicute, centro comercial das especiarias. Estava, assim, descoberto o caminho marítimo para as Índias.

Era necessário, agora, estabelecer um comércio com essa região. Por isso, em 1500, o rei D. Manuel, o Venturoso, organizou a esquadra de Pedro Alvares Cabral, que tinha como objetivos:

- fundar nas Índias um centro comercial português;
- oficializar o descobrimento do Brasil.

Cabral partiu de Portugal com sua grande esquadra no dia 9 de março de 1500.

Atravessou o Oceano Atlântico, que naquela época era conhecido como o Mar Oceano, e no dia 21 de abril avistou os primeiros sinais de terra: ervas marinhas e pássaros. No dia seguinte, 22 de abril, avistou a própria terra. A armada aportou então num abrigo seguro que foi chamado de Porto Seguro (hoje baía Cabrália, no atual estado da Bahia) e ali permaneceu durante dez dias.

Como disse Caminha em sua carta: "... Primeiro um monte muito alto e redondo, com muitas serras mais baixas ao sul..."

Ao monte foi dado o nome de **monte Pascoal**, pela proximidade da festa da Páscoa e à terra, **Ilha de Vera Cruz**, em nome do rei de Portugal.

No dia 26 de abril foi celebrada a primeira missa por Frei Henrique Soares, no Ilhéu da Coroa Vermelha.

A 1º de maio foi rezada a segunda missa, agora já em terra firme, e com esse ritual se deu também a posse oficial da terra para Portugal.

A 2 de maio Cabral continuou a viagem em direção às Índias, deixando aqui dois degredados.

O Brasil teve três nomes: inicialmente, **Ilha de Vera Cruz**, pois supunha-se que se tratava apenas de uma ilha e não de um enorme território; comprovado o erro, passou a ser **Terra de Santa Cruz**. O nome atual, **Brasil**, deve-se à madeira cor de brasa, aqui existente, denominada **pau-brasil**.

Descobrimento do Brasil - Discussões sobre o “descobrimento”

Os índios do Brasil

Na época do descobrimento, quando os portugueses chegaram ao litoral brasileiro, dando início ao processo de ocupação, perceberam que a região era ocupada pelos povos nativos.

A estes nativos, os portugueses deram o nome de *índios*, pois acreditavam ter chegado às Índias.



Mesmo após a descoberta de que não estavam nas *Índias*, e sim em um território desconhecido, os europeus continuaram a chamá-los assim, ignorando propositalmente as diferenças linguístico-culturais. Desta maneira, era mais fácil tornar todos os nativos iguais e tratá-los também de forma igual, já que a finalidade era o domínio político, econômico e religioso.

Ainda que não se tenha um conhecimento exato quanto ao número de sociedades indígenas existentes no Brasil à época da chegada dos europeus, existe estimativas sobre o número de habitantes nativos naquele tempo, algo em torno de 5 milhões de indivíduos.

O processo de colonização levou à extinção de muitas sociedades indígenas que viviam no território dominado, seja por meio das guerras, seja em consequência do contágio por doenças trazidas dos países distantes como a gripe, o sarampo e a varíola, que vitimaram, muitas vezes, sociedades indígenas inteiras, em razão dos índios não terem imunidade natural a estes males, ou, ainda, pela imposição aos índios à nova maneira de viver.

Sem poder enfrentar os portugueses na guerra e não querendo conviver pacificamente com eles, muitos indígenas resolveram fugir para o interior do território, na tentativa de manter seu modo de vida, longe dos invasores. Apesar disso, muitos desses índios acabaram aprisionados e transformados em escravos.

A classificação indígena

Os portugueses conheceram primeiro os povos que viviam no litoral. Por terem traços culturais semelhantes entre si, eles receberam dos colonizadores uma denominação geral: *Tupi ou Tubinambá*. Os outros grupos que tiveram menor contato, como os povos que habitavam o interior do território e que não falavam a língua que os jesuítas deram o nome de "língua geral" ou "língua mais usada na costa do Brasil", os portugueses deram o nome de *Tapuia*.

Esta classificação foi extremamente importante para o registro das informações sobre os índios produzidas pelos portugueses, franceses e outros europeus. Sem os documentos produzidos pelos colonizadores, as crônicas dos viajantes, a correspondência dos jesuítas e as gramáticas da "língua geral" e de outras línguas, não teríamos como saber sobre os nativos, sua cultura e sua história.

Sociedades indígenas

À medida que os colonizadores foram explorando o território, perceberam que essas populações dividiam-se em centenas de povos que falavam línguas distintas, tinham costumes e hábitos diferentes. Estima-se que na época eram faladas cerca de 1.300 línguas indígenas diferentes.

Para estudarmos os povos indígenas, estes foram agrupados de acordo com as semelhanças existentes entre suas línguas. Desta forma são reunidos povos com características culturais comuns.

A classificação linguística reconhece a existência de dois troncos principais (tupi e macro-jê) e de outras seis famílias linguísticas de significativa importância (aruak, arawá, karib, maku, tukano e yanomami), além de muitas línguas sem filiação definida, não classificadas ou isoladas.

Atualmente essa população está distribuída em aproximadamente 215 etnias, que falam cerca de 170 línguas diferentes, excluindo-se os índios isolados. Muitos índios falam unicamente sua língua, desconhecendo o português e outros falam o português como sua segunda língua.

Aproximadamente 60% da população indígena brasileira vive na região designada como Amazônia Legal, área esta que engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia amazônica e, que possuem em seu território trechos da Floresta Amazônica, entretanto registra-se a presença de grupos indígenas em praticamente todos os estados brasileiros. Apenas no Rio Grande do Norte, Piauí e no Distrito Federal não se encontra grupos indígenas.

Os principais grupos indígenas brasileiros em expressão demográfica são: Tikuna, Tukano, Macuxi, Yanomami, Guajajara, Terena, Pankaruru, Kayapó, Kaingang, Guarani, Xavante, Xerente, Nambikwara, Munduruku, Mura, Sateré-Maué, entre outros.

Descobrimento do Brasil - Organização dos índios

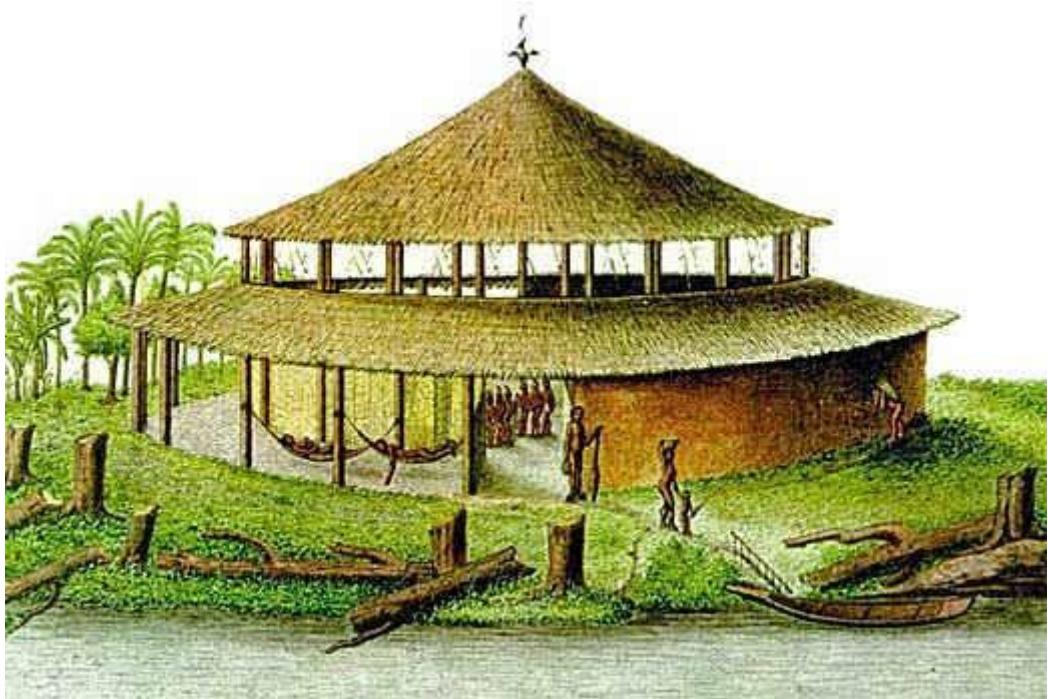
Grupos indígenas de destaque

- **Tupis:** habitavam principalmente o litoral brasileiro, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas. Ocuparam também trechos do interior do país. Entre as tribos que formavam esta nação, destacam-se: os tupinambás, os tupiniquins, os mundurucus e os parintintins.
- **Jês ou tapuias:** comparado aos outros grupos, era o que se encontrava no mais atrasado estágio de desenvolvimento. Dominavam todo o planalto central; na região que corresponde atualmente ao oeste de Minas Gerais, o Estado de Goiás e do Mato Grosso. Eram encontradas algumas tribos também no Maranhão e no Piauí. Entre suas principais tribos destacam-se: timbiras, aimorés, goitacás, cariris, carijós e caiapós.
- **Aruak:** O grupo Aruak ocupava uma extensa zona geográfica compreendida em parte do Amazonas e a ilha de Marajó. Fora do território brasileiro localizavam-se desde a Bolívia até a costa setentrional da Venezuela, para o Norte chegaram até a Flórida e para o Sul atingiram a região do Paraguai. Eram considerados excelentes navegadores e em estágio bem adiantado de desenvolvimento possuindo agricultura organizada. As principais tribos Aruak em nosso país eram: aruãs, parecis, paumaris, cunibos, guanás e terenos.
- **Karib:** O grupo Karib destacou-se como o grupo mais violento. Ocupavam a região do baixo Amazonas e parte do território do Amapá e Roraima. Em razão da prática da antropofagia, eram chamados canibais. Destacam-se: palmelas, pimenteiras, nauquás, bocairis, cotos, mariquitares e crixamas.

Organização social dos índios

Os costumes dos tupis ou tupinambás são os mais conhecidos em razão dos registros feitos pelos jesuítas e os viajantes estrangeiros durante o Período Colonial. O mesmo, entretanto, não ocorreu com os tapuias, avaliados pelos colonizadores como o exemplo máximo da barbárie e selvageria. Os índios vivem em tribos. Organização de um grupo de pessoas ligadas entre si por laços de sangue, com costumes e interesses comuns. Constroem sua aldeia em uma mesma área, falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e união entre si.

Os Tupis moravam em malocas. Cada grupo local ou "tribo" tupinambá era composta de cerca de 6 a 8 malocas. A população dessas tribos girava em torno de 200 indivíduos, podendo atingir até 600.



As formas de organização das aldeias indígenas são distintas de um povo para outro. Algumas tribos preferem construir suas aldeias em forma de ferradura; já outras optam pela forma circular; outros, ainda, constroem uma única habitação coletiva.





Descobrimento do Brasil - As relações familiares

As tribos são compostas de unidades menores que recebem o nome de **tabas** ou **aldeias**, cada uma delas formada por um conjunto de **ocas**.

As ocas localizam-se em torno de uma praça central, a **ocara**, onde são realizadas as festas, as danças e as cerimônias religiosas. A taba normalmente é protegida por uma cerca de troncos chamada **caíçara**.

O comando da tribo é de responsabilidade do **cacique**. Na época do descobrimento era o cacique que conduzia os homens à guerra, à pesca e à caça. Era ele que reunia os índios para as decisões dos negócios mais importantes da tribo: declaração de guerra, mudança de aldeia, etc.

O chefe religioso é o **pajé**. A ele compete realizar as cerimônias religiosas e manter as tradições da tribo. Também exerce as funções de sacerdote, médico e professor.

A **economia** baseava-se na coleta de raízes e frutos e também praticavam a caça e a pesca. Algumas tribos conheciam a agricultura, que era bastante primitiva. Destacava-se principalmente o plantio do milho, mandioca, amendoim e tabaco.

Em razão da economia da coleta os índios eram nômades desta forma era bastante comum os índios invadirem as terras de outras tribos, o que acabava resultando em guerras.

No período da entressafra, os índios faziam objetos de cerâmica e utensílios para o trabalho. Cada índio costumava ter seus próprios instrumentos de trabalho, como seu arco e suas flechas.

As tarefas eram divididas entre os membros das tribos e, geralmente, obedeciam à seguinte distribuição:

Trabalho das mulheres	Trabalho dos homens
O trabalho agrícola, desde o plantio até a colheita.	A derrubada do mato e a preparação da terra para o plantio.
A coleta de frutos.	Caçar e pescar.
A fabricação de farinha.	Fabricar arcos, flechas e canoas.
O preparo da comida.	A construção das moradias.
Cuidar das crianças da tribo	Expedições guerreiras.
Tecer redes e trançar cestos	Proteger a tribo.

Para deslocarem-se com maior rapidez, os índios utilizavam a navegação nos rios em canoas ou jangadas. As canoas maiores eram chamadas de **igaras** e as mais velozes de **ubás**.

Os índios eram politeístas, isto é, acreditavam em vários deuses, como, por exemplo, Guaraci, o Sol; Jaci, a Lua e Tupã, o raio e o trovão.

Os nativos não possuíam sistema de escrita, no entanto desenhavam figuras de animais, corpos humanos, astros e utensílios.

Entre os tupis, o matrimônio avuncular (tio materno com sobrinha), ou entre primos cruzados, era o mais desejado, entretanto, para casar, o jovem Tupi devia passar por certos testes, o principal deles consistindo em fazer um cativo de guerra para o sacrifício.

Algumas tribos permitem apenas a *monogamia*, e em outras, a *poligamia*.

A vida dos grupos locais ou mesmo de "nações" Tupi girava em torno da guerra, da qual faziam parte os rituais antropofágicos. Guerreavam contra grupos locais da mesma nação, entre "nações" e contra os "tapuias". A guerra e os banquetes antropofágicos reforçavam a união da tribo. Por meio da guerra era praticada a vingança dos familiares mortos, enquanto o ritual antropofágico representava para todos, homens, mulheres e crianças, a lembrança de seus bravos. O dia da execução era uma grande festa.

Nos banquetes antropofágicos, o aprisionado era imobilizado por meio de cordas. Mesmo assim, para mostrar seu espírito guerreiro, precisava enfrentar com bravura os seus inimigos, debatendo-se e anunciando que os seus companheiros logo vingariam a sua morte.



Inimigo amarrado na preparação do sacrifício, segundo descrição de Hans Staden, 1554.

O conhecimento do índio

Os índios por viverem sempre em contato com a natureza a conhecem com propriedade. Muitos destes conhecimentos estão ligados à alimentação. Eles descobriram, por exemplo, que era possível retirar o veneno da mandioca venenosa, tornando-a comestível. Criaram também o instrumento para retirar esse veneno: o *tipiti*, um longo tubo tecido de fibra vegetal, que é cheio com a mandioca ralada e depois esticado, fazendo com que todo esse líquido venenoso saia por entre as fibras.

Descobriram também vegetais venenosos que são usados na pesca; dentre eles, o mais conhecido no Brasil é o *timbó* ou *tingui*. Quando jogado na água, os

peixes começam a boiar e podem ser facilmente apanhados à mão; ele não faz mal a quem come os peixes.

Já o *curare*, é utilizado na caça. O veneno pode ser sólido, líquido ou pastoso, e cada povo que o utiliza tem sua maneira de fabricá-lo. O curare é utilizado na ponta da flecha e o animal atingido fica paralisado, não consegue respirar e acaba morrendo. O animal envenenado pode ser consumido sem perigo, pois o veneno não é absorvido pelo sistema digestório.

Com o líquido extraído do tronco da seringueira, o látex, alguns índios, especialmente da região Amazônica, fazem bolas e outros objetos. A técnica utilizada pelos nhambiquaras, por exemplo, é a de produzir primeiro uma bola de barro; nessa bola espalam um canudo; depois cobrem a bola com camadas de látex e finalmente, jogam água pelo canudo, assim dissolvem e retirar o barro, em seguida, tiram o canudo e fecham o buraco com látex. Todo esse conhecimento é fruto da coexistência com a natureza e adquirido, na prática, desde a infância.

Continua após a publicidade

Alianças com os colonizadores

Os índios reagiram de formas distintas à presença dos colonizadores e à chegada de invasores, como os holandeses e franceses. O apoio indígena foi crucial para a vitória da colonização portuguesa.

Com este apoio, contudo, as lideranças indígenas tinham seus próprios objetivos: lutar contra seus inimigos tradicionais, que, por sua vez, também se aliavam aos inimigos dos portugueses (franceses e holandeses) por idênticas razões. Alguns exemplos das alianças com os portugueses:

- guerreiros temiminós liderados por Arariboia se aliaram aos portugueses para derrotar os franceses na baía de Guanabara, nos anos 1560, que recebiam apoio dos Tamoios.
- chefe tupiniquim Tibiriçá, valioso para o avanço português na região de São Vicente e no planalto de Piratininga. Combatia rivais da própria "nação" Tupiniquim e os "tapuias" Guaianá, além de escravizar os Carijós para os portugueses.
- o chefe potiguar Zorobabé, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Aliou-se aos franceses, em fins do século XVI, e aos portugueses, tendo sido recrutado para combater os Aymoré na Bahia e até para reprimir os nascentes quilombos de escravos africanos.
- o potiguar Felipe Camarão, a mais notável líder indígena no contexto das guerras pernambucanas contra os holandeses no século XVII. Camarão combateu os flamengos, os tapuias e os próprios *potiguares* que, ao contrário dele, passaram para o lado holandês, recebendo por isso o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, o privilégio de ser chamado de "Dom" e pensões régias,

entre outros privilégios. Diversas lideranças pró-lusitanas receberiam antes e depois de Camarão privilégios similares, criando-se no Brasil autênticas linhagens de chefes indígenas condecorados pela Coroa por sua lealdade a Portugal.

Resistência aos colonizadores

Alguns grupos moveram inúmeros ataques aos núcleos de povoamento portugueses. Entre estes, os Aymoré, depois chamados de Botocudos, foram um constante flagelo para os colonizadores durante o século XVI, na Bahia. Entre os episódios célebres de resistência ou represália, ficaram registrados:

- o do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, devorado pelos Tupiniquins, em 1547;
- o do jesuíta Pero Correa, devorado pelos Carijós, na região de São Vicente, em 1554;
- o do primeiro bispo do Brasil, D.Pedro Fernandes Sardinha, em 1556, devorado pelos Caetés, após naufragar no litoral nordestino. Alianças com invasores contra os colonizadores também ocorreram. Nações inteiras escolheram por se aliarem aos inimigos dos portugueses.
- os Tamoio, no Rio de Janeiro, fortes aliados dos franceses nas guerras dos anos 1550-60;
- os Potiguar, boa parte deles combateu com os franceses durante algum tempo na Paraíba e atual Rio Grande do Norte, e por ocasião das invasões holandesas em Pernambuco, onde forneceram assistência aos flamengos, tornando célebre lideranças como a de Pedro Poti e de Antônio Paraupaba.

Índios isolados

Alguns povos indígenas, desde a época do Descobrimento, mantiveram-se afastados de todas as transformações ocorridas no País. Eles mantêm as tradições culturais de seus antepassados e sobrevivem da caça, pesca, coleta e agricultura incipiente, isolados do convívio com a sociedade nacional e com outros grupos indígenas.

Os índios isolados defendem bravamente seu território e, quando não podem mais sustentar o enfrentamento com os invasores de seus domínios, recuam para regiões mais distantes, na esperança de conseguirem sobreviver escondendo-se para sempre.

Pouca ou nenhuma informação se tem sobre eles e, por isso, sua língua é desconhecida. No entanto, sabe-se que alguns fatores são fundamentais para possibilitar a existência futura desses grupos. Entre eles, a demarcação das terras onde vivem e a proteção ao meio ambiente, de forma a garantir sua sobrevivência física e cultural.

No processo de ocupação dos espaços amazônicos, o conhecimento e o dimensionamento das regiões habitadas por índios isolados são fundamentais para que se possa evitar o confronto e a destruição desses grupos.

Política indigenista

As barreiras à escravização dos índios datam do início da colonização, 1530, mas o cativeiro indígena foi mais tenazmente combatido somente com a chegada dos jesuítas, em 1549, e a implantação do sistema de aldeamento. Neste combate os jesuítas contaram com o apoio da Coroa.

No quadro abaixo podemos acompanhar, a partir do século XVI, as principais medidas de proteção aos índios.

1570	Primeira lei contra o cativeiro indígena	Esta lei só permitia a escravização dos indígenas com a alegação de "guerra justa"
1609	Lei que reafirmou a liberdade dos índios do Brasil	Importante lei que tentou garantir novamente a liberdade dos índios, ameaçada pelos interesses dos colonos
1686	Decretação do "Regimento das Missões"	Estabeleceu a base de regulamentação do trabalho missionário e do fornecimento de mão-de-obra indígena no Estado do Maranhão e Grão-Pará
1755	Aprovado o Directorio, que visava, através de medidas específicas, a integração do índio na vida da colônia.	Proibia definitivamente a escravidão indígena
1758	Fim da escravidão indígena: Directorio foi estendido a toda a América Portuguesa.	Secularização da administração dos aldeamentos indígenas: abolida escravidão, a tutela das ordens religiosas das aldeias e proclamados os nativos, vassalos da Coroa.
1798	Abolido o Directorio	O espírito "integrador" desse Directorio conservaria a sua força na legislação do Império Brasileiro
1845	Aprovado o Regulamento das Missões	Renova o objetivo do Directorio, e visava, portanto, a "completa assimilação dos índios"
1910	Criação do Serviço de Proteção aos Índios - SPI	O Estado republicano tutelou os indígenas
1952	Rondon criou o projeto do Parque Nacional do Xingu	Objetivo era criar uma área de proteção aos indígenas
1967	Criação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Substituiu o extinto SPI na administração das questões indígenas
1979	Criação da União das Nações Indígenas	Primeira tentativa de defesa da cultura indígena, importante para a consagração dos direitos dos índios na Constituição de 1988

Descobrimento do Brasil - Os primeiros trinta anos

Em primeiro lugar, é importante saber que o Brasil, no decorrer de sua História, passou sucessivamente por três períodos políticos:

- **colonial:** inicia-se com o Descobrimento, por parte do navegador português Pedro Álvares Cabral. Nesse período, o Brasil era dependente da política portuguesa, isto é, todas as decisões relativas ao nosso país vinham da nossa Metrópole: Portugal. Esse período termina com a proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822.
- **monárquico:** após a independência, foi adotada a forma monárquica de governo. Entre 1822 e 1831 temos o **Primeiro Reinado**, com o governo de D. Pedro I; a partir dessa data até 1840, o **Período Regencial**, devido à menoridade de D. Pedro de Alcântara; daí até 1889, o **Segundo Reinado**, exercido por D. Pedro II.
- **republicano:** inicia-se com a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca e vem até os dias atuais. O período republicano também pode ser dividido em fases: a **República Velha** (1889 – 1930), o **período de Getúlio Vargas** (1930 – 1945) e a **República Nova** (de 1945 em diante).

Do longo período colonial, veremos agora os primeiros trinta anos, que receberam a denominação de **Período Pré-Colonial**, isto é, anterior ao processo de colonização.

Deve-se isto ao fato de Portugal, mais interessado no lucrativo comércio de especiarias asiáticas, dar um mínimo de atenção à nova colônia, que foi, assim, objeto de um tratamento secundário. Apenas expedições de reconhecimento e defesa eram enviadas e por vezes estabeleciam feitorias no litoral.

Colonizar significa mais do que isso: envolve povoamento, organização da economia e da administração da colônia.

As expedições

O primeiro tipo de expedições que Portugal enviou ao Brasil tinha por finalidade reconhecer o litoral da nova terra descoberta, sendo, por isso, denominadas **expedições exploradoras**.

Primeira Expedição (1501)

Com o objetivo de fazer uma exploração geográfica da terra, em 1501 foi enviada a primeira expedição, comandada por Gaspar de Lemos e contando com a participação de Américo Vespúcio. Tocou o Brasil na altura do Rio Grande do Norte e, costeando o país denominou uma série de acidentes geográficos: Cabo de São Roque, Cabo de Santo Agostinho, Rio São Francisco, Baía de Todos os Santos, Rio de Janeiro, entre outros.

O arrendamento (1502)

As perspectivas de aproveitamento econômico do Brasil não eram boas. Ausentes as especiarias, o ouro e a prata, um único produto despertou o interesse, o pau-brasil, útil à indústria de tintas. Desde o início, sua exploração foi considerada monopólio real, mas em 1502 Portugal resolveu arrendar sua extração a mercadores de Lisboa, os *cristãos-novos*.

O prazo de arrendamento era de três anos. Constava do contrato a obrigatoriedade do arrendatário de enviar anualmente uma expedição de seis navios, a fim de explorar 300 léguas da costa e estabelecer feitorias fortificadas. No ano seguinte, Fernão de Noronha assinou o contrato e arrendamento.

Segunda Expedição (1503)

Uma nova expedição exploradora foi organizada em 1503, sob o comando de Gonçalo Coelho. Américo Vespúcio, que já havia participado da expedição anterior, era o comandante de uma das embarcações.

Tocaram o Brasil na Ilha de São João, que mais tarde foi chamada de Fernão de Noronha. Ali a nau capitânia naufragou e a expedição se dividiu. Américo Vespúcio viajou rumo ao Sul, fundando uma feitoria e um forte em Cabo Frio.

Organizou a primeira entrada ao interior do Brasil. Depois de alguns meses, carregou seus navios de madeira pau-brasil e regressou a Lisboa.

Gonçalo Coelho, ao que tudo indica, também atingiu o Rio de Janeiro, regressando, em seguida, a Portugal.

Descobrimento do Brasil - Pau-brasil

A fim de não deixar o Brasil totalmente abandonado, Portugal iniciou a exploração de vários produtos naturais da colônia: madeira, especiarias, sementes, ervas medicinais, alguns animais, etc.

Esses produtos eram muitas vezes obtidos dos índios em troca de alguns presentes: colares, pentes, machados. De todos os produtos naturais, o que mais significado teve foi o pau-brasil. Contudo, sua exploração não representou atividade marcante na história da colônia, pois não provocou a colonização da terra, nem a fixação de povoamentos.

Sua procura se deve ao fato de extraírem dele uma tinta de cor vermelha, muito usada como corante na indústria de tecidos.

A exploração desse produto era rudimentar e predatória. A madeira era cortada pelos índios e empilhada nas praias em grandes armazéns. Os navios que aqui chegavam levavam-na para a Europa.

As florestas litorâneas de pau-brasil se estendiam do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro, sendo que Pernambuco, Porto Seguro e Cabo Frio eram as regiões de maior concentração do produto.



O pau-brasil só podia ser explorado com a autorização do rei de Portugal. Por isso se diz que o pau-brasil era *monopólio* (link dicionário) do rei.

Esse privilégio era dado pelo rei, que, em troca, ficava com boa parte dos lucros.

A extração do pau-brasil foi realizada em diversas partes do território. Quando o pau-brasil acabava num lugar os comerciantes passavam a explorá-lo em outro e, assim, iam derrubando as florestas. Como essa atividade não exigia que os europeus se fixassem na América, nos primeiros trinta anos não foram construídos povoados, apenas construções fortificadas chamadas *feitorias*, em alguns pontos do litoral, para defesa e armazenamento do pau-brasil ou de outras mercadorias retiradas da terra.

As notícias sobre a grande quantidade de pau-brasil existente no litoral, passaram a atrair outros países europeus. Em especial a França que, sentindo-se prejudicada pelos termos do Tratado de Tordesilhas, não reconhecia sua validade. O governo francês, então, patrocinou grupos de *corsários* que começaram a percorrer a "costa do pau-brasil", negociando a extração da madeira diretamente com os índios, por meio do escambo. Em consequência da pressão exercida pelas frequentes incursões de franceses e de outros europeus às suas terras, a Coroa portuguesa organizou expedições, chamadas "**guarda-costas**", para expulsar os corsários.

A primeira ocorreu em 1516 e, a segunda, em 1526. Cristóvão Jacques comandou as duas expedições guarda-costas organizadas pela Coroa.

Ambas mostraram-se insuficientes para combater o contrabando e a constante ameaça de ocupação estrangeira, diante da vasta extensão do litoral. O historiador brasileiro Capistrano de Abreu ressaltou outra grande dificuldade: as alianças feitas entre os europeus e os indígenas. Os Tupinambás se aliavam,

com frequência, aos franceses e os portugueses tinham ao seu lado os Tupiniquins. E, segundo Capistrano, "durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró (portugueses) ou aos Mair (franceses)."

Entretanto, a existência de sobreviventes de naufrágios, *degrédados* e desterrados portugueses no Brasil, além de favorecer o contato com os índios, facilitou a defesa e a ocupação da terra. Esses homens, que teriam chegado com as primeiras viagens e permanecido pelas mais diversas razões, já estavam adaptados às condições físicas e sociais do território e ao modo indígena de viver. Alguns deles sucumbiram ao meio, a ponto de furar lábios e orelhas, matar prisioneiros segundo os ritos *nativos*, e alimentar-se de sua carne. Acreditavam nos mitos existentes, incorporando-os à sua maneira de viver, como é o caso daquele homem que passou a se julgar um tamanduá. Enfurnava-se, de quatro, em todos os buracos, à cata de formigas, seu alimento predileto. Outros, ao contrário, revoltaram-se e impuseram sua vontade, como o bacharel de Cananeia. Havia, ainda, tipos intermediários, que conviviam com os nativos e com eles estabeleciam laços familiares. Casavam e tinham filhos com as índias, constituindo, na maioria das vezes, numerosa família, composta de várias mulheres e de um grande número de filhos *mamelucos* (*link dicionário*)

Descobrimento do Brasil - A Colonização Acidental

Dentre os inúmeros homens que viviam no Brasil destacaram-se Diogo Álvares Correa, o Caramuru, e João Ramalho. Caramuru, desde o seu naufrágio, em 1510, até a sua morte, em 1557, viveu na Bahia, sendo muito respeitado pelos Tupinambás.

Tinha várias mulheres indígenas, entre elas Paraguaçu, filha do principal chefe guerreiro da região. Com ela teve muitos filhos e filhas, das quais duas se casaram com espanhóis, moradores da mesma região. João Ramalho, por sua vez, não se sabe se era naufrago, degredado, desertor ou aventureiro.

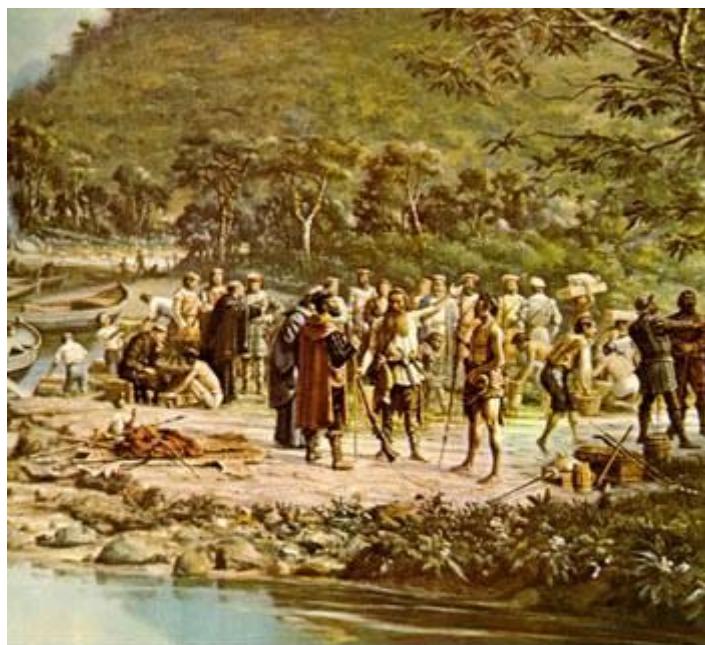
Desde 1508 convivia com os índios Guaianá, na região de São Vicente. Casou-se com Bartira, filha do maior chefe guerreiro da região. Tiveram vários filhos e filhas, as quais se casaram com homens importantes.



Theodor de Bry, *America tertia pars*, século XVI
Índios Tupinambás com quem Caramuru conviveu
até sua morte, em 1557

Caramuru e João Ramalho possuíam algumas características em comum: muitas concubinas, muitos filhos, poder e autoridade entre os indígenas. Protegiam os europeus que chegavam em busca de riquezas e, com eles, realizavam negócios. Também socorriam os que naufragavam em seus domínios, fornecendo-lhes escravos, alimentação, informação, pequenas embarcações e guarida. Em troca, recebiam armamentos, moedas de ouro, vestimentas e notícias sobre o mundo europeu. Graças à obediência que os índios lhes tinham, os expedicionários portugueses foram recebidos de forma hospitaleira, e obtiveram importantes informações sobre a terra.

Caramuru e João Ramalho integram um grupo de homens fundamentais na colonização do Brasil. Além de participarem ativamente nesse processo, ainda que de forma accidental, prepararam e facilitaram o estabelecimento da colonização oficial das terras portuguesas na América. A Coroa, reconhecendo o importante papel desses homens, atribuiu-lhes funções oficiais. João Ramalho, por exemplo, em 1553, foi nomeado capitão da vila de Santo André por Tomé de Sousa, o primeiro governador geral do Brasil.



Benedito Calixto, *João Ramalho apontando o caminho de Piratininga a Martim Afonso de Sousa*, RJ, Palácio de São Joaquim

Os jesuítas procuravam também se aproveitar do relacionamento desses homens com os indígenas, para concretizar a missão evangelizadora que lhes cabia. Para eles, esses portugueses aventureiros representavam a afirmação integradora dos dois mundos: o bárbaro, dos índios, e o civilizado, dos europeus.

Neste período de colonização acidental, inúmeras feitorias se estabeleciam em diferentes pontos do litoral. Alianças eram firmadas e os contatos entre portugueses e índios tornavam-se mais sistemáticos e frequentes. Estas estratégias, entretanto, não se mostravam suficientes para assegurar a Portugal o domínio sobre suas terras. Não garantiam uma forma efetiva de ocupação do litoral, em toda a sua extensão.

O rei francês, Francisco I, insatisfeito com a situação, resolveu contestar o monopólio ibérico sobre as terras do novo mundo, legitimado pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494. A Coroa francesa pretendia estabelecer o princípio do *Uti Possidetis*, pelo qual só a ocupação efetiva do lugar assegurava sua posse.

Para solucionar esta questão de forma definitiva, a Coroa portuguesa estabeleceu uma política de colonização efetiva do Brasil. Dois fatos concorreram para esta decisão. Um deles foi o declínio do comércio do Oriente, cujos investimentos passaram a pesar bastante na economia portuguesa. Os lucros ficavam em grande parte com os financiadores de Flandres, atual Bélgica. O outro fato a influir foi a notícia da descoberta, pelos espanhóis, de metais preciosos nas suas terras americanas. Tal notícia estimulou o interesse dos portugueses pelo novo território, reforçando a ideia de um "eldorado" promissor para os negócios de Portugal.

A Expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532)

Em 1530, com o propósito de realizar uma política de colonização efetiva, Dom João III, "O Colonizador", organizou uma expedição ao Brasil.

A esquadra de cinco embarcações, bem armada e aparelhada, reunia quatrocentos colonos e tripulantes. Comandada por Martim Afonso de Sousa, tinha uma tríplice missão: combater os traficantes franceses, penetrar nas terras na direção do Rio da Prata para procurar metais preciosos e, ainda, estabelecer núcleos de povoamento no litoral. Portanto, iniciar o povoamento do "grande desertão", as terras brasileiras.

Para isto traziam ferramentas, sementes, mudas de plantas e animais domésticos.



Pedro Barreto de Resende, Retrato de Martim Afonso de Sousa , Breve Tratado de Todos os Vice-reis, Lisboa, Museu da Marinha

Martim Afonso possuía amplos poderes. Designado capitão - mor da esquadra e do território descoberto, deveria fundar núcleos de povoamento, exercer justiça civil e criminal, tomar posse das terras em nome do rei, nomear funcionários e distribuir sesmarias.

Durante dois anos o Capitão percorreu o litoral, armazenando importantes conhecimentos geográficos. Ao chegar ao litoral pernambucano, em 1531, conseguiu tomar três naus francesas carregadas de pau-brasil. Dali dirigiu-se para o sul da região, indo até a foz do Rio da Prata. Fundou a primeira vila da América portuguesa: São Vicente, localizada no litoral paulista. Ali distribuiu lotes de terras aos novos habitantes, além de dar início à plantação de cana-de-açúcar. Montou o primeiro engenho da Colônia, o "Engenho do Governador", situado no centro da ilha de São Vicente, região do atual estado de São Paulo.

Diogo Álvares Correa, o *Caramuru*, João Ramalho e Antônio Rodrigues facilitaram bastante a missão colonizadora da expedição de Martim Afonso. Eram intérpretes junto aos índios e forneciam valiosas informações sobre a terra e seus habitantes. Antes de retornar a Portugal, ainda em 1532, o Capitão recebeu carta do rei Dom João III. Este falava de sua intenção de implantar o sistema de *capitanias hereditárias* (link para anexo) e de designar Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes de Sousa como donatários.

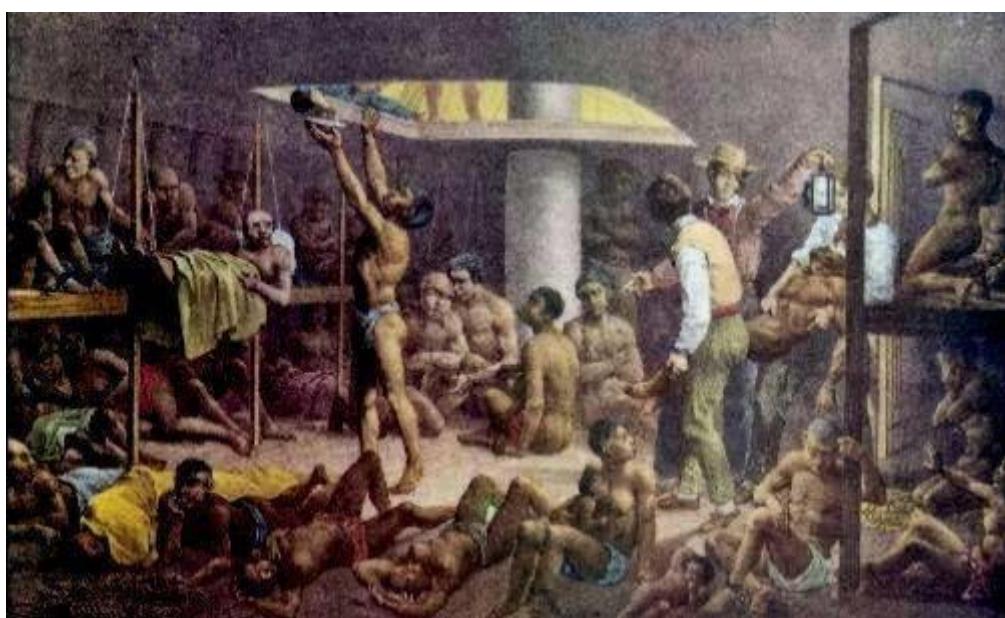
Enquanto Portugal reorganizava sua política para estabelecer uma ocupação efetiva no litoral brasileiro, os espanhóis impunham sua conquista na América, chegando quase à extermínio dos grupos indígenas: os astecas, no atual México, os maias, na América Central e os incas, no atual Peru.

Escravidão

A escravidão, também chamada de escravismo, escravagismo e escravatura é a prática social em que um ser humano adquire direitos de propriedade sobre outro denominado por escravo, ao qual é imposta tal condição por meio da força.

Em algumas sociedades, desde os tempos mais distantes, os escravos eram legitimamente definidos como um produto. Os preços modificavam-se conforme as condições físicas, habilidades profissionais, sexo, a idade, a procedência e o destino.

Quando falamos em escravidão, é difícil não pensarmos nos europeus que superlotavam os porões de seus navios de homens trazidos da África independente de suas vontades e que foram colocados à venda de forma desumana e cruel por toda a América.



Entretanto, a escravidão é bem mais antiga do que o tráfico do povo africano. Ela é tão antiga quanto à própria história, quando os povos derrotados em batalhas eram escravizados por seus conquistadores. Neste caso, citamos como exemplo os

hebreus, que foram vendidos como escravos desde o começo da História.

Muitas das antigas civilizações empregavam e necessitavam do trabalho escravo para a execução de tarefas mais pesadas e rudimentares. Roma e Grécia são exemplos, estas possuíam um grande número de escravos; no entanto, a maioria de seus escravos eram bem tratados e tiveram a oportunidade de comprar sua liberdade.

A escravidão no Brasil

No Brasil, a escravidão teve seu início a partir da produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os escravos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar da região nordeste do Brasil. Os escravos aqui no Brasil eram vendidos como se fossem mercadorias pelos comerciantes de escravos portugueses. Os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos.

O transporte destes escravos era feito da África para o Brasil nos porões de navios negreiros. Os escravos vinham amontoados, em condições desumanas, muitos morriam antes de chegar ao Brasil, e seus corpos eram deixados no mar.

Quando chegavam às fazendas de açúcar ou nas minas de ouro (a partir do século XVIII), os escravos eram tratados da pior maneira possível. Trabalhavam excessivamente (de sol a sol), recebiam uma alimentação precária e suas roupas eram trapos. A noite recolhiam-se nas senzalas (galpões escuros, úmidos e com pouca higiene) e eram acorrentados para evitar fugas. Constantemente eram castigados fisicamente, sendo que o açoite era a punição mais comum no período do Brasil colonial.

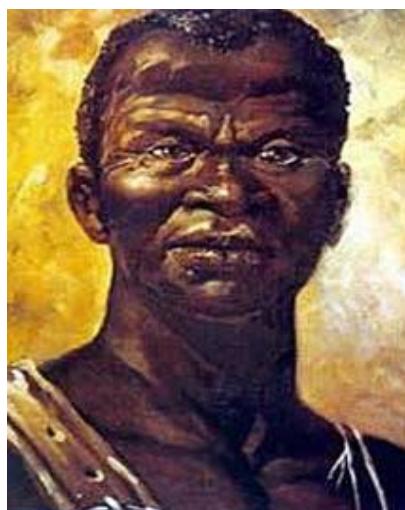
Os escravos eram proibidos de praticarem a sua religião de origem africana ou de realizar suas festas e rituais africanos. Eram obrigados a seguir a religião católica, imposta pelos senhores de engenho, e também era exigido adotar a língua portuguesa na sua comunicação. Porém mesmo com todas as imposições e restrições, não deixaram a cultura africana se extinguir. Escondidos, realizavam seus rituais, praticavam suas festas, conservaram suas representações artísticas e desenvolveram uma arte marcial disfarçada de dança, a Capoeira.



As mulheres negras também sofreram muito com a escravidão no Brasil, ainda que os senhores de engenho utilizassem esta mão-de-obra, principalmente, para trabalhos domésticos. Cozinheiras, arrumadeiras e até mesmo amas de leite foram comuns naqueles tempos da colônia.

No período conhecido como o Século do Ouro (XVIII) alguns escravos conseguiam comprar sua liberdade após adquirirem a carta de alforria. Juntando alguns "trocados" durante toda a vida, conseguiam a liberdade. Entretanto, as poucas oportunidades e o preconceito da sociedade acabavam fechando as portas para estas pessoas.

O negro, porém reagiu à escravidão, buscando uma vida digna. Neste período eram comuns as revoltas nas fazendas em que grupos de escravos fugiam, formando nas florestas os quilombos. Estes quilombos eram comunidades organizadas, onde os integrantes viviam em liberdade, através de uma organização comunitária aos moldes do que existia na África. Nos quilombos, os negros africanos podiam praticar sua cultura, falar sua língua e exercer seus rituais religiosos. O mais famoso foi o Quilombo de Palmares, comandado por Zumbi.



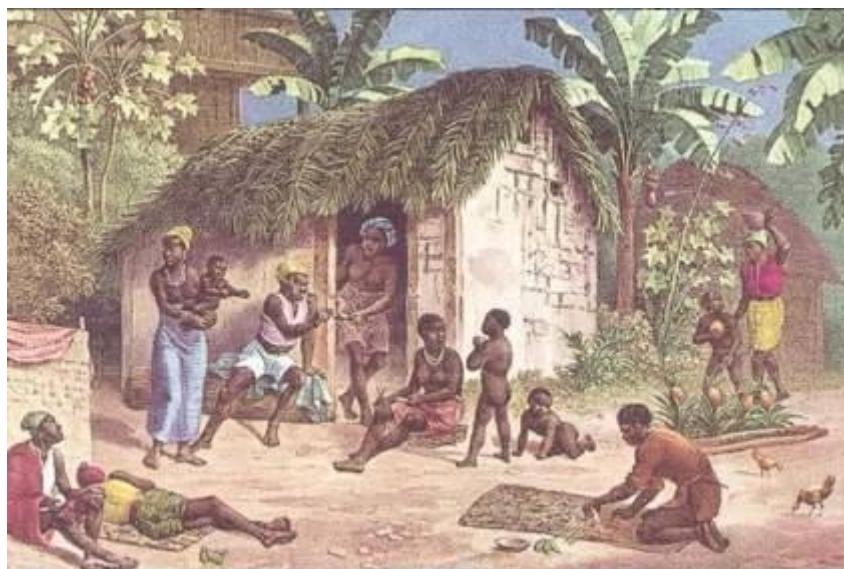
Zumbi dos Palmares: líder do Quilombo dos Palmares

História dos quilombos

No período de escravidão no Brasil (séculos XVII e XVIII), os negros que conseguiam fugir se refugiavam com outros em igual situação em locais bem escondidos e fortificados no meio das matas.

Estes locais eram conhecidos como quilombos. Nestas comunidades, eles viviam de acordo com sua cultura africana, plantando e produzindo em comunidade.

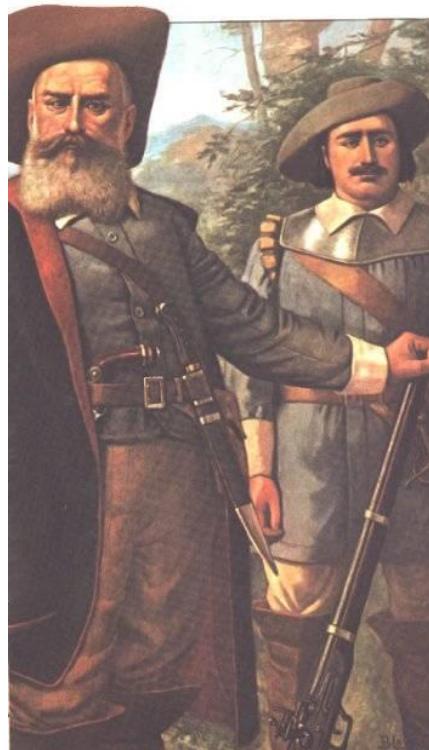
Na época colonial, o Brasil chegou a ter centenas destas comunidades espalhadas, principalmente, pelos atuais estados da Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas.



Na ocasião em que Pernambuco foi invadida pelos holandeses (1630), muitos dos senhores de engenho acabaram por abandonar suas terras. Este fato beneficiou a fuga de um grande número de escravos. Estes, após fugirem, buscaram abrigo no Quilombo dos Palmares, localizado em Alagoas.

Esse fato propiciou o crescimento do Quilombo dos Palmares. No ano de 1670, este já abrigava em torno de 50 mil escravos. Estes, também conhecidos como quilombolas, costumavam pegar alimentos às escondidas das plantações e dos engenhos existentes em regiões próximas; situação que incomodava os habitantes.

Esta situação fez com que os quilombolas fossem combatidos tanto pelos holandeses (primeiros a combatê-los) quanto pelo governo de Pernambuco, sendo que este último contou com os serviços do bandeirante Domingos Jorge Velho.



A luta contra os negros de Palmares durou por volta de cinco anos; contudo, apesar de todo o empenho e determinação dos negros chefiados por Zumbi, eles, por fim, foram derrotados.



Zumbi dos Palmares: líder do Quilombo dos Palmares

Os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate à escravidão. Rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam a liberdade e uma vida com dignidade, resgatando a cultura e a forma de viver que deixaram na África e contribuindo para a formação da cultura afro-brasileira.

A Campanha Abolicionista e a Abolição da Escravatura

A partir da metade do século XIX a escravidão no Brasil passou a ser rechaçada pela Inglaterra. Com o objetivo de ampliar seu mercado consumidor no Brasil e

no mundo, o Parlamento Inglês aprovou a Lei Bill Aberdeen (1845), que proibia o tráfico de escravos, conferindo poder aos ingleses de abordarem e aprisionarem navios de países que faziam esta prática.

O Brasil, em 1850 cedendo às pressões inglesas e aprovou a Lei Eusébio de Queirós que acabou com o tráfico negreiro. Em 28 de setembro de 1871 era sancionada a Lei do Ventre Livre que concedia a liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. E no ano de 1885 era promulgada a Lei dos Sexagenários que garantia a liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade.

Apenas no final do século XIX é que a escravidão tornou-se proibida mundialmente. No Brasil, a abolição ocorreu em 13 de maio de 1888 com a publicação da Lei Áurea, feita pela Princesa Isabel.



Princesa Isabel: símbolo da redenção do cativeiro

Dia da Consciência Negra - 20 de Novembro

Vinte de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra. A data - transformada em Dia Nacional da Consciência Negra pelo Movimento Negro Unificado em 1978 - não foi escolhida ao acaso, e sim como homenagem a Zumbi, líder máximo do Quilombo de Palmares e símbolo da resistência negra, assassinado em 20 de novembro de 1695.

Esta data está regulamentada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que incluiu o dia 20 de novembro no calendário escolar, data em que comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra. A mesma lei também tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Nas escolas as aulas sobre os temas: História da África e dos africanos, luta dos negros no Brasil, cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, propiciarão o resgate das contribuições dos povos negros nas áreas social, econômica e política ao longo da história do país.



Comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra nessa data é uma forma de homenagear e manter viva em nossa memória essa figura histórica. Não somente a imagem do líder, como também sua importância na luta pela libertação dos escravos, concretizada em 1888.

A escravidão no mundo contemporâneo

“Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.”

Artigo IV da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Proclamada pela da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

De acordo com a lei a escravidão não existe mais. O último país a abolir a escravidão foi a Mauretânia em 1981. Porém a escravidão continua em muitos países, pois as leis não são aplicadas. Elas foram somente feitas pela pressão de outros países e da ONU, mas não representam a vontade do governo do respectivo país. Hoje em dia tem pelo menos 27 milhões escravos no mundo.

Quando falamos de trabalho escravo, a imagem que temos é de uma lembrança do passado, restrita aos livros de História. Infelizmente isso não é verdade. A escravidão permanece até os dias de hoje, não apenas nos países pobres como nos desenvolvidos. Produto da desigualdade e da impunidade, ela é uma grave doença social. Em sua forma contemporânea apresenta-se nas mais diversas formas: da prostituição infantil ao tráfico de órgãos, do tráfico internacional de mulheres à exploração de imigrantes ilegais e à servidão por dívida.



A legislação moderna proíbe a escravidão, mas isso não tem impedido que pessoas inescrupulosas se beneficiem do trabalho de pessoas cativas. Nenhuma região do planeta está livre desse flagelo. O número de trabalhadores escravizados no Brasil varia de 25 mil, segundo cálculo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) a 40 mil, pela estimativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura(Contag). Pecuária e desmatamento respondem por três quartos da incidência de trabalho escravo. Atividades agrícolas, de extração de madeira e produção de carvão também registram muitos casos.

Em março de 2003 foi lançado no Brasil o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo que constituiu uma comissão nacional para colocá-lo em execução. O plano reúne 76 medidas de combate à prática. Entre elas, projetos de lei para confiscar terras em que for encontrado trabalho escravo, suspender o crédito de fazendeiros escravocratas e transferir para a esfera federal os crimes contra os direitos humanos.

Nos países árabes e em outros países muçulmanos existem também escravos tradicionais. A caça de escravos negros, visando a captura de moças e crianças bonitas para serem escravas domésticas ou ajudantes para vários trabalhos, existe principalmente no Sudão. Na escravatura branca (tráfico humano para a prostituição forçada) se encontram presas milhões de moças, principalmente de países pobres como Ucrânia, Moldávia, Rússia, África, Índia e países, que a prostituição tem tradicionalmente muito peso, como a Tailândia e as Filipinas. As meninas são aliciadas com falsas promessas, vendidas e tem que prostituir-se até a dívida (o preço pelo compra e adicionais) é paga. Muitas vezes a mulher escravizada é vendida a seguir e tudo começa de novo. Um círculo vicioso sem conseguir escapar.

Infelizmente, nessas estatísticas não são contadas milhares de mulheres e meninas, que pela tradição ou até as leis em muitos países muçulmanos e outras regiões são consideradas propriedade de seus maridos ou pais.

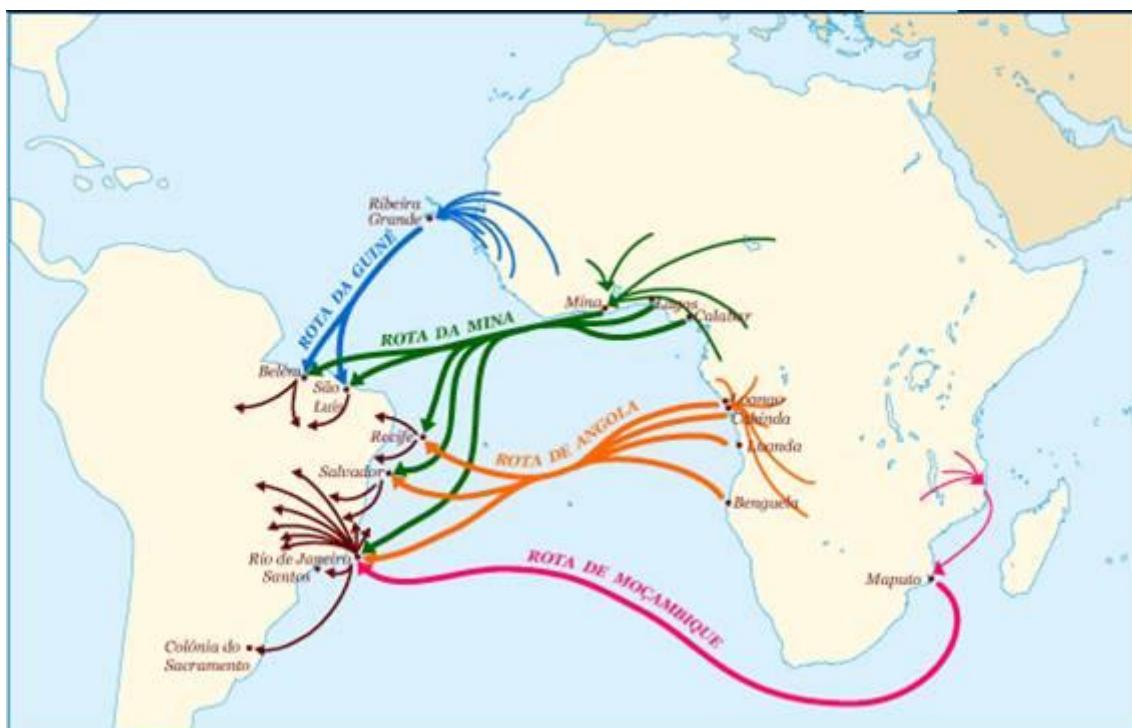


Rotas da escravidão

É difícil saber quantos africanos foram trazidos para o Brasil ao longo de três séculos de tráfico negreiro.

Muitos registros que poderiam tornar os dados mais precisos foram perdidos ou destruídos. As estimativas indicam que entre 3.300.000 e oito milhões de pessoas desembarcaram nos portos brasileiros para serem vendidas como escravas, de meados do século XVI até 1850, quando o tráfico foi efetivamente abolido pela Lei Eusébio de Queiroz.

As quatro principais rotas dos navios negreiros que ligaram o continente africano ao Brasil foram as da Guiné, Mina, Angola e Moçambique. Elas concentravam o comércio de seres humanos que, na maioria dos casos, eram aprisionados em guerras feitas por chefes tribais, reis ou sobas africanos para esse fim. Os traficantes, principalmente portugueses, mas também de outras nações europeias e posteriormente brasileiros, obtinham os prisioneiros em troca de armas de fogo, tecidos, espelhos, utensílios de vidro, de ferro, tabaco e aguardente, entre outros. Os navios, dependendo do tipo, traziam de 300 a 600 cativos por vez. Entre 10% e 20% deles morriam na viagem.



Rota da Guiné

No século XVI, a Alta Guiné foi o principal núcleo de obtenção de africanos para serem escravizados pelos traficantes portugueses. De Cabo Verde, saíam navios com cativos vindos principalmente da região onde hoje se situam Guiné-Bissau, Senegal, Mauritânia, Gâmbia, Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim. Essa área era habitada por diferentes povos, entre os quais os balantas, fulas, mandingas, manjacos, diolas, uolofes e sereres.

O destino desses prisioneiros, no Brasil, eram as regiões Nordeste e Norte. Mas a Rota da Guiné teve menor impacto sobre a formação da população brasileira do que as outras rotas, pois a necessidade de mão-de-obra nas Américas ainda era pequena no primeiro século da colonização.

Rota da Mina

A fortaleza de São Jorge da Mina foi erguida pelos portugueses por volta de 1482 na costa da atual Gana, para proteger o comércio de ouro na região. Embora tomada pelos holandeses em 1632, ela se tornaria, ainda no século XVII, um importante entreposto do tráfico de africanos escravizados para o Brasil e outros países.

Os africanos embarcados na Mina (ou Elmina) e nos outros portos do Golfo da Guiné eram principalmente dos grupos axanti, fanti, iorubá, hauçá, ibô, fon, ewe-fon, bariba e adjá. Além de Gana, eles eram trazidos dos atuais territórios de Burkina Faso, Benim, Togo, Nigéria, sul do Níger, Chad, norte do Congo e norte do Gabão, para atender à crescente demanda por mão-de-obra ocasionada pelo desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar no Brasil e no Caribe. Os portos

brasileiros, do Maranhão ao Rio de Janeiro, com destaque para Salvador, foram abastecidos por essa rota até a primeira metade do século XIX.

Rota de Angola

Essa rota forneceu cerca de 40% dos 10 milhões de africanos trazidos para as Américas. No caso do Brasil, os navios que partiam da costa dos atuais territórios do Congo e de Angola se destinavam principalmente aos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Os povos da África Central Atlântica, como os ovimbundos, bacongos, ambundos e muxicongos, pertenciam ao chamado grupo linguístico banto, que reúne cerca de 450 línguas.

O tráfico dessa região para o Brasil começou ainda no século XVI. Foi inicialmente marcado pela aliança entre os portugueses e o reino do Congo. Mas, para escapar do monopólio do rei congolês no fornecimento de africanos escravizados, Portugal passou a concentrar esforços na região mais ao sul, onde hoje se situa Angola. De lá, veio a maior parte dos africanos que entraram no Brasil, principalmente pelo Rio de Janeiro, no período colonial.

Rota de Moçambique

No início do século XIX, a Inglaterra passou a pressionar Portugal no sentido de acabar com o tráfico negreiro, o que resultou nos tratados de 1810 entre os dois países. Para escapar ao controle britânico na maior parte do Atlântico, muitos traficantes se voltaram para uma rota até então pouco explorada, que partia da África Oriental. Os navios saíam principalmente dos portos de Lourenço Marques (atual Maputo), Inhambane e Quelimane, em Moçambique, e se dirigiam ao Rio de Janeiro.

Africanos embarcados nesses portos pertenciam a uma diversidade de povos, entre os quais os macuas, swazis, macondes e ngunis, e ganhavam no Brasil a designação geral de "moçambiques". Entre 18% a 27% da população africana no Rio do século XIX era de moçambiques. No entanto, nem todos vinham da colônia portuguesa e, sim, de regiões vizinhas – onde hoje estão Quênia, Tanzânia, Malauí, Zâmbia, Zimbábue, África do Sul e Madagascar. O grupo linguístico majoritário era o banto.

Presidentes e Governantes do Brasil

A seguir apresentamos uma lista dos presidentes da República Federativa do Brasil, que contém todas as pessoas que exerceram a chefia de governo e de Estado na história do país.

Ano	Presidentes da República			
15/11/1889	Marechal	Deodoro	da	Fonseca
25/02/1891	(Governo Provisório)			

25/02/1891 23/11/1891	Marechal Deodoro da Fonseca (Eleito pelo Congresso Constituinte; renunciou)	
23/11/1891 15/11/1894	Marechal Floriano Peixoto (Vice-presidente; assumiu o cargo)	
15/11/1894 15/11/1898	Prudente de Moraes (Eleito presidente pelo voto direto)	
15/11/1898 15/11/1902	Campos Sales (Eleito presidente pelo voto direto)	
15/11/1902 15/11/1906	Rodrigues Alves (Eleito presidente pelo voto direto)	
15/11/1906 14/06/1909	Afonso Pena (Eleito presidente pelo voto direto; faleceu no cargo)	
14/06/1909 15/11/1910	Nilo Peçanha (vice-presidente assumiu a presidência)	
15/11/1910 15/11/1914	Marechal Hermes da Fonseca (Eleito presidente pelo voto direto)	
15/11/1914 15/11/1918	Venceslau Brás (Eleito presidente pelo voto direto)	
1918	Rodrigues Alves (faleceu sem assumir a presidência)	
15/11/1918 28/07/1919	Delfim Moreira (vice-presidente assumiu o cargo)	
28/07/1919 15/11/1922	Epitácio Pessoa (Eleito presidente pelo voto direto)	
15/11/1922 15/11/1926	Arthur Bernardes (Eleito presidente pelo voto direto)	
15/11/1926 24/10/1930	Washington Luís (Eleito presidente pelo voto direto; foi deposto pela Revolução de 30)	
1930	Júlio Prestes	
24/10/1930 03/11/1930	João de Deus Menna Barreto (Junta Governativa Provisória)	
24/10/1930 03/11/1930	José Isaías de Noronha (Junta Governativa Provisória)	
24/10/1930 03/11/1930	Augusto Tasso Fragoso (Junta Governativa Provisória)	
03/11/1930 20/07/1934	Getúlio Vargas (Governo Provisório)	
20/07/1934 10/11/1937	Getúlio Vargas (Eleito pela Assembleia Constituinte)	
10/11/1937 29/10/1945	Getúlio Vargas (Chefe do Estado Novo; foi deposto)	
29/10/1945 31/01/1946	José Linhares (Ministro assumiu a presidência)	
31/01/1946 31/01/1951	Eurico Gaspar Dutra (Eleito pelo voto direto)	
31/01/1951 24/08/1954	Getúlio Vargas (Eleito pelo voto direto; suicidou-se)	

24/08/1954 08/11/1955	Café Filho (Vice-presidente assumiu o cargo, foi impedido em 1955)
08/11/1955 11/11/1955	Carlos Luz (Presidente da Câmara dos Deputados assumiu o cargo)
11/11/1955 31/01/1956	Nereu de Oliveira Ramos (Vice-presidente do Senado assumiu a presidência)
31/01/1956 31/01/1961	Juscelino Kubitschek (Eleito pelo voto direto)
31/01/1961 25/08/1961	Jânio Quadros (Eleito renunciou após 8 meses)
25/08/1961 08/09/1961	Paschoal Ranieri Mazzilli (Presidente da Câmara dos Deputados assumiu interinamente o cargo)
08/09/1961 24/01/1963	João Goulart (Vice-presidente assumiu o cargo. Adota-se o parlamentarismo)
24/01/1963 01/04/1964	Paschoal Ranieri Mazzilli (Presidente da Câmara dos Deputados assumiu o cargo)
15/04/1964 15/03/1967	Castello Branco (Eleito pelo Congresso Nacional)
15/03/1967 31/08/1969	Costa e Silva (Eleito indiretamente; adoeceu no cargo)
31/08/1969 30/10/1969	Aurélio Lyra (Junta Militar assumiu provisoriamente)
31/08/1969 30/10/1969	Augusto Radamaker (Junta Militar assumiu provisoriamente)
31/08/1969 30/10/1969	Márcio Melo (Junta Militar assumiu provisoriamente)
30/10/1969 15/03/1974	Emílio Garrastazu Médice (Eleito indiretamente)
15/03/1974 15/03/1979	Ernesto Geisel (Eleito indiretamente)
15/03/1979 15/03/1985	João Baptista de Figueiredo (Eleito indiretamente)
1985	Tancredo Neves (Eleito indiretamente; faleceu na véspera da posse)
15/03/1985 15/03/1990	José Sarney (Vice-presidente assumiu o cargo)
15/03/1990 02/10/1992	Fernando Collor de Mello (Eleito pelo voto direto; sofreu impeachment)
02/10/1992 01/01/1995	Itamar Franco (Vice-presidente assumiu o cargo)
01/01/1995 01/01/2003	Fernando Henrique Cardoso (Eleito pelo voto direto)
01/01/2003 01/01/2011	Luís Inácio Lula da Silva (Eleito pelo voto direto)
01/01/2011 31/08/2016	Dilma Vana Rousseff (Eleita pelo voto direto)

31/08/2016 01/01/2019	Michel (Vice-presidente, assumiu o cargo após o impeachment da titular, Dilma Rousseff)	Temer
01/01/2019 ...	Jair (Eleito pelo voto direto)	Bolsonaro

Ditadura Militar no Brasil

O Regime militar foi o período da política brasileira em que militares conduziram o país.

Essa época ficou marcada na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar.

A Ditadura militar no Brasil teve seu início com o golpe militar de 31 de março de 1964, resultando no afastamento do Presidente da República, João Goulart, e tomando o poder o Marechal Castelo Branco. Este golpe de estado, caracterizado por personagens afinados como uma revolução instituiu no país uma ditadura militar, que durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985. Os militares na época justificaram o golpe, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país.



Golpe Militar de 1964

O Golpe Militar de 1964 marca uma série de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, e que culminaram em um golpe de estado no dia 1 de abril de

1964. Esse golpe pôs fim ao governo do presidente João Goulart, também conhecido como *Jango*, que havia sido de forma democrática, eleito vice-presidente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Imediatamente após a tomada de poder pelos militares, foi estabelecido o AI-1. Com 11 artigos, o mesmo dava ao governo militar o poder de modificar a constituição, anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos por 10 anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que fosse contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública, além de determinar eleições indiretas para a presidência da República.

Durante o regime militar, ocorreu um fortalecimento do poder central, sobretudo do poder Executivo, caracterizando um regime de exceção, pois o Executivo se atribuiu a função de legislar, em detrimento dos outros poderes estabelecidos pela Constituição de 1946. O Alto Comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial, indicando um candidato militar que era referendado pelo Congresso Nacional.

A liberdade de expressão e de organização era quase inexistente. Partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis e outras organizações representativas da sociedade foram suprimidas ou sofreram interferência do governo. Os meios de comunicação e as manifestações artísticas foram reprimidos pela censura. A década de 1960 iniciou também, um período de grandes transformações na economia do Brasil, de modernização da indústria e dos serviços, de concentração de renda, de abertura ao capital estrangeiro e do endividamento externo.

Governos Militares no Brasil

Governo Castello Branco (1964-1967)

Castello Branco, general militar, foi eleito pelo Congresso Nacional presidente da República em 15 de abril de 1964. Em seu pronunciamento, declarou defender a democracia, porém ao começar seu governo, assume uma posição autoritária.

Estabeleceu eleições indiretas para presidente, além de dissolver os partidos políticos. Vários parlamentares federais e estaduais tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos e constitucionais cancelados e os sindicatos receberam intervenção do governo militar.

Em seu governo, foi instituído o bipartidarismo. Só estavam autorizados o funcionamento de dois partidos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Enquanto o primeiro era de oposição, de certa forma controlada, o segundo representava os militares.

O governo militar impõe, em janeiro de 1967, uma nova Constituição para o país. Aprovada neste mesmo ano, a Constituição de 1967 confirma e institucionaliza o regime militar e suas formas de atuação.

Governo Costa e Silva (1967-1969)

Em 1967, assume a presidência o general Arthur da Costa e Silva, após ser eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Seu governo é marcado por protestos e manifestações sociais. A oposição ao regime militar cresce no país. A UNE (União Nacional dos Estudantes) organiza, no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil.

Em Contagem (MG) e Osasco (SP), greves de operários paralisam fábricas em protesto ao regime militar.

A guerrilha urbana começa a se organizar. Formada por jovens idealistas de esquerda, assaltam bancos e sequestram embaixadores para obterem fundos para o movimento de oposição armada.

No dia 13 de dezembro de 1968, o governo decreta o Ato Institucional Número 5 (AI-5). Este foi o mais duro do governo militar, pois aposentou juízes, cassou mandatos, acabou com as garantias do habeas-corpus e aumentou a repressão militar e policial.

Governo da Junta Militar (31/8/1969-30/10/1969)

Doente, Costa e Silva foi substituído por uma junta militar formada pelos ministros Aurélio de Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica).

Dois grupos de esquerda, O MR-8 e a ALN sequestram o embaixador dos EUA Charles Elbrick. Os guerrilheiros exigem a libertação de 15 presos políticos, exigência conseguida com sucesso. Porém, em 18 de setembro, o governo decreta a Lei de Segurança Nacional. Esta lei decretava o exílio e a pena de morte em casos de "guerra psicológica adversa, ou revolucionária, ou subversiva".

No final de 1969, o líder da ALN, Carlos Mariguella, foi morto pelas forças de repressão em São Paulo.

Governo Medici (1969-1974)

Em 1969, a Junta Militar escolhe o novo presidente: o general Emílio Garrastazu Medici. Seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período, conhecido como "anos de chumbo ". A repressão à luta armada cresce e uma severa política de censura é colocada em execução. Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censuradas. Muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores são investigados, presos, torturados ou exilados do país. O DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna) atua como centro de investigação e repressão do governo militar.

Ganha força no campo a guerrilha rural, principalmente no Araguaia. A guerrilha do Araguaia é fortemente reprimida pelas forças militares.

O Milagre Econômico

Na área econômica, o país crescia rapidamente. Este período que vai de 1969 a 1973 ficou conhecido com a época do Milagre Econômico. O PIB brasileiro crescia a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação beirava os 18%. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o país avançou e estruturou uma base de infra-estrutura. Todos estes investimentos geraram milhões de empregos pelo país. Algumas obras, consideradas faraônicas, foram executadas, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói.

Porém, todo esse crescimento teve um custo altíssimo e a conta deveria ser paga no futuro. Os empréstimos estrangeiros geraram uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do Brasil.

Governos Militares no Brasil (continuação)

Governo Geisel (1974-1979)

Em 1974 assume a presidência o general Ernesto Geisel que começa um lento processo de transição rumo à democracia. Seu governo coincide com o fim do milagre econômico e com a insatisfação popular em altas taxas. A crise do petróleo e a recessão mundial interferem na economia brasileira, no momento em que os créditos e empréstimos internacionais diminuem.

Geisel anuncia a abertura política lenta, gradual e segura. A oposição política começa a ganhar espaço. Nas eleições de 1974, o MDB conquista 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e ganha a prefeitura da maioria das grandes cidades.

Os militares de linha dura, não contentes com os caminhos do governo Geisel, começam a promover ataques clandestinos aos membros da esquerda. Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog é assassinado nas dependências do DOI-Codi em São Paulo. Em janeiro de 1976, o operário Manuel Fiel Filho aparece morto em situação semelhante.

Em 1978, Geisel acaba com o AI-5, restaura o habeas-corpus e abre caminho para a volta da democracia no Brasil.

Governo Figueiredo (1979-1985)

A vitória do MDB nas eleições em 1978 começa a acelerar o processo de redemocratização. O general João Baptista Figueiredo decreta a Lei da Anistia, concedendo o direito de retorno ao Brasil para os políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos. Os militares de linha dura continuam com a repressão clandestina. Cartas-bomba são colocadas em

órgãos da imprensa e da OAB (Ordem dos advogados do Brasil). No dia 30 de Abril de 1981, uma bomba explode durante um show no centro de convenções do Rio Centro. O atentado fora provavelmente promovido por militares de linha dura, embora até hoje nada tenha sido provado.

Em 1979, o governo aprova lei que restabelece o pluripartidarismo no país. Os partidos voltam a funcionar dentro da normalidade. A ARENA muda o nome e passa a ser PDS, enquanto o MDB passa a ser PMDB. Outros partidos são criados, como : Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A Redemocratização e a Campanha pelas Diretas Já

Nos últimos anos do governo militar, o Brasil apresenta vários problemas. A inflação é alta e a recessão também. Enquanto isso a oposição ganha terreno com o surgimento de novos partidos e com o fortalecimento dos sindicatos.

Em 1984, políticos de oposição, artistas, jogadores de futebol e milhões de brasileiros participam do movimento das Diretas Já. O movimento era favorável à aprovação da Emenda Dante de Oliveira que garantiria eleições diretas para presidente naquele ano. Para a decepção do povo, a emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheria o deputado Tancredo Neves, que concorreu com Paulo Maluf, como novo presidente da República. Ele fazia parte da Aliança Democrática – o grupo de oposição formado pelo PMDB e pela Frente Liberal.

Era o fim do regime militar. Porém Tancredo Neves fica doente antes de assumir e acaba falecendo. Assume o vice-presidente José Sarney. Em 1988 é aprovada uma nova constituição para o Brasil. A Constituição de 1988 apagou os rastros da ditadura militar e estabeleceu princípios democráticos no país.



Cronologia da Ditadura Militar

A seguir, apresentamos uma cronologia do regime militar no Brasil e seus desdobramentos.

1961

25/08 Renúncia de Jânio Quadros

30/08 Ministros militares declaram-se contrários à posse de João Goulart

02/09 Instituído o sistema parlamentar de governo como resultado do acordo que possibilitaria a posse do vice-presidente João Goulart

07/09 Posse de João Goulart

1962

02/02 Criação oficial do Instituto de Pesquisas Sociais (Ipês), que conspiraria contra o governo Goulart.

1963

24/01 Retorno ao sistema presidencialista de governo, após plebiscito realizado no dia 6, que não referendou o parlamentarismo.

07/08 Projeto de Milton Campos sobre a reforma agrária é rejeitado.

23/08 Comício do CGT pelo aniversário da morte de Getúlio Vargas com a presença de Goulart. Presentes exigem definição do presidente durante seu discurso. Goulart promete que reformas serão implementadas.

12/09 Revolta de sargentos da Aeronáutica e da Marinha em Brasília.

07/10 Goulart retira o pedido de decretação de estado de sítio em função da

ampla oposição que gerou.

17/10 Rejeitada emenda do PTB sobre reforma agrária na Câmara dos Deputados.

Novembro: Greve dos cortadores de cana em Pernambuco e parte da Paraíba.



1964

17/01 Regulamentação da lei de remessa de lucros.

13/03 Comício da Central do Brasil ou “das reformas”.

19/03 Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade em São Paulo (SP), espécie de resposta ao Comício da central.

20/03 O chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, divulga circular reservada entre seus subordinados contra João Goulart.

21 a 29/03 9 “Marchas” da Família, com Deus, pela Liberdade, em diversas cidades de São Paulo.

31/03 Inicia-se o movimento militar em Minas Gerais com deslocamento de tropas comandadas pelo general Mourão filho.

01/04 a 08/06 42 “Marchas” da Família, com Deus, pela Liberdade em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Piauí, Paraná e Goiás.

02/04 João Goulart segue de Brasília pra Porto Alegre. De lá, sairia do Brasil.

02/04 General Costa e Silva autonomeia-se comandante-em-chefe do Exército nacional e organiza o “Comando Supremo da Revolução”.

04/04 O nome do general Castelo Branco é indicado para a Presidência da república pelos líderes do Golpe.

09/04 Decretado o Ato Institucional que confere ao presidente da República poderes para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de junho de 1964, entre outros poderes discricionários.

10/04 A sede da UNE é incendiada por participantes do movimento político militar.

13/04 O Diário Oficial publica decreto que extingue o mandato de todos os membros do conselho diretor da Universidade de Brasília
Ocorre uma invasão policial e a intervenção na UnB.



Abril GPMI – Grupo Permanente de Mobilização Industrial – foi o primeiro de uma série de instrumentos gerados para adaptar o poderio bélico das Forças Armadas à nova doutrina de segurança.

13/06 Criado o Serviço Nacional de Investigações (SNI).
 27/10 Declarada a extinção da União nacional dos Estudantes (UNE).
 09/11 Sancionada a Lei n. 4.464 (Lei Suplicy) proibindo atividades políticas estudantis. A Lei Suplicy de Lacerda coloca na ilegalidade a UNE e as UEEs, que passam a atuar na clandestinidade. Todas as instâncias da representação estudantil ficam submetidas ao MEC.

1965

Ato Institucional N.2 extingue os partidos existentes, atribui à Justiça Militar o julgamento de civis acusados de crimes contra a segurança nacional e confere ao presidente da república poderes para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de março de 1967, entre outros dispositivos.
 Início: A UNE convoca um conselho para eleger, com mandato-tampão, o presidente que a chefiará até o 27º Congresso, em julho. Alberto Abissâmara, de tendências progressistas, é escolhido.
 05/02 Ato Institucional N.3 estabelece eleição indireta para governadores.
 01/04 No dia 1º, o Conselho Universitário, presidido pelo reitor Pedro Calmon, dissolve a diretoria do CACO – Centro Acadêmico de Direito UFRJ.
 12/04 No dia 12, agentes do Dops e a Polícia Militar impedem com violência uma reunião do CACO – Centro Acadêmico de Direito UFRJ. As aulas são suspensas.
 Agosto: Surgem os Diretórios Acadêmicos Livres.
 23/09 São feitas manifestações contra a Lei Suplicy, no Rio de Janeiro.
 03/10 O general Costa e Silva é eleito presidente da república pelo Congresso Nacional.
 20/10 O general Castelo Branco decreta o recesso do Congresso Nacional até 22 de novembro em função da não aceitação de cassações.

Cronologia da Ditadura Militar (continuação)

1966

O período de 1966 a 1973 é o da ilegalidade da UNE.

Março: Uma passeata em Belo Horizonte contra o regime militar é brutalmente reprimida. A violência desencadeia passeatas estudantis em outros estados.

28/07 a 02/08 Mesmo na ilegalidade, é realizado o XXVIII Congresso da UNE, em Belo Horizonte, que marca a oposição da entidade ao Acordo MEC-Usaid. O congresso acontece no porão da Igreja de São Francisco de Assis. O mineiro José Luís Moreira Guedes é eleito presidente da UNE.

Setembro: As aulas na Faculdade Nacional de Direito são suspensas e 178 estudantes paulistas são presos durante um congresso realizado pela UNE-UEE, em São Bernardo do Campo.

O General Castelo Branco cria o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes).

14/09 Alunos da Faculdade Nacional de Odontologia entram em greve de protesto e colocam cartazes nas imediações da faculdade. Há choque entre os estudantes e policiais do Dops.

18/09 A UNE decreta greve geral.

22/09 A UNE elege o dia 22 como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura.

23/09 A polícia invade a Faculdade de Medicina da UFRJ e expulsa estudantes com violência. O episódio ficou conhecido como o Massacre da Praia Vermelha.

1967

24/01 Promulgada a nova Constituição do Brasil.

11/03 O general Castelo Branco edita nova Lei de Segurança Nacional.

15/03 O general Costa e Silva é empossado na Presidência da República.

Agosto: É realizado o XXIX Congresso da UNE, em Valinhos (SP), na clandestinidade. Luís Travassos é eleito presidente da entidade.

1968

28/03 O estudante Edson Luís de Lima Souto é morto durante conflito com a PM no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro (RJ).

29/03 Marcha de 50 mil pessoas repudia o assassinato de Edson Luis de Lima Souto.

29/03 A UNE decreta greve geral dos estudantes.

30/03 O ministro da Justiça, Gama e Silva, determina a repressão das passeatas estudantis.

01/04 Inúmeras passeatas estudantis irrompem em várias capitais brasileiras.

22/05 Lei N. 5.439 estabelece responsabilidade criminal para menores de 18 anos envolvidos em ações contra a segurança nacional.

04/06 Sessenta e oito cidades são declaradas áreas de segurança nacional e, por isso, seus eleitores ficam impedidos de escolher pelo voto direto, os respectivos prefeitos.

21/06 Prisão de trezentas pessoas na Universidade federal do Rio de Janeiro. As aulas são suspensas.

25/06 O ministro da Justiça, Gama e Silva, proíbe passeatas e comícios - relâmpago.

26/06 Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro.

16/07 Greve de Osasco (SP) inicia-se com a ocupação da Cobrasma.

29/08 Invasão do campus da Universidade Federal de Minas Gerais por tropas

federais.

30/08 Invasão do campus da Universidade de Brasília por tropas policiais resulta em violência.

02/10 Invasão do prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) pelo Comando de Caça aos Comunistas e outros grupos.

Outubro: É realizado clandestinamente o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP).

12/10 Prisão de estudantes em Ibiúna durante congresso da UNE. São presas mais de 700 pessoas, entre elas as principais lideranças do movimento estudantil: Luís Travassos (presidente eleito), Vladimir Palmeira, José Dirceu, Franklin Martins e Jean Marc Von Der Weid.

13/12 Ato Institucional N. 5 torna perenes os poderes discricionários que atribui ao presidente da República. O Congresso Nacional é posto em recesso. Com o decretado AI-5. Centros cívicos substituem os grêmios estudantis.

1969

Inicio: A UNE tenta manter uma direção com a eleição de Jean Marc Von Der Weid através dos Congressinhos Regionais.

26/02 Decreto-Lei N.477 dispõe sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino. Que penaliza professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público (até 1973, esse decreto atingiria 263 pessoas, a maioria estudantes).

16/05 O Ato Institucional N. 10 , dentre outros efeitos, levaria centenas de professores universitários à aposentadoria.

01/07 Criação da Operação bandeirantes (Oban), embrião da polícia política conhecida como “sistema Codi-Doi” que seria implantada em todo o país nos moldes da Oban.

31/08 Junta Militar, formada pelos ministros militares, assume o poder em função da doença de Costa e Silva, impedindo a posse do vice-presidente da República, que não concordara com o Ato Institucional N.5.

Setembro: O presidente da UNE, Jean Marc Von Der Weid, é preso.

05/09 O Ato Institucional N. 14 estabelece a pena de morte.

30/10 Posse do general Emílio Garrastazu Médice na presidência da República, já que fora caracterizada a incapacitação definitiva do general Costa e Silva.

Continua após a publicidade

1970

Inicio: Com quase todas as lideranças presas ou exiladas, o movimento estudantil realiza atos isolados, dentre eles uma missa pelo segundo aniversário da morte de Edson Luís.

10/02 Estabelecimento da censura prévia de livros e revistas pelo decreto-lei N. 1.077.

20/05 Início das operações oficiais do CIE.

20/05 Decreto N.66.608 cria o centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa).

1971

30/03 Decreto N.68.447 reorganiza o Centro de Informações da Marinha (Cenimar).
Setembro: Honestino Guimarães, vice de Jean Marc Von Der Weid, é efetivado presidente da UNE, em micro congresso.
07/09 Morte de Carlos Lamarca
Novembro: O governo passa a editar “decretos reservados”.

1972

Inicio: A AP passa a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista (APML).
O presidente da UNE, Honestino Guimarães, desaparece.
Março: Inaugurada a Escola Nacional de informações
12/04 O Exército inicia o combate à guerrilha comandado pelo PC do B na região do Araguaia.

1973

30/03 Alexandre Vannucchi Leme, aluno da Universidade de São Paulo (USP), é preso e morto pelos militares. A missa em sua memória, realizada em 30 de março na Catedral da Sé, em São Paulo, é o primeiro grande movimento de massa desde 1968.
14/09 A Arena homologa o nome do general Ernesto Geisel como candidato à presidência da república.
07/10 Início de nova tentativa, pelo Exército , de combate à guerrilha do Araguaia.
Dezembro: O Exército derrota a guerrilha do Araguaia.

1974

Inicio: O Colégio Eleitoral homologa o nome do general Ernesto Geisel para a presidência da República.
É criado o Comitê de Defesa dos Presos Políticos na Universidade de São Paulo (USP).

1975

30/01 O ministro da justiça anuncia que continuam as atividades de repressão ao comunismo e à subversão.
26/10 Anunciada a morte do Jornalista Vladimir Herzog em dependências do II Exército (SP)

1976

17/01 Morte do operário Manuel Fiel Filho em de pendências do II Exército (SP). O general Geisel exonera o general Ednardo Dávila Melo do comando do II Exército em função das mortes de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho.
19/08 Bombas explodem na ABI e na OAB.

1977

01/04 Decretado o recesso do Congresso Nacional por 14 dias. Durante o período, o gen. Geisel edita uma série de medidas conhecidas como “pacote de abril”.

1978

Maio: Greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo
15/10 O colégio Eleitoral referenda o nome do general João Figueiredo para presidente da república.

1979

01/01 Extinção do AI-5.
15/03 Posse do general João Baptista de Oliveira Figueiredo como presidente.
28/08 Decretada a anistia pelo governo Figueiredo.
29/11 Fim do bipartidarismo

1980

27/08 Carta-bomba explode na sede da OAB e mata a secretária Lydia Monteiro. Desde janeiro diversas bombas explodiram ou foram encontradas no país.

1981

30/04 Integrantes do DOI do I Exército explodem accidentalmente uma bomba que planejam usar num atentado durante show de música no Rio Centro (RJ)

1982

15/11 A oposição, em conjunto, conquista maioria na Câmara dos deputados.

1983

Inicia-se uma campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República.

1984

25/04 A emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para presidente da República é derrotada no Congresso Nacional.

1985

15/01 Tancredo Neves e José Sarney vencem no Colégio Eleitoral a disputa com Paulo Maluf pela Presidência da República.

15/03 Posse do vice-presidente José Sarney na presidência da república em função de doença de Tancredo Neves.

21/04 Morte de Tancredo Neves.

1988

05/10 Promulgada nova Constituição da República definida pelo Congresso Nacional, mantendo no Título V e Capítulo I o estado de Defesa e do estado de Sítio, com restrições aos direitos de reunião, sigilo de correspondência e de comunicação, além de manter a proibição de sindicalização e greve aos militares.

2005

04/07 Criado pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC o Memorial dos Direitos Humanos.



Revoltas, Guerras, conflitos e movimentos sociais no Brasil

Guerras e conflitos ocorrem no mundo todo como resultado de confronto sujeito a interesses entre dois ou mais grupos distintos de indivíduos mais ou menos organizados.

No geral, as causas destes confrontos são complexas, são resultantes de um processo histórico, político, étnico ou religioso e cada vez mais culturais, e ocorrem normalmente por questões de invasão e ocupação de territórios ou questões envolvendo as riquezas e a delimitação de fronteiras.

Atualmente, a maioria dos conflitos que ocorrem no mundo tem origem interna, ou seja, é decorrente de guerras civis ou da luta entre forças militares e movimentos rebelde ou separatistas.



Brasil

Guerra dos Canudos
Campanha militar

Conjuração Baiana[Os líderes](#)**Guerra dos Mascates****Revolta dos Beckman**[A Junta Revolucionária](#)**Revolta de Filipe dos Santos****Revolução Farroupilha**[A República](#)[Declínio](#)**PERSONAGENS:**[Anita Garibaldi](#)[Antonio de Souza Netto](#)[Bento Gonçalves da Silva](#)[Bento Manoel Ribeiro](#)[David Canabarro](#)[Giuseppe Garibaldi](#)[Duque de Caxias](#)[Onofre Pires da Silveira Canto](#)**Guerra dos Emboabas****Brasil na segunda guerra****Inconfidência Mineira**[Causas](#)[Os Inconfidentes](#)

Os Primeiros Habitantes do Brasil

A seguir apresentamos um resumo sobre os primeiros povos que habitaram o Brasil.

Nas tabelas abaixo, você pode conferir a localização e o período em que cada povo existiu, assim como informações sobre a sua moradia, alimentação, utensílios e vestuário que utilizavam.

Caçadores e Coletores

Localização e período	Região Central e Nordeste. Entre 50000 e 2500 anos atrás. Habitantes de cavernas	Florestas subtropicais do Sudeste. Cerca de 7300 anos atrás.	Região Sul. Cerca de 6700 anos atrás. Tradição Umbu
------------------------------	--	---	---

Moradia	Cavernas (em geral)	Florestas, matas à margem dos rios	Caverna ou céu aberto
Alimentação	Carne de caça Frutos silvestres Peixes Moluscos	Moluscos fluviais Peixes Carne de caça Pequenos animais Frutos silvestres (principalmente pinhão)	Frutos silvestres Carne de caça de pequenos animais Peixes
Utensílios, vestuário e realizações	Arcos e flechas Grandes machados de pedra lascada Fogões rústicos Pinturas rupestres (figuras humanas, cenas de caça, coleta de alimentos, danças e guerras)	Faca alongada de pedra na forma de bumerangue	Arcos, flechas e boleadeiras (permitiam a caça de animais velozes) Flechas com pontas de pedra em formas diferentes, provavelmente para atingir caças de tamanhos variados

Concheiros

Localização e período	Litoral das regiões Sul e Sudeste Cerca de 6000 anos atrás Habitantes dos sambaquis (acúmulo de conchas deixadas pelas comunidades pescadoras próximo do litoral e das margens dos rios)
Moradia	Cabanas construídas em cima dos morros de conchas
Alimentação	Peixes (bagres, tubarões) Baleias e golfinhos Moluscos Carne de caça (macaco, anta, gambá, tartaruga) Frutos e raízes
Utensílios, vestuário e realizações	Machadinha Lascas de tamanhos diversos para cortar e raspar Moedores Polidores para raspar e polir pedras Instrumentos de osso (pontas de flechas, arpões, agulhas, anzóis, facas, panelas, enfeites e esculturas) Enterravam os mortos nos morros de conchas

Agricultores e Ceramistas

Localização e período	Região amazônica Cerca de 3500 anos	Ilha de Marajó Em torno de 1800 anos Marajoara	Sul (Rio Grande do Sul) Cerca de 1500 anos	Litoral sudeste e nordeste Cerca de 1500 anos atrás Tupi-guarani
------------------------------	--	--	---	--

	atrás Ananatuba		atrás Itararé	
Moradia	Casas isoladas abrigando por volta de 100 a 150 pessoas	Construção das habitações em cima de morros artificiais chamados de tesos. As casas eram assim protegidas das enchentes	Casas subterrâneas (para se proteger do frio) Formavam grandes aldeias	Cabanas circulares, formando a aldeia, nas proximidades dos rios. As cabanas abrigavam várias famílias, parentes entre si
Alimentação	Legumes, raízes e grãos Carne de caça Peixes	Legumes, raízes e grãos Carne de caça Peixes	Milho Pinhão Carne de caça	Milho, mandioca Peixes, carne de caça
Utensílios, vestuário e realizações	Objetos de argila: potes, pratos, decorados com linhas cruzadas e pontos Praticavam a agricultura	Urnas funerárias Vasos, jarros, tigelas ceremoniais, estatuetas (geralmente colocadas nas sepulturas) Agricultura	Construção de túneis subterrâneos (para guardar os alimentos ou fugirem dos inimigos) Cerâmica - vasos pequenos de boca larga (onde guardavam os alimentos ou cozinhavam) Agricultura, caça	Caça, agricultura de coivara (queima de um trecho da floresta para realizar a agricultura), pesca e navegação em canoas Urnas funerárias Cerâmica decorada com desenhos geométricos Cachimbos, machados de pedra, rodelas para fazer fuso

Material de apoio:

BERGAMIN, Ana Maria, HUMBERG, Flávia Ricca. Povos da América: dos primeiros habitantes às primeiras civilizações urbanas. São Paulo: Atual, 1996.
GUARINELLO, Norberto Luiz. Os primeiros habitantes do Brasil. São Paulo: Atual, 1994.

Símbolos Nacionais Brasileiros

Os Símbolos Nacionais do Brasil foram instituídos através da Lei 5.700 de 1º de setembro de 1971.

Esta lei, além de estabelecer quais são os símbolos nacionais, também determina como estes símbolos devem ser usados, padrões e formatos, significados, entre outros.

Estes símbolos são de extrema importância para nossa nação, pois representam o Brasil dentro e fora do território nacional. Sendo assim, devem ser respeitados por todos os cidadãos brasileiros. Os Símbolos Nacionais são: a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional. Em 18 de setembro, comemora-se o Dia dos Símbolos Nacionais.

Bandeira Nacional



A Bandeira Nacional foi instituída no dia 19 de novembro de 1889, 4 dias depois da Proclamação da República. É o resultado de uma adaptação na tradicional Bandeira do Império Brasileiro, onde o escudo Imperial português dentro do losango amarelo foi substituído por um círculo azul com estrelas na cor branca. A esfera azul de nossa bandeira representa nosso céu estrelado, ao centro com a frase "Ordem e Progresso". São 27 estrelas, representando os 26 estados e o Distrito Federal. O losango amarelo ao centro representa o ouro e o retângulo verde, representa nossas matas e florestas.

No dia 19 de novembro comemora-se o dia da bandeira.

Armas Nacionais



As Armas Nacionais ou Brasão Nacional representam a glória, a honra e a nobreza do Brasil e foram criadas na mesma data que a Bandeira Nacional. No centro há um escudo circular sobre uma estrela verde e amarela de cinco pontas. O cruzeiro do sul está ao centro, sobre uma espada. Um ramo de café está na parte direita e um de fumo a esquerda. Uma faixa sobre a parte do punho da espada apresenta a inscrição "República Federativa do Brasil". Em outra faixa, abaixo, apresenta-se "15 de novembro" (direita) e "de 1889" (esquerda). É obrigatório o uso das armas nos edifícios dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) dos governos federal, estaduais e municipais, e também nos quartéis militares e policiais e em todos os papéis oficiais de nível federal (publicações, convites entre outros).

Selo Nacional



O Selo Nacional é utilizado para autenticar documentos oficiais e atos do governo. É usado também para autenticar diplomas e certificados emitidos por unidades de ensino reconhecidas. É constituído por uma esfera com as estrelas (semelhante a da bandeira brasileira), apresentando a inscrição República Federativa do Brasil.

Hino Nacional



O Hino Nacional foi composto por Joaquim Osório Duque Estrada (1870 – 1927) e a música é de Francisco Manuel da Silva (1795-1865). Tornou-se oficial no dia 1 de setembro de 1971, através da lei nº 5700.

Existem várias regras que devem ser seguidas no momento da execução do hino, entre elas o respeito à Bandeira Nacional e ao presidente da República. É executado junto com o hasteamento da Bandeira Nacional em determinadas situações, entre elas: solenidades e eventos oficiais do governo, eventos esportivos e culturais e nas escolas.

Hino Nacional Brasileiro

*Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.*

*Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!*

*Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!*

*Brasil, um sonho intenso, um raio vívido,
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.*

*Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.*

*Terra adorada
Entre outras mil
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!*

Dos filhos deste solo

*És mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!
Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!*

*Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores,
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".*

*Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!*

*Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.*

*Mas se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.*

*Terra adorada
Entre outras mil
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!*

*Dos filhos deste solo
És mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!*

Glossário do Hino:

- *Margens plácidas* - "Plácida" significa serena. Calma.
- *Ipiranga* - É o riacho junto ao qual D. Pedro I teria proclamado a independência.
- *Brado retumbante* - Grito forte que provoca eco.
- *Penhor* - Usado de maneira metafórica(figurada). "penhor desta igualdade" é a garantia, a segurança de que haverá liberdade.
- *Imagem do Cruzeiro resplandece* - O "Cruzeiro" é a constelação do Cruzeiro do Sul que resplandece (brilha) no céu.
- *Impávido colosso* - "Colosso" é o nome de uma estátua de enormes dimensões. Estar "impávido" é estar tranquilo, calmo.
- *Mãe gentil* - A "mãe gentil" é a pátria. Um país que ama e defende seus "filhos" (os brasileiros) como qualquer mãe.
- *Fulguras* - fulgurante (reluzente, brilhante).

- *Florão* - "Florão" é um ornato em forma de flor usado nas abóbadas de construções grandiosas. O Brasil seria o ponto mais importante e vistoso da América.
- *Garrida* - Enfeitada. Que chama a atenção pela beleza.
- *Lábaro* - Sinônimo de bandeira. "Lábaro" era um antigo estandarte usado pelos romanos.
- *Clava forte* - Clava é um grande porrete, usado no combate corpo-a-corpo. No verso, significa mobilizar um exército, entrar em guerra.

Referencias

Como referenciar: "As grandes civilizações" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:15. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/grandescivilizacoes/>

Como referenciar: "Egito" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:16. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/egito/>

Como referenciar: "Fenícios" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:17. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/fenicios/>

Como referenciar: "Antiguidade Clássica - Grécia" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:17. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/grecia/>

Como referenciar: "Antiguidade Clássica - Roma" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:17. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/roma/>

Como referenciar: "Civilização Chinesa" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:18. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/china/>

Como referenciar: "Persas" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:18. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/persas/>

Como referenciar: "Formação do território brasileiro" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:19. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef1/territorio/>

Como referenciar: "Os Primeiros Habitantes do Brasil" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:20. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/habitantes/>